



ENSAIOS DE GEOGRAFIA

REVISTA

V. 6, DEZEMBRO DE 2020

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
AMANHÃ, AMAZONAS, BRASIL.
18 DE FEVEREIRO 2017

12

**REVISTA
ENSAIOS DE
GEOGRAFIA**

CAPA

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas, Brasil.

18 de fevereiro de 2017.

Caetano Franco

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã é a segunda unidade de conservação deste tipo criada no Brasil, em 1998, na Amazônia Central, e está sob gestão do Governo Estadual do Amazonas. Possui estruturas de gestão e governança compartilhada entre o estado, as comunidades locais e as instituições parceiras. Está localizada no médio curso do Rio Solimões e abrange parte das bacias hidrográficas dos rios Solimões, Japurá e Unini. Esta área protegida possui uma área territorial de 2,35 milhões de hectares, conformada por ambientes de várzea, paleovárzea e terra-firme. A RDS Amanã é uma das áreas protegidas que compõem o Mosaico do Baixo Rio Negro e está inserida no Corredor Ecológico da Amazônia Central e na Reserva da Biosfera da Amazônia Central. É reconhecida como Patrimônio Mundial Natural pela Unesco (Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central) e como Sítio da Convenção Ramsar de Áreas Úmidas de Importância Internacional (Rio Negro). Esta unidade de conservação de uso sustentável possui mais de cinco mil moradores e usuários que realizam como atividades principais para autossustentação e comercialização, a pesca, a agricultura familiar e o extrativismo. A RDS Amanã é ordenada territorialmente em setores que agregam comunidades e que estabelecem as formas e estratégias de uso e a gestão dos recursos naturais. A fotografia da capa desta edição foi registrada no setor Castanha, um dos 11 setores que esta unidade possui. Ela retrata as típicas habitações flutuantes da região, que são estratégicas para o modo de habitar esses ambientes que sofrem sazonalmente com as enchentes dos cursos d'água. A fotografia foi registrada em uma viagem para a realização de uma oficina com as comunidades locais, que teve como objetivo a assessoria para a organização social visando o manejo de recursos naturais e a mediação de conflitos por uso e domínio de lagos destinados à atividade de pesca. Nesta oportunidade, entre diferentes atividades e ferramentas utilizadas para subsidiar a condução da oficina, foram utilizados mapeamentos participativos para o diagnóstico de uso do território com as comunidades usuárias.

Caetano Franco

Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas/MG, Brasil; Aperfeiçoamento em Manejo de Áreas Protegidas pela Colorado State University/CO, EUA; e Mestre em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/AM, Brasil.

Contato: caetanolfbranco@gmail.com

REVISTA ELETRÔNICA

ENSAIOS DE

GEOGRAFIA

Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - Campus Niterói, a Revista Ensaios de Geografia é um periódico científico quadrimestral, avaliado por pares, sendo um discente e um docente, de acesso livre, e de publicação exclusivamente digital.

O periódico tem como intuito principal divulgar as pesquisas dos estudantes de graduação e pós-graduação, vinculados à geografia e áreas afins, bem como ser um espaço de formação acadêmica e profissional.

Prioriza-se a publicação de artigos que contenham relevantes resultados que contribuam ao processo de ensino-aprendizagem fundamentais ao desenvolvimento do pensamento geográfico.

Além disso, a revista aceita resenhas e traduções de textos inéditas e importantes ao referido campo de conhecimento. Propõe-se, também, divulgar produções artísticas, como fotografias, poesias, desenhos e similares.

São aceitas contribuições nos seguintes idiomas: português, inglês e espanhol.

O conteúdo dos trabalhos é de inteira responsabilidade dos autores.

EQUIPE EDITORIAL

CONTATO

Comissão Editorial da Revista Ensaios de Geografia
Avenida Milton Tavares de Souza, S/N - Gragoatá, Niterói-RJ
Instituto de Geociências - Departamento de Geografia, Campus
Praia Vermelha, Universidade Federal Fluminense.

Telefone: (021) 2629-5953

E-mail: revistaensaiosdegeografia@gmail.com

Instagram: @ensaios_de_geografia

Facebook: <https://www.facebook.com/revistaensaiosdegeografia/>

EDITOR-CHEFE

Prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa (UFF)

COMISSÃO EDITORIAL

Aline Rozenhal de Souza Cruz (UFF)

Claudia Rakel Pena Pereira (UFF)

Guido Cruz de Assis (UFF)

Janaína Conceição da Silva (UFF)

Monique Bezerra da Silva (UFF)

Yago Evangelista Tavares de Souza (UFF)

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof^ª. Dr^ª. Ana Claudia Giordani (UFF)

Prof^ª. Dr^ª. Flávia Elaine da Silva Martins (UFF)

Prof^ª. Dr^ª. Rosemeri Melo e Souza (UFS)

CONSELHO CONSULTIVO

Prof^ª. Dr^ª. Ilaina Damasceno Pereira (UERJ)

Prof^ª. Dr^ª. Flávia Mattos (LTDS/Coppe/UFRJ)

AVALIADORES

Aline Rozenthal de Souza Cruz (UFF)

Arlon Cândido Ferreira (UFF)

Dayana Debossan Coelho (UFF)

Humberto Marinho Almeida (UECE)

Igor Alencar (UFPB)

Joaquim Ferreira Barbosa (Faculdades Integradas dos Tapajós)

Josy Dayanny Alves Souza (UFG)

Juliana Nicoletti Ribeiro (UFF)

Junimar José Américo de Oliveira (UERJ)

Letícia de Carvalho Giannella (ENCE)

Lilian Aparecida de Souza (UFF)

Lucas Guedes Vilas Boas (CEFET/MG)

Lucas Tavares Honorato (UFF)

Marília Baldo Simões (UNEMAT)

Marcos Henrique Aguiar (UFF)



EDITORIAL

v. 6, nº 12, Setembro - Dezembro de 2020

A presente edição encerra o primeiro ano de retomada de atividades da Revista Ensaios de Geografia após um período de paralisação. Apesar de 2020 ter sido marcado por adversidades no contexto internacional, e desafios flagrantes nos aspectos institucionais do país, deve-se ressaltar ainda mais o esforço de todos os envolvidos para tornar as publicações deste ano possíveis: leitores, autores, avaliadores, editores, colaboradores, amigos. A todos nossa gratidão e votos de que em 2021 possamos continuar trocando saberes e produzindo conhecimento, de modo acessível e gratuito.

Os escritos que abrem o número 12 fazem referência ao registro fotográfico do geógrafo Caetano Franco. A convite dos editores, Franco cedeu uma de suas fotografias da Amazônia brasileira. A intenção de expor o tema e a região na capa foi relembrar que em 2020 a floresta registrou um aumento significativo do desmatamento e das queimadas, bem como os povos tradicionais que ali habitam foram duramente atingidos pela pandemia, não só pela gravidade da doença, mas também pela precariedade das infraestruturas de saúde pública.

Esta edição contém contribuições entre Artigos, Leituras e Visualidades de vários autores, principalmente, estudantes de graduação e pós-graduação. Além disso, foi criada uma seção temporária denominada Pandemia para abarcar trabalhos sobre o tema que não puderam ser contemplados em edições anteriores. Deste modo, esta publicação abarca uma ampla gama de assuntos, com destaque para a aplicabilidade das políticas públicas no cenário nacional.

Convidamos os leitores à reflexão. Bom proveito!

SUMÁRIO

ARTIGOS

AS SUBJETIVIDADES DO AGIR SOCIOAMBIENTAL NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Daniel Cardoso Alves p.10-29.

ESPAÇO REGIONAL METROPOLITANO: A AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO A PARTIR DO RODOANEL

Leandro de Andrade p.30-56

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS AÇÕES DA ELETROBRAS

Letícia Blanco p. 57-79

DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO À UTOPIA URBANA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS A PARTIR DA OBRA DE HENRI LEFEBVRE

Rafael Carvalho Drumond Pereira p. 80-99

A EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MOBILIDADE URBANA: UM ESTUDO DE CASO DE CORUMBÁ (MS)

Rafael Rocha Sá, Elisa Pinheiro de Freitas e
Julianne Elisa Moreira Lopes da Silva p.100-119

LEITURAS

ECÚMENO

Yuri Victor Melo p.120

VISUALIDADES

SOCIABILIDADES NAS FAIXAS DE DOMÍNIO FERROVIÁRIO DAS CIDADES DO TRIÂNGULO MINEIRO, MINAS GERAIS, BRASIL

Lucas Martins de Oliveira

p.121-124

PANDEMIA

CIDADE-VIDA ESTRANHA

Luiz Soares Mendes

p.125

COVID-19: UMA REFLEXÃO GEOGRÁFICA SOBRE AS DIFERENCIAÇÕES PATOLÓGICAS

Pedro Henrique Rocha, Helena Trindade,
Rafaela Pinheiro de Almeida Neves, Elinton
Fábio Romão e Laíza Lima

p.126-154



AS SUBJETIVIDADES DO AGIR SOCIOAMBIENTAL NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

SUBJECTIVITIES OF SOCIOENVIRONMENTAL ACTION IN THE CURRENT BRAZILIAN POLITICAL SCENARIO

Daniel Cardoso Alves¹

Universidade do Estado de Minas Gerais

dca.uemg@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento historicamente eleito e culturalmente moldado pela sociedade brasileira, cujas atividades humanas revelam-se incompatíveis com as necessidades sociais de comunidades locais e com a dinâmica dos ecossistemas, inserindo a causa socioambiental em posição secundária na hierarquia dos interesses políticos e econômicos. A questão central que o permeia é a seguinte: Quais os impactos das atuais declarações do presidente brasileiro em termos de participação social e apropriação cultural do meio ambiente no Brasil? Para tanto, adota uma abordagem qualitativa e se constitui como uma revisão de literatura, por meio da qual são consultados artigos, dissertações, teses, capítulos, livros e outras fontes que tratam da temática em estudo, o que subsidiará as reflexões posteriores.

Palavras-chave

Participação social; Apropriação cultural; Causa socioambiental; Discursos políticos.

Abstract

This article presents a reflection on the development model historically elected and culturally shaped by Brazilian society, whose human activities are incompatible with the social needs of local communities and with the dynamics of ecosystems, placing the socio-environmental cause in a secondary position in the hierarchy of political and economic interests. The central question that permeates it is the following: What are the impacts of the current statements by the Brazilian president in terms of social participation and cultural appropriation of the environment in Brazil? To this end, it adopts a qualitative approach and constitutes itself as a literature review, through which articles, dissertations, theses, chapters, books and other sources that deal with the subject under study are consulted, which will subsidize the later reflections.

Keywords

Social Participation; Cultural appropriation; Social and environmental cause; Political speeches.

¹ Professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Universitário de Belo Horizonte (FaE/UEMG-CBH).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.
ISSN: 2316-8544

Introdução

A necessidade de consumir atrelada ao processo de desenvolvimento da humanidade sempre foi questão elementar para a intensidade e o aprimoramento das técnicas suficientemente capazes de atender as aspirações humanas. Entretanto, o modelo de desenvolvimento econômico predominante entre as sociedades² ocidentais intensificado notadamente em fins do século XVIII, decorrente das profundas mudanças advindas com o fenômeno da Revolução Industrial, acentuou a subjugação das necessidades de subsistência e sobrevivência humanas ao infundável consumismo capitalista. De acordo com Branco (1988):

O consumismo é um processo eticamente condenável, pois faz com que as pessoas comprem mais coisas do que realmente necessitam. Através de sistemas complexos de propaganda, que envolvem sutilezas psicológicas e recursos espetaculares, industriais e produtores em geral convencem a população a adquirir sempre os novos modelos de carros, geladeiras, relógios, calculadoras e outras utilidades, lançando fora o que já possui. Esse processo garante aos fabricantes uma venda muito maior de seus produtos, permitindo a ampliação contínua das instalações industriais (BRANCO, 1988, p.43).

Esse modelo, fundado nos princípios econômicos liberais, disseminados, sobretudo, pelo pensador escocês Adam Smith através da obra “A Riqueza das Nações” (1996), propiciou as bases ideológicas para a estabilização do Capitalismo como sistema econômico vigente, impactou tecnologicamente o processo produtivo no mundo, influenciou político e culturalmente as sociedades e contribuiu para o processo de fugacidade dos anseios das gerações humanas presentes e futuras, pelo que:

[...] toda a nossa economia já se tornou uma economia do desperdício, na qual todas as coisas devem ser devoradas e abandonadas quase tão rapidamente quanto surgem no mundo, a fim de que o processo não chegue a um fim repentino e catastrófico. Mas, se esse ideal já estivesse realizado e passássemos realmente de membros de uma sociedade de consumidores, já não viveríamos mais num mundo, mas simplesmente seríamos impelidos por um processo em cujos ciclos perenemente repetidos as coisas surgem e desaparecem,

² “A rápida industrialização no Brasil e a agricultura brasileira a partir dos anos sessenta agravaram ainda mais a miséria de expressivos contingentes da nossa população. A fronteira agrícola funcionou como um regulador da intensificação de capital no campo e como condicionante e resultado do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira” (SILVA, 1985, p. 43).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.

ISSN: 2316-8544

manifestam-se e somem, sem jamais durar o tempo suficiente para conterem em seu meio o processo vital (ARENDR, 1997, p.147).

Com isso, a satisfação insaciável dos anseios humanos tem aumentado a competitividade entre as pessoas, que se mostram cada vez mais individualistas, o que incentiva explorações intensas da natureza, num ritmo descompassado com o tempo natural de que os ecossistemas precisam para se autoproduzirem, resultando numa relação conflitante entre a sociedade e a natureza.

Conseqüentemente, o meio ambiente, no mundo, vem sendo utilizado como espaço de reprodução das necessidades capitalistas, o que acentua o descuido para com as áreas naturais e a apropriação dos recursos, ocasionando sérios problemas de ordem humana e socioambiental e resultando num meio ambiente extremamente vulnerável dada a superexploração dos seus recursos em nome desse consumo, cujas “relações com a natureza estão se tornando cada vez mais alienadas [...] (cuja) tendência é a [...] eterna expansão do consumo dos recursos naturais e do espaço” (LASCHEFSKI *et. al.*, 2005, p. 252).

Ao mesmo tempo, nos deparamos no ano de 2019 com a total perda de sentido da Vigésima Quinta Conferência sobre o Clima da Organização das Nações Unidas (25 COP/ONU) realizada em Madrid. Essa Conferência, que teve como *slogan* “tempo de agir” perdeu a sua intenção, visto que os principais pontos da pauta como a regulamentação do mercado de carbono que, conforme Juras (2012, p. 3), “[...] é um dos mecanismos usados para a mitigação do aquecimento global e da mudança do clima [...]”, e a apresentação de metas sócio e ambientalmente mais ambiciosas firmadas no Acordo de Paris, firmado em 2015 na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima com vistas a “defender e promover a cooperação regional e internacional de modo a mobilizar a ação climática mais forte e mais ambiciosa de todos os interessados [...]” (ONU/COP, 2015, p. 3). Entretanto, ambas estratégias não lograram êxito, sendo postergadas para o ano de 2020.

Contraditoriamente, o Clima apresenta-se como assunto que jamais sai de cena dos noticiários no mundo: greves globais contrárias às mudanças climáticas, intensificação dos desmatamentos, recorde das concentrações de gases que provocam o aumento do efeito estufa, evidências das catástrofes ambientais relacionadas ao aumento

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.

ISSN: 2316-8544

da temperatura no planeta, disputas políticas entre nações em prol de interesses econômicos, aumento de doenças com a proliferação de vetores e condições climáticas desfavoráveis ao organismo humano, fenômeno da acidificação das águas ocasionando a mortandade de peixes e outras espécies aquáticas, eventos climáticos extremos, discursos negacionistas acerca do aumento da temperatura do planeta, entre tantos outros assuntos e episódios relacionados à questão socioambiental no mundo.

Parecendo ignorar que um grau a mais na temperatura do planeta implica em mais vidas afetadas, mais refugiados do clima e na necessidade de mais recursos para remediar os efeitos, que vem numa escala crescente desde a Primeira Revolução Industrial no século XVIII, recentemente, o presidente da República Federativa do Brasil, ao ser questionado por jornalistas sobre a divulgação dos dados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) sobre o aumento das queimadas na Amazônia e a morte do jovem indígena maranhense Erisvan Guajajara, supostamente envolvido com o tráfico de drogas, preferiu duvidar dos dados, supondo o envolvimento criminoso de Organizações Não Governamentais (ONGs) e caracterizar com o termo “pirralha” uma das maiores personalidades de 2019 da causa socioambiental no mundo reconhecida pelas renomadas revistas científicas *Times* e *Nature*, a sueca ativista ambiental Greta Thunberg.

Essa declaração do presidente brasileiro causou indignação de ativistas ambientais, ONGs que se pronunciaram por meio de nota de repúdio e da própria Greta Thunberg que, ironicamente, se autodenominou “pirralha” na sua rede social *Twitter*.

É válido lembrar que estamos falando do discurso do presidente de uma nação que que vivenciou nos anos de 2015 e 2019 tragédias socioambientais de imensuráveis proporções: Rompimento da barragem de mineração no município de Mariana – MG controlada pela empresa Samarco Mineração S. A., gerando o maior impacto ambiental do mundo com a contaminação do Rio Doce por detritos industriais e rompimento da barragem de mineração no município de Brumadinho - MG controlada pela empresa Vale, causando mais de 250 mortes, respectivamente.

Diante dessa histórica e conflituosa relação entre sociedade e natureza, bem como, entre sujeitos e valores humanos e, principalmente, das recentes declarações do presidente do Brasil, é que este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento historicamente eleito e culturalmente moldado pela sociedade

brasileira, cujas atividades humanas revelam-se incompatíveis com as necessidades sociais de comunidades locais e com a dinâmica dos ecossistemas, inserindo a causa socioambiental em posição secundária na hierarquia dos interesses políticos e econômicos.

A questão central que o permeia é a seguinte: Quais os impactos das atuais declarações do Presidente brasileiro em termos de participação social e apropriação cultural do meio ambiente no Brasil?

Para tanto, adota uma abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994) e se constitui como uma revisão de literatura, por meio da qual são consultados artigos, dissertações, teses, capítulos, livros e outras fontes que tratam da temática em estudo, o que subsidiará as reflexões posteriores.

O artigo estrutura-se, assim, em quatro seções, sendo a primeira esta introdução. Na sequência, apresentamos a seção intitulada “As subjetividades do agir socioambiental”, a fim de relacionarmos a literatura com as análises que realizamos a partir das atuais declarações do chefe de estado da nação brasileira acerca da ativista socioambiental Greta Thunberg e da atuação de ONGs no Brasil.

Com as considerações finais, concluímos entendendo que a humanidade, ao longo dos tempos, vive um paradoxo sócio, político, econômico e ambiental que se traduz na concepção incompatível de progresso com a causa socioambiental. Com isso, os problemas ambientais são agravados, em meio aos discursos, ora fundados (re)apropriação social da natureza, ora na racionalidade econômica e, por vezes, de cunho puramente ideológico.

As subjetividades do agir socioambiental

A contemporaneidade é caracterizada pela massificação do agir social, ou seja, em tempos de globalização são tamanhas as investidas de se inserir uma cultura que seja universalmente incorporada como hegemônica, cujos fins são a padronização das atitudes humanas. De acordo com Zaoual (2003), pensador crítico sobre as políticas de ocidentalização cultural no mundo,

A busca desesperada da uniformidade leva inelutavelmente a modelos sociais explosivos. A mundialização sob o jugo de um só e único modelo, predatório

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.

ISSN: 2316-8544

com relação a recursos naturais e destruidor da diversidade, gera de fato as condições de uma guerra de civilizações e de culturas (ZAOUAL, 2003, p. 86).

A desconsideração das pluralidades culturais culmina numa sociedade apartada de seus símbolos próprios, os quais além de se referirem a sua gênese, são reveladores da sua dinâmica espaço-temporal, em suma, reveladores do seu agir social. A massificação cultural, nessa perspectiva excludente, afasta o homem de sua gênese, fragmentando-o culturalmente em prol de uma cultura única, distante, desconhecida, desconexa do seu mundo e que, ao ser imposta ideologicamente como a hegemônica, pode representar um fim em si mesma, uma vez que não aponta para outros caminhos. Com isso,

[...] a lógica financeira – apoiada nas inovações tecnológicas da informática e das telecomunicações – se sobrepõe à lógica produtiva, acarretando graves consequências no plano do emprego e da produção [...]. As transformações em curso, por sua vez, qualitativas e quantitativas, são capazes de destruir economias inteiras de um dia para o outro, a exemplo da volatilidade dos capitais fictícios/improdutivos aplicados nos mercados financeiros, que saem e entram de um país para o outro, transitando de um lado do mundo para outro, através das redes informatizadas de telecomunicações (DRUCK; FRANCO, 1997, p.16).

Entretanto, Zaoual (2003) entende que a mundialização cultural possibilitou ao homem o diálogo com culturas diferentes, o que é extremamente enriquecedor por contribuir para a ampliação dos horizontes culturais, ideológicos e espaciais. Mas, o caminho de volta, o retorno ao seu sítio³, segundo o autor, é o que possibilita ao homem o engajamento social dentro da sua comunidade, pois o sentimento de pertencimento o motiva ao agir social. Em outras palavras, apreende-se que o contato com o global, dada a percepção da condição de efemeridade deste, impulsiona no homem a busca pelo local, com o qual possui laços perenes de identidade, pois

A cultura do sítio está no horizonte dos paradigmas do futuro. É ela que constitui o cadinho dos modos de organização e de estímulo dos atores locais em torno das mudanças necessárias. O sítio funciona assim como um perito cognitivo e coletivo. Ele desencadeia mecanismos de cooperação que

3 “Enquanto ‘pátria imaginária’, um sítio é, antes de tudo, uma entidade imaterial, logo, invisível. Impregna de modo subjacente os comportamentos individuais e coletivos e todas as manifestações materiais de um dado lugar (paisagem, habitat, arquitetura, saber fazer, técnicas, ferramentas, etc.)” (ZAOUAL, 2003).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.

ISSN: 2316-8544

estabilizam a desordem inerente aos organismos sociais (ZOAUAL, 2003, p. 103).

Para Zaoual (2003), o conceito de sítio ultrapassa a identificação físico-geográfica do local pelo homem, uma vez que ele é também a manifestação das simbologias formadoras do local. Esta segunda condição é reveladora de que a identificação com o local está associada com a noção de pertencimento, evidenciando que o local, como parte do global, se explica por suas subjetividades. Assim, o local pode também ser compreendido como o lugar de uma sociedade, considerando que

Todos os lugares são pequenos mundos: o sentido do mundo, no entanto, pode ser encontrado explicitamente na arte mais do que na rede intangível das relações humanas. Lugares podem ser símbolos públicos ou campos de preocupação [...], mas o poder dos símbolos para criar lugares depende, em última análise, das emoções humanas que vibram nos campos de preocupação (TUAN, 1979, p. 421).

Mas, sabendo-se que é perceptível aquilo que o sentido da visão permite ver, logo, aquilo que é concreto, como perceber os pequenos mundos que um lugar carrega? Sobre isso, diversas reflexões vêm numa perspectiva da análise do perceptível e do visível para além do que é visto, ou seja, para além do aparente morfológico da paisagem que salta aos olhos. A paisagem, assim, deixa de ser apenas forma, pois ela “não é só o mundo tal e qual, é também uma construção, uma composição e uma forma de ver o mundo” (NOGUÉI FONT, 1986, p. 36). Semelhantemente, Santos (2008) assim a define:

A paisagem é o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica. O jardim, a rua, o conjunto de casas que temos à nossa frente, como simples pedestres. Uma fração mais extensa de espaço, que a nossa vista alcança do alto de um edifício. O que vemos de um avião que voa a mil metros de altura é uma paisagem, como a que apreendemos numa extensão ainda mais vasta, quando de uma altura maior. A paisagem é o nosso horizonte, estejamos onde estivermos (SANTOS, 2008, p. 84).

Os estudos sobre paisagem, cada vez mais, se concentram na sua característica de dualidade: real e simbólica, em que, “[...] indissociável da idéia de espaço, é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção, da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos [...]” (YÁZIGI, 1998, p. 123). As paisagens dos lugares são, assim, além de formas geográficas, produtos do imaginário social e, por isso, estão num constante refazer-se, pois “A cada instante, há mais do que o olho pode ver,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.

ISSN: 2316-8544

mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados” (LYNCH, 1997, p. 1)

A significância do lugar pela sociedade, materializada e perceptível no agir social, está associada com a valoração ambiental desse lugar. A imagem ambiental como “[...] resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente” (LYNCH, 1997, p. 7), será o reflexo da significância social do lugar, em que “[...] se o ambiente for visivelmente organizado e nitidamente identificado, o cidadão poderá impregná-lo de seus próprios significados e relações. Então se tornará um verdadeiro lugar, notável e inconfundível” (LYNCH, 1997, p. 101-102).

Um ambiente, quando tomado como o lugar de uma sociedade, contrapõe a lógica homogeneizante, uma vez que “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos” (SANTOS, 1988, p. 34). Essa condição singular é permitida pela mediação cultural entre a sociedade e o ambiente, seu lugar. O ambiente, como o lugar de vida social, deixa de ser entendido apenas por sua condição de *habitat* natural para se referir à materialização da cultura no espaço geográfico. Dessa forma,

O ambiente não pode ser reduzido simplesmente aquilo que circunda os indivíduos e espécies biológicas, porque esse tipo de reducionismo escamoteia o fato de que o meio ambiente é também uma construção social [...] é produto de uma conjugação de processos que tem raízes tanto numa ordem física quanto social (LEFF, 2001, p. 224).

Nesse sentido, a compreensão do ambiente requer um olhar para o processo de construção da sua imagem, que é perceptível na forma de paisagem, uma vez que, o ambiente se define pela mediação da relação com a sociedade, pela Cultura, definida por Geertz (1989) como um emaranhado de teias de significado criadas pelo homem e conceituada percebidas e/ou camufladas nas marcas impressas no lugar, pois “A cultura contém em seu bojo a compreensão e leitura da natureza” (ALMEIDA, 2004, p.19). Ela permite a vinculação entre o imaginário social e a realidade concreta.

A percepção do ambiente é, assim, o resultado do imaginário social, o qual, de acordo com Lynch (1997), se constrói da relação observador e ambiente, ou seja, é fruto da imagem ambiental que, mediada pela cultura, se singulariza na apropriação social (estrutura), diferenciação (identidade) e valoração (significado) do ambiente pelos

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.

ISSN: 2316-8544

sujeitos. Dessa forma, a percepção ambiental⁴ varia em função das imagens ambientais, e por não se resumir à percepção sensorial propiciada pelos sentidos da visão e da audição, fornece uma compreensão em sentido amplo do ambiente, pois, ela além da capacidade sensorial orgânica do homem, explora o seu sistema perceptivo não sensorial, valendo-se da cultura, da memória, da experiência de vida, dentre outros meios cognitivos, como elementos que contribuem para a leitura do agir social sobre o espaço.

Para Santos (1998), dado o atual modelo de sociedade, caracterizado como “técnico-científico-informacional”, os espaços ganharam um novo significado: local da reprodução do capital. Esses espaços passaram a ser funcionais para a produção e a reprodução do capital e deixaram de ser lugares de vida social. Diante da nova função dada aos espaços, em que

Os novos objetos surgem para atender os reclamos precisos de produção material ou imaterial, criando espaços exclusivos de certas funções. À cidade como um todo, teatro da existência de todos os moradores, superpõe essa nova sociedade moderna seletiva, Cidade técnico científico-informacional, cheia de intencionalidades do novo modelo de produzir, criada na superfície e no subsolo, nos objetos visíveis e nas infra-estruturas, ao sabor das exigências sempre renovadas da ciência e da tecnologia (SANTOS, 1998, p. 38).

Os estudos de Percepção Ambiental possibilitam o poder de visibilidade, inerente a toda sociedade, das formas desiguais de apropriação dos espaços, das suas novas funções e dos recursos da natureza, muitas vezes ocultas. Sobre isso, Bourdieu (1989) destaca que,

[...] o poder simbólico não reside nos <<sistemas simbólicos>> em forma de uma <<illocutionary force>> mas que se define uma relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhes são sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. [...] (BOURDIEU, 1989, p. 14-15).

Mas, perceber a visibilidade das formas ocultas do ambiente diante do processo de aculturação capitalista, que se reflete na apropriação desigual dos espaços e da

4 A percepção ambiental explica a forma como o homem vê, interpreta, convive e se adapta à realidade do seu meio, principalmente em ambientes instáveis ou vulneráveis sócio e ambientalmente (OKAMOTO, 2002). A percepção ambiental é também entendida como uma tomada de consciência do ambiente pela sociedade, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, com vistas ao seu cuidado e a sua proteção (FAGGIONATO, 2011).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.

ISSN: 2316-8544

natureza, requer que o sujeito se reconheça como parte indissociável do espaço habitado, o qual é definido por lutas simbólicas de interesses distintos nele travadas. Faz-se *mister*, para o sujeito, a percepção de que “O espaço social e as diferenças que nele se desenham <<espontaneamente>> tendem a funcionar simbolicamente como espaço dos estilos de vida ou como conjunto Stände, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes” (BOURDIEU, 1989, p. 144).

A percepção holística da realidade vinculada à noção de pertencimento ao lugar em que se vive, evidencia a importância do poder simbólico como elemento emancipador e possibilita a tomada de consciência, pelos sujeitos, da força que têm como sociedade organizada, para manifestarem em atitudes concretas os ideais de construção de um espaço sócio e ambientalmente mais justo, superando ações individuais e imediatistas. É desta forma, que os sujeitos sociais exercerão a sua capacidade cidadã, entendida por Loureiro (2002) “[...] Como algo que se constrói permanentemente, que não possui origem divina ou natural, nem é fornecida por governantes, mas se constitui ao dar significado ao pertencimento do indivíduo a uma sociedade, em cada fase histórica” (LOUREIRO, 2002, p. 75).

Nesse sentido, os estudos de Percepção Ambiental podem significar a mudança de atitude através de uma nova visão de mundo, pois nessa sociedade “técnico-científica-informacional”, ainda que o concreto engane, as paisagens dos espaços não deixam de ser reflexos do conteúdo oculto no processo de apropriação sociocultural.

Esses estudos evidenciam que diversas são as possibilidades pelas quais se pode explicar a realidade do espaço vivido. E, valer-se de um olhar holístico, do todo, quando se propõe ao estudo dessa realidade, requer, antes de tudo, uma atenção especial para o seu conteúdo.

Discursos político-ideológicos, participação social e apropriação cultural do meio ambiente no Brasil

Apropriar-se do espaço que se habita de forma a percebê-lo como o seu lugar, implica na formação identitária do sujeito, que decorre de uma dupla gênese semântica, em que:

O modo de pensar e tornar operacional esta distinção entre "identidade pessoal" (o que sou/gostaria de ser) e "identificação social" (como sou definido/o que dizem que sou) dá margem a múltiplos desdobramentos e permite caracterizar, de modo bastante grosseiro, não apenas as grandes teorias da socialização na literatura das ciências sociais (Dubar 1991) como também as concepções correntes, subjacentes aos discursos comuns, que, às vezes, constituem uma espécie de vulgarização das primeiras. Duas orientações se opõem: uma, chamada por alguns de "psicologizante", mas que prefiro chamar de essencialista, fundada no postulado da realidade de um self (ou de um ego, ou de um eu...) como realidade "substancialista", permanente e autônoma construindo sua unidade (Abramowski 1987 etc.); e a outra, inversa, às vezes chamada de "sociologista", embora eu prefira chamá-la de relativista, que reduz o self e, portanto, a identidade biográfica a uma "ilusão", ocultando a pluralidade dos papéis sociais e sua dependência para com a posição ocupada em cada campo social em particular, e no sistema das classes sociais em geral (Bourdieu 1986) (DUBAR, 1998, p. 1-2).

Ao nos apropriarmos desses dois sentidos que carregam o processo de formação da identidade do sujeito e relacionarmos com a análise do recente discurso proferido pelo presidente do Brasil à sueca ativista socioambiental Greta Thunberg⁵, passamos a entender que chamá-la de "pirralha" vai muito além do seu significado denotativo de "criança ou jovem, geralmente pequeno, indivíduo de pequena estatura" (Houaiss, 2009)", impacta numa identidade coletiva sócio-representativa, ou seja, impacta nas identidades pessoais dos diversos sujeitos que com ela se identificam identitária e socialmente.

Greta Thunberg representa a importância da participação da sociedade na causa ambiental, consolida a perspectiva socioambientalista como condição para se pensar a política de meio ambiente e, principalmente, insere a juventude nessa causa, como preconiza o próprio texto constitucional da República Federativa do Brasil:

Art. 225. **Todos** têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, **impondo-se** ao Poder Público e **à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo** para as presentes e futuras gerações (grifos do autor, BRASIL, 1988).

⁵ Uma jovem de dezesseis anos de idade totalmente engajada com a causa socioambiental no mundo, que tem influenciado milhões de pessoas, enfrentado chefes de Estado de nações poderosas, buscado apoio de pontífices religiosos com o único fim de contribuir para a construção de um mundo sócio e ambientalmente mais justo e que tem se configurado como personalidade do ano de 2019 por revistas científicas de renome mundial.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.
ISSN: 2316-8544

Greta Thunber, ainda, (re)significa o reducionismo adultocêntrico em se olhar para a capacidade cidadã da juventude. Reducionismo este que advém de uma tradição filosófico-educacional ocidental que reduz esse sujeito a uma etapa menos importante da vida (a infância), porém, necessária para a constituição do adulto futuro, ao qual é dado todo o protagonismo referente à capacidade de materializar sonhos e utopias capazes de transformarem a sociedade.

O autor, contrário a essa visão, nos propõe que ampliemos os horizontes da temporalidade, ou seja, que entendamos a infância para além de uma perspectiva meramente cronológica, valorizando um outro tipo de temporalidade, a *aiônica*, em que a infância passa a ser concebida

[...] Como acontecimento, como ruptura da história, como revolução, como resistência e como criação. É a infância que interrompe a história [...]. É a infância como intensidade, um situar-se intensivo no mundo; um sair sempre do ‘seu’ lugar e se situar em outros lugares, desconhecidos, inusitados, inesperados (KOHAN, 2004, p. 63).

Há, portanto, uma ideologia implícita no discurso do atual chefe do poder executivo brasileiro na tentativa de excluir a sociedade e, especialmente os jovens, de assuntos que, como o meio ambiente, são constitucionalmente definidos com uma causa de engajamento coletivo e público. Para tanto, transcrevemos o discurso do presidente relacionado à ativista:

Como é, índio? Qual o nome daquela menina lá? Não, lá de fora, lá. Aquela Tabata, não. Como é? Greta. A Greta já falou que os índios morreram porque estão defendendo a Amazônia. É impressionante a imprensa dar espaço para uma pirralha dessa aí. Uma pirralha⁶ (PORTAL G1, 2019).

Da mesma forma, supor a responsabilidade criminosa do aumento das queimadas na Amazônia a ONGs, significa um discurso de retrocesso à democratização⁷ da causa socioambiental no Brasil, em que, desde a constitucionalização do tema e instituição da

⁶ “No início da noite, o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, comentou as declarações de Jair Bolsonaro. Negou que ele tenha sido descortês ou inadequado, disse que “pirralha” é uma pessoa de pequena estatura, uma criança” (PORTAL G1, 2019).

⁷ “O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado passou a ser, a partir de 1988, um direito fundamental de todos os brasileiros e de todas as pessoas que estiverem no Brasil. Por ser direito fundamental, é um direito indisponível, do qual não se pode abrir mão” (NALINI, 2003, p. 290).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.

ISSN: 2316-8544

política nacional de meio ambiente, tornou-se notória a intensificação de novos protagonistas sociais que, mesmo sem deterem o poder de Estado, se organizam como sociedade civil, na busca de transformarem em atos concretos seus protestos e ideais socioambientais.

A respeito do aumento das queimadas na Amazônia em 2019, o atual presidente do Brasil declarou:

[...] Isso é conversa, pessoal faz, toma decisão e ponto final. Você pode ver, pega o que se manda verbas bilionárias, 40% para ONG, essa ONG vai para mão dessas pessoas para ficar rodando a Amazônia e ficar fazendo campanha contra nós o tempo todo. Perderam a boquinha também [...]. (O governo) não está insensível para as queimadas e avalia medidas a serem adotadas com os ministérios da Defesa e do Meio Ambiente. ONGs representam interesses de fora do Brasil [...]. Não estou afirmando (que ONGs são as responsáveis pelas queimadas). Temos que combater o crime, depois vamos ver quem é o possível responsável pelo crime. Mas, no meu entender, há interesse dessas ONGs, que representam interesses de fora do Brasil [...]. A questão da queimada na Amazônia, que no meu entender pode ter sido potencializada por ONGs, porque eles perderam grana, qual é a intenção? Trazer problemas para o Brasil (PORTAL G1, 2019).

Em alinhamento à declaração do presidente a respeito do suposto envolvimento criminoso das ONGs com as queimadas na Amazônia, o ministro do meio ambiente publicou em sua rede social *Twitter*: “Tempo seco, vento e calor fizeram com que os incêndios aumentassem muito em todo o País. Os brigadistas do ICMBIO e IBAMA, equipamentos e aeronaves estão integralmente à disposição dos Estados e já em uso” (PORTAL G1, 2019). Essa publicação foi posteriormente replicada na rede social do presidente.

A Associação Brasileira de ONGs (ABONG), em oposição às declarações do presidente do Brasil, se pronunciou em seu *site* institucional por meio de nota escrita e ilustrada ironicamente intitulada de “Bolsonaro não precisa das ONGs para queimar a imagem do Brasil no mundo inteiro”:

Os focos de incêndio em todo Brasil aumentaram 82% desde o início deste ano, para um total de 71.497 registros feitos pelo INPE, dos quais 54% ocorreram na Amazônia. Diante da escandalosa situação, Bolsonaro disse que o seu “sentimento” é de que “ONGs estão por trás” do alastramento do fogo para “enviar mensagens ao exterior”. O aumento das queimadas não é um fato isolado. No seu curto período de governo, também cresceram o desmatamento, a invasão de parques e terras indígenas, a exploração ilegal e predatória de recursos naturais e o assassinato de lideranças de comunidades tradicionais, indígenas e ambientalistas [...]. O Presidente deve agir com responsabilidade e provar o que diz, ao invés de fazer ilações irresponsáveis e inconsequentes,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.

ISSN: 2316-8544

repetindo a tentativa de criminalizar as organizações, manipulando a opinião pública contra o trabalho realizado pela sociedade civil. Bolsonaro não precisa das ONGs para queimar a imagem do Brasil no mundo inteiro (ABONG, 2019).

Pelo exposto, esses discursos do chefe do governo brasileiro, na essência, tanto impactam nas identidades dos sujeitos, quanto retrocede ao texto constitucional e à Lei Federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre Educação Ambiental no Brasil e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, documentos em que a participação social é questão prioritária para proteger o meio ambiente que é o meio de vida do homem. Ele não é um simples amontoado de elementos desordenados, mas o resultado de uma combinação dinâmica – portanto, em movimento, em transformação – de elementos físicos e humanos que, interagindo uns com os outros, fazem dele um conjunto único e inseparável, em constante evolução.

Considerações finais

O histórico padrão de vida civilizatório associado às atividades econômicas altamente predatórias e poluentes resultou, na contemporaneidade, no aumento inadequado do aproveitamento dos recursos naturais disponíveis no planeta, cujo procedimento de utilização dos complexos processos de capacidade técnica contribui para a problemática socioambiental no mundo.

Todavia, estudos revelam que as preocupações de cunho socioambiental não tiveram um marco temporal exato, pelo contrário, surgiram de forma bastante diferenciada e disseminada pelo mundo. Diversas foram as formas de alertas para a necessidade de uma maior preocupação com as questões desse caráter sobretudo a partir do ano de 1950, momento em que o mundo percebeu, de forma latente, ao assistir às tragédias ambientais vivenciadas pelo Japão, que meio ambiente e sociedade são dimensões indissociáveis.

Desde essa percepção, foram inúmeros os encontros, as conferências, as leis e os movimentos voltados para a proteção do meio ambiente, com destaque para a Conferência de Estocolmo em 1972 que inseriu a qualidade de vida ambiental nas agendas políticas de todas as nações. A publicação do livro “Primavera Silenciosa”, no ano de 1962, de autoria de Rachel Carson, foi também um marco, ainda anterior, que possibilitou a

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.

ISSN: 2316-8544

popularização para a conscientização da humanidade sobre a vulnerabilidade da natureza. Com contribuição semelhante, o Clube de Roma, em 1968, evidenciou a problemática socioambiental eminente em todo o mundo ao projetar um futuro caracterizado por situações ambientais catastróficas.

No contexto brasileiro, como vimos, até meados dos anos de 1980, as questões ambientais, no que se referiam à defesa e à preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, eram tratadas de forma muito limitada à esfera estatal, ou seja, não havia uma participação efetiva e legitimada da sociedade civil nessas questões, haja vista a política centralizadora implementada pelo Estado. Foi somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, por força do artigo 225, que as questões envolvendo o Meio Ambiente passaram a ser, constitucionalmente, partilhadas com a sociedade.

Verificou-se que houve no Brasil, com a constitucionalização da causa socioambiental, uma descentralização do poder de legislar sobre esse assunto, contribuindo para que diversas normatizações fossem criadas no país, destacando-se, sobretudo, a atuação do poder local e a instituição de uma política nacional para meio ambiente e educação ambiental.

No entanto, o que se percebe na histórica problemática socioambiental brasileira é que o papel do Estado, como instância representativa e administrativa dos direitos sociais, de acordo com Souza e Rodrigues (2004), não é o de transpor a situação de injustiça estrutural dos problemas, mas o de colaborar para a manutenção das regras do jogo político, de um *status quo* que se mantém da subjugação de classes economicamente desfavorecidas.

As políticas implementadas pelo poder público brasileiro, cuja missão principal deveria ser colocar em prática projetos políticos voltados para a busca de maior justiça socioambiental, acabam por privilegiar o econômico em detrimento do social e do ambiental. Consequentemente, o que se tem verificado é um Estado capitalista de atuação mínima, que através de projetos paliativos, ações imediatistas e relações de clientelismo, transfere à sociedade civil o ônus de arcar com a sua ausência. Todavia, ainda que louvável e necessário seja o engajamento social na causa ambiental, como advertem

Cunha e Guerra (2007), o Estado não deve se valer da participação da sociedade para se eximir da sua função.

Na conjuntura atual, os reclames sociais por condições ambientais sócio, econômico e ecologicamente mais justas e equilibradas têm sido recorrentes em todo o mundo, uma vez que as desigualdades econômicas se acentuam e se repetem, também, no acesso desigual aos recursos naturais. Com isso, cada vez mais ganham vozes novos atores sociais, os chamados ativistas socioambientais.

Dentre esses ativistas, a jovem sueca Greta Thunberg apresenta-se como a de maior representatividade mundial. Recentemente acerca da morte de um indígena brasileiro e do aumento das queimadas na Amazônia, Thunberg se pronunciou nos seguintes termos: “[...] qualquer morte preocupa. Queremos cumprir a lei. Nós somos contra o desmatamento ilegal, somos contra queimada ilegal, tudo o que for contra a lei, nós somos contra” (PORTAL G1, 2019).

A respeito desse pronunciamento, o atual presidente da república do Brasil, numa deliberada intenção de infantilizar as palavras de Greta Thunberg, a chamou de “pirralha”. Essa postura discursiva do presidente, além de não contribuir em nada para a causa socioambiental no mundo, demonstra uma visão preconceituosa adultocêntrica que, segundo Kohan (2004), foi culturalmente construída no ocidente, pois, ainda que a democratização da causa socioambiental seja recente no Brasil, é constitucionalmente inaceitável desmerecer a participação do jovem nessa causa.

Também a respeito da atuação de ONGs ambientais no Brasil, o presidente do Brasil, no contexto do aumento das queimadas na Amazônia, se posicionou colocando em suspeita a possibilidade do envolvimento criminoso dessas Organizações.

Para além de discursos de cunho político-ideológico, o que temos é um Estado pouco preocupado em transpor as barreiras da problemática socioambiental, atuando de forma mínima por meio de políticas públicas imediatistas e paliativas, em que “contemplar grande parte das cidades brasileiras provoca um sentimento de desolação. É a degradação dos ambientes, agravados pela miséria, mas não só ela [...]” (YÁZIGI, 2005, p. 254).

A predominância do Estado mínimo, com princípios neoliberais de apropriação do meio ambiente como fonte de acumulação do capital, contribui para o fortalecimento

de políticas públicas imediatistas, lineares e desintegradas, que desvinculam os problemas ambientais dos anseios sociais e dificultam, quando não excluem, a efetiva participação da sociedade dos direcionamentos das questões socioambientais no país.

Essas políticas perpetuam na sociedade a ideologia do consumo a qualquer preço, a fim de se acompanhar a reprodução ampliada do capital, em busca de um crescimento econômico que parece não ter fim, mesmo que para isso a vida, o equilíbrio e a qualidade socioambiental sejam ameaçados.

Mas é claro que o consumo por si só não é o problema, sua raiz está no consumo demasiado e diferenciado, em que uma maioria desprivilegiada sócio e economicamente tem tirado de si o direito do uso equitativo do espaço geográfico e dos seus recursos, em favor do usufruto irracional pela minoria dominante.

Concluimos pelas reflexões expostas neste artigo que o exercício da cidadania está estritamente relacionado com o despertar para a consciência socioambiental. Contudo, o cenário político atualmente vivenciado no Brasil parece não priorizar esse despertar quando reduz a importância de uma jovem ativista mundialmente reconhecida para a causa socioambiental e coloca sob suspeita as finalidades e atuação de ONGs ambientais.

Assim, no Brasil, a questão socioambiental além de ser agravada pelos problemas decorrentes das atividades nefastas ao meio ambiente praticadas pelas sociedades ao longo dos tempos, se depara com a difícil tarefa de ter o acesso à reflexão crítica do modelo desenvolvimentista politicamente adotado, diante de estratégias de manipulação ideológica, que reduzem a participação social a etapas menos importantes das políticas públicas ambientais e desmerecem sujeitos e organizações civis que, mesmo sem deterem o poder de Estado, se empenham nos assuntos relacionados a problemática socioambiental no Brasil e no mundo.

Por fim, as atuais declarações do presidente brasileiro acerca da ativista socioambiental Greta Thunberg e da atuação das ONGs ambientais não condizem com os preceitos constitucionais que reconhecem a causa socioambiental como coletiva e pública, como o próprio exercício da cidadania, essencial para a efetividade da política nacional de proteção e conservação do meio ambiente no Brasil.

Referências

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.
ISSN: 2316-8544

ALMEIDA, M. G. de. **Turismo e os Paradoxos no Consumo e Conservação do Ambiente**. Ateliê. Geográfico, v. 1. Disponível em: <<https://www.revistas.uff.br/atelie/article/view/3017>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG). **Bolsonaro não precisa das ONGs para queimar a imagem do Brasil no mundo inteiro**, 2019. Disponível em: <<https://abong.org.br/2019/08/21/bolsonaro-nao-precisa-das-ongs-para-queimar-a-imagem-do-brasil-no-mundo-inteiro/>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Bertrand Brasil, 1989.

BRANCO, S. M. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre Educação Ambiental no Brasil, Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências**. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9795.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CONFERÊNCIA DAS PARTES VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO PARIS. **Acordo Paris**, 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T., orgs. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DRUCK, G; FRANCO, T. **A degradação do trabalho e os riscos industriais no contexto da globalização, reestruturação produtiva e das políticas neoliberais**. p.15-32. In: FRANCO, T. (org.) – Trabalho, Riscos Industriais e Meio Ambiente: Rumo ao Desenvolvimento Sustentável? EDUFBA. Salvador, 1997.

DUBAR, C. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos**. Educação e Sociedade. vol. 19 n. 62 Campinas Apr. 1998.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.

ISSN: 2316-8544

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000100002>. Acesso em: 28 nov. 2019.

FAGGIONATO, S. **Percepção Ambiental**, 2011. Disponível em: <<http://educar.sc.usp.br>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

JURAS, I. da G. M. **Mercado de Carbono**. Consultoria Legislativa da Área XI Meio Ambiente e Direito Ambiental, Organização Territorial e Desenvolvimento Urbano e Regional, 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema14/2012_16028.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

KOHAN, W.O. **A infância, entre o humano e o inumano**. In: R.L. GARCIA (ed.), *Diálogos cotidianos*. Petrópolis/Rio de Janeiro, FAPERJ, 2004.

LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B.; ZHOURI, A. (orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LOUREIRO, C. F. B *et al.* **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NALINI, J. **Ética Ambiental**. 2 ed. Campinas, SP: Millenium Editora Ltda., 2003.
NALINI, J. R. Justiça: Aliada Eficaz da Natureza. In: TRIGUEIRO, André. (coord.) *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

NOGUÉI FONT, J. Paisage y turismo. **Estúdios turísticos**. Madri, 1986.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento**. Visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

PORTAL G1. **Bolsonaro diz que divulgação de dados sobre desmatamento prejudica o Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/21/bolsonaro-diz-que-divulgacao-de-dados-sobre-desmatamento-prejudica-o-brasil.ghtml>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.
ISSN: 2316-8544

PORTAL G1. **Greta Thunberg é escolhida 'pessoa do ano' pela revista 'Time'**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/11/revista-time-escolhe-greta-thunberg-como-pessoa-do-ano.ghtml>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PORTAL G1. **Ricardo Galvão, ex-diretor do Inpe, e Greta Thunberg estão na lista das 10 pessoas que mais se destacaram da 'Nature'**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/12/17/ricardo-galvao-ex-diretor-do-inpe-e-greta-thunberg-estao-na-lista-das-10-pessoas-que-mais-se-destacaram-da-nature.ghtml>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, M. L. de; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1979.

YÁZIGI, E. **Sedução da Cidade para Nós e Turismo**. In: TRIGO, L. NETTO, A; CARVALHO, M; PIRES, P. **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

ZAOUAL, H. **Globalização e Diversidade Cultural**. São Paulo, Cortez, 2003.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ALVES, Daniel Cardoso. As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 27/02/2020. Aceito em: 24/10/2020.

ISSN: 2316-8544

ESPAÇO REGIONAL METROPOLITANO: A AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO A PARTIR DO RODOANEL

REGIONAL METROPOLITAN SPACE: EXTENDING SPACE PRODUCTION IN THE METROPOLITAN REGION OF SÃO PAULO FROM RODOANEL

Leandro de Andrade¹

Universidade de São Paulo

lda.leandrodeandrade@gmail.com

Resumo

No atual contexto histórico, assiste-se a um aprofundamento da relação espaço-capital. O espaço urbano, em especial o da metrópole, dentro de uma escala local, já não é o suficiente para garantir a sustentação, a acumulação e a reprodução do capital. Dito isso, levanta-se a hipótese de que a produção do espaço metropolitano regional (ou cidade-região) tornou-se condição *sine qua non* da reprodução do capital no esteio do regime de acumulação neoliberal. À vista disso, investigar-se-á a articulação entre a produção de escalas e a produção de espaço, uma vez que, por meio dessa relação, é possível compreender elementos centrais da nova dinâmica do capital. Por fim, analisar-se-á também a construção do Rodoanel no estado de São Paulo, pois tal projeto contém a intencionalidade de produção de uma metrópole regional (tendo a cidade de São Paulo como núcleo pulsante do processo) no território nacional. Neste texto, recorreu-se a uma bibliografia teórica a fim de expor alguns instrumentos analíticos capazes de nos aproximar do processo ocorrido na realidade. A análise empírica é feita a partir de dados secundários. Nas considerações finais, concluímos que de fato a produção do espaço regional tornou-se imperativo para garantir a sustentação e reprodução do capitalismo contemporâneo, no entanto essa conclusão não serve como fechamento da análise, e sim como uma abertura para futuros estudos.

Palavras-chave

Urbano; Metrópole; Região.

Abstract

In the current historical context, it can be witnessed a deepening of the space-capital relationship. Urban space, especially that of the metropolis, within a local scale, is no longer enough to guarantee the support, accumulation and reproduction of capital. In this text, the hypothesis is raised that the production of the regional metropolitan space (or city-region) has become a *sine qua non* condition for the reproduction of capital in the mainstay of the neoliberal accumulation regime. Faced with this, the articulation between the production of scales and the production of space will be investigated, since, through this relationship, it is possible to understand central elements of the new dynamics of capital. Finally, the construction of the Ring Road in the state of São Paulo will also be analyzed, as this project contains the intentionality of producing a regional metropolis (with the city of São Paulo as the pulsating nucleus of the process) in the national territory. In this text, a theoretical bibliography was used in order to expose some analytical instruments capable of bringing us closer to the process that occurred in reality. The empirical analysis is made from secondary data. In the final remarks, we conclude that in fact the production of the regional space has

¹ Mestrando em Geografia pela USP.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

become imperative to guarantee the support and reproduction of contemporary capitalism, however this conclusion does not serve as a closure of the analysis, but as an opening for future studies.

Keywords

Urban; Metropolis; Region.

Introdução

O atual momento histórico é marcado por uma dinâmica global em que há um aprofundamento do processo de produção e da mercadorização do espaço urbano, fenômeno dirigido principalmente pelo setor financeiro e imobiliário (MARTINS, 2010; CARLOS, 2017; SANFELICI, 2018). E, de forma simultânea e articulada a isso, ocorre também a desregulamentação da economia (o dismantelamento da base fordista-keynesiana a fim de criar condições para a ordem neoliberal pós-fordista) e a flexibilização do trabalho (a retirada de direitos trabalhistas em nome da competitividade). Esse contexto ocorre em meio a chamada globalização, que é, sobretudo, a complexificação do modo de produção capitalista.

No que concerne às implicações espaciais desse momento, percebe-se que o espaço urbano, mormente o metropolitano² (espaço ou multicêntrico ou policêntrico onde há gerenciamento e comando da produção e da circulação), é o cerne da estruturação e da intensificação da globalização, pois é o lugar onde há maior possibilidade de articulação das escalas espaciais (a local, a regional metropolitana, a nacional e a global) produzidas para garantir a sustentação e a reprodução do capital no e por meio do espaço (isto é, atividades econômicas no espaço e comercialização do espaço). Nas metrópoles globais (marcadas pela policentralidade), verifica-se o aprofundamento desse processo a partir da

² Sandra Lencioni, ao analisar o processo de metropolização, faz uma distinção entre metrópole multicêntrica e metrópole policêntrica. Para autora: “São Paulo e Buenos Aires, por exemplo, são metrópoles com várias centralidades. No entanto, a primeira é policêntrica, uma vez que mais de uma centralidade desempenha as funções de direção. Já Buenos Aires se constitui como uma metrópole multicêntrica, com vários centros. Isso porque o centro de comando e direção das atividades econômicas, da gestão do capital, está circunscrita a uma só área” (LENCIONI, 2017, p.52). Embora a autora não faça referência à ideia de metrópole global, considero o raciocínio dela um caminho interessante para diferenciarmos, em nossa perspectiva, metrópole (marcada pela multicentralidade) da metrópole global (marcada pela policentralidade).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

seguinte situação: deixam de ser espaços de predomínio da produção e passam a ser centros de comando financeiro, os quais detêm a capacidade de subordinar os outros setores da economia, inclusive a própria indústria. Trata-se da emergência dos espaços pós-industriais.

Esses novos espaços de comando e gerenciamento político-econômico têm sido muito estudados nos últimos anos. Já na década de 1990, Sassen (1993, p. 188), reconhecendo a reordenação e a transformação do espaço mundial a partir da década de 1980, argumentou que algumas cidades, devido ao histórico de acumulação, assumem um papel diferente no contexto da globalização: atuam como centros de comando da economia mundial, exercendo, muitas vezes, o papel de mercado mundial de serviços especializados para produtores. Na perspectiva da autora, Tóquio, Nova York e Londres, na década de 1990, já apresentavam essa característica, isto é, ali, havia uma complexa produção de serviços de controle da rede global de circulação e de produção (serviços financeiros e tecnológicos). Cidades desse porte e com tais características foram denominadas por Sassen como cidades-globais³.

A intensa dispersão de escritórios e de fábricas fez emergir a necessidade de haver uma centralização do comando; a necessidade de um lugar de produção de insumos para o controle e gerenciamento da produção global. Mas por que esses serviços especializados também não foram fragmentados e dispersados geograficamente? De acordo com Sassen:

[...] Antes de tudo, economiza-se com a utilização de tais empresas especializadas quando elas se encontram próximas a outras que produzem insumos essenciais ou cuja proximidade torna possível juntar a produção de determinados serviços oferecidos. Além disso, a concentração promove a necessidades e expectativas nas pessoas, como estar empregadas nestes novos serviços que exigem muita prática. Elas são atraídas por amenidades e estilos de viver que os grandes centros urbanos podem oferecer. Os escritórios de contabilidade podem servir seus clientes à distância, mas a natureza de seus serviços depende da proximidade com especialistas, advogados,

³ Essa reflexão de Sassen foi feita em outro contexto histórico. Entretanto a dinâmica apontada por ela, ainda que tenha já sinais de modificação, parece continuar pertinente quando nos debruçamos sobre as metrópoles globais, uma vez que em tais espaços há concentração de atividades de diferentes níveis de especialização, os quais influenciam na organização e na ocupação de forma diversa das metrópoles do período fordista. Em resumo, a reflexão de Sassen, aqui, serve-nos muito mais como ponto de partida que propriamente elemento explicativo do processo.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

programadores. Neste sentido, então, pode-se falar de *campos de produção* (grifo da autora) (SASSEN, 1993, p.195).

Storper e Venables (2005), fornecendo um caminho explicativo para compreendermos o motivo de haver concentração num contexto de desenvolvimento da tecnologia da informação e do transporte, apontam que o contato face a face é o elemento central da dinâmica⁴, haja vista que, por meio disso, é possível haver uma transmissão segura do conhecimento relacionado à gestão e ao controle de atividades complexas – como as anunciadas por Sassen (1993). Essa linha de raciocínio provoca-nos a pensar na reestruturação produtiva de maneira mais aprofundada, isto é, para além do economicismo e do tecnicismo. No ponto de vista dos autores, o contato face a face permite a criação de vínculos emocionais, um melhor julgamento da habilidade daquele que participará do projeto da empresa, além de minimizar uma possível manipulação por parte do indivíduo. Ao se debruçarem sobre o burburinho, advindo do contato face a face, nas grandes metrópoles globais, os autores asseveram que:

[...] As maiores e mais globalmente ligadas áreas metropolitanas gozam de crescimento mais acentuado do que a economia como um todo, na medida em que reforçam suas posições como centros de inventividade e criatividade, de gestão de transações não padronizadas e partes de cadeias de produção, isto é, funções que conduzem e orientam uma divisão de trabalho crescentemente complexa no capitalismo moderno como um todo. As economias desses lugares centrais cada vez mais se compõem de aglomerações de (a) funções criativas e culturais (inclusive de indústrias ligadas a isso, tais como a moda, desenho, desenho e artes); (b) turismo; (c) serviços financeiros e de negócios; (d) ciências, tecnologia e alta tecnologia e pesquisa; e (e) poder e influência (governos, sedes empresariais, associações profissionais e de negócios e organismos internacionais). Essas economias (...) possuem o burburinho, por serem grandes o suficiente para concentrar grande número de setores os quais requerem, todos, o contato FaF. As sinergias entre tais atividades – sinergias

⁴ Evidentemente, diante do avanço da tecnologia da informação e da comunicação (além de outros fatores mais determinantes para aglomeração, como infraestrutura de circulação da informação), temos de olhar com ressalvas o argumento de Storper e Venables. A pandemia do novo coronavírus tornou-se, praticamente, um catalisador da implementação do trabalho *home office*, o qual, sem dúvida, traz novos desafios analíticos aos estudos sobre o espaço. Entretanto a necessidade do face a face não parece ter se tornado algo obsoleto, e sim, talvez, menos importante que outrora. Por exemplo, em *live* promovida pela empresa Empiricus (evento disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=28Qpcs2Bd_8&ab_channel=SantanderBrasil), no primeiro semestre de 2020, o presidente do Banco Santander Brasil, Sérgio Rial, mostrou-se muito entusiasta do trabalho remoto (principalmente por possibilitar diminuição de gasto com funcionário), mas considerou importante a presença física do funcionário no escritório, pelo menos uma vez no mês.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

que operam por meio do burburinho – conferem vantagens de pioneirismo a seus participantes e geram rendas econômicas [...] (STORPER & VENABLES, 2005, p.54).

A análise de Sassen e a de Storper e Venabeles, todavia, são insuficientes para entender o papel do próprio espaço nesse contexto. A investigação da dinâmica das principais cidades no período da globalização leva-nos, então, às seguintes perguntas fundamentais para compreensão do processo anunciado: por que o espaço urbano se tornou elemento chave do desenvolvimento do capital contemporâneo? Seria o espaço um elemento passivo na globalização, isto é, um simples palco das relações sociais? Santos (2018b), Carlos (2018), Damiani (2008) e Martins (2010) mostram que o espaço urbano, especialmente o metropolitano, não é mero sustentáculo da atividade econômica e social, mas sim componente fundamental, uma vez que, por meio da produção e reprodução espacial, garante-se o atual processo de acumulação e de reprodução do capital.

Em “A cidade: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?” Carlos explica-nos a idiossincrasia, no que diz respeito ao valor e ao preço do solo, do espaço urbano. Segundo a autora:

[...] O espaço geográfico nasce do processo de construção material da sociedade, no processo de trabalho, ao contrário da terra, que não é produto do trabalho (a terra “em si”, terra-matéria, será entendida como instrumento de produção). Enquanto parcela do espaço urbano, a terra transcenderia a condição de sítio da fábrica, e lugar de moradia no sentido estrito, embora, eventualmente, pudesse comportar esse raciocínio. A fábrica ou moradia obedecem a uma ordem não apenas próxima, isto é, circunscrita a sua particularidade, referente àquela do lugar, mas a uma ordem distante, que recoloca essa particularidade em sua relação com a totalidade do espaço, no construído [...] (CARLOS, 2015, p.52).

Completando esse raciocínio, Carlos diz:

O processo de formação do preço da terra, enquanto manifestação do valor das parcelas, leva em conta, desde processos cíclicos da conjuntura nacional (que incluem a forma de manifestação de processos econômicos e mundiais) até aspectos políticos e sociais específicos de determinado lugar. Todos esses fatores vinculam-se ao processo do desenvolvimento urbano, que ao realizar-

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

se, redefine a divisão espacial e, com isso, o valor das parcelas. O valor será determinado em função do conjunto ao qual pertencem, e na inter-relação entre o todo e a parte ocorre o processo de valorização real ou potencial de cada parcela do espaço (o preço de cada terreno da cidade é determinado pela sua localização⁵ na cidade). (CARLOS, 2015, p.54).

Esse raciocínio serve de base para outra reflexão da autora:

[...] a cidade, produto do desenvolvimento do trabalho social sobre a base de produção de mercadorias (produção capitalista), torna-se, também, produto mercantil em toda sua extensão [...] (CARLOS, 2018, p. 99).

E sendo, portanto, a produção do espaço urbano, no atual momento histórico, de suma importância para a valorização ou revalorização do capital, mormente o especulativo (visto que o produzir na condição de mercadoria possibilita altos retornos financeiros, além de, numa crise de sobreacumulação, ser uma saída para recuperação econômica) pode-se dizer que as intervenções urbanas, especialmente nas cidades globais, não são apenas para modernização do espaço - a fim de criar uma infraestrutura de gerenciamento, de circulação e de controle, e sim para inclui-lo no circuito global da mercadoria. Em “Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole”, Carlos narra esse processo na cidade de São Paulo. Moradores de Itaim, de Pinheiros e da Vila Olímpia, na década de 1990, perderam suas casas, seus espaços afetivos e seus lugares de vivência devido à Operação Urbana Faria Lima (OUFL), cujas justificativas explícitas eram melhorar a infraestrutura viária da cidade e possibilitar a expansão do setor de serviços; e a implícita, a inserção de terras no mercado imobiliário. Tal episódio é ilustrativo da ação dos agentes hegemônicos na redução do espaço a simples meio físico, à coisa, à mercadoria.

⁵ Martins, ainda que tenha interpretação diferente sobre a formação do preço do solo urbano, faz uma reflexão muito útil à discussão proposta, visto que expõe algumas das variáveis influenciadoras do processo: “(...) Não existe localização em si, existe uma forma sucessiva, por acumulação, de ir se produzindo o espaço, de forma que as intervenções na abertura de ruas, no nivelamento de terrenos e de obras de infra-estrutura serão sempre revividas quando novos empreendimentos aparecerem, de forma que investimentos anteriores passam a compor obras atuais. É por meio da reunião e intensificação de investimentos, públicos e privados, que se formam centralidades, que por sua vez reiteram as rendas por melhor localização” (MARTINS, 2010, p.53).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

Entretanto, a despeito das transformações locais, parece-nos que a (re) produção do espaço metropolitano não se limita a ações na escala local. Leopoldo (2018), ao se debruçar sobre a produção espacial de Alphaville, mostra-nos que estamos diante de uma tendência mais complexa de metropolização: uma metropolização-financeira, que implica a produção de espaços regionais metropolitanos. Na perspectiva do autor:

As formas geradas no âmbito do processo de metropolização do espaço, como os shopping centers, hipermercados, loteamentos fechados, sistemas integrados de transporte, distritos de negócios, etc. espalham-se na e para além da metrópole e sua região metropolitana (...) O metropolitano acirrou a divisão dos espaços do trabalho, do lazer e da vida privada, que o urbano precipitava, visto que a vida do homem metropolitano cada vez mais se realiza em uma rede de metrópoles, cidades e regiões, na policentralidade. Isto impõe longos deslocamentos e redimensiona as distâncias. Entretanto, em outras situações, a lógica metropolitana operou na integração desses espaços, como no caso dos condomínios exclusivos e loteamentos fechados, chamados por Allen Scott, John Agnew, Edward Soja e Michael Storper (2001, p.21) de “assentamentos-fortaleza”, em que um mesmo lugar se circunscrevem os espaços do lazer, do trabalho e da vida privada. (LEOPOLDO, 2018, pp. 137-138).

Essa reflexão ajuda-nos a perceber que a totalidade do processo não diz respeito apenas à realização do capital global no espaço urbano local, mas também à produção de um espaço regional metropolitano, o qual, tentar-se-á argumentar neste texto, também está intrincado à relação dialética de produção de escalas. No ponto de vista de Lencioni, estamos diante de uma nova determinação histórica:

[...] Esse processo é uma determinação histórica porque se coloca como condição, meio e produto fundamental para reprodução social contemporânea. A metrópole contemporânea, a que exprime o momento mais avançado da urbanização, a que revela uma nova época, é condição para reprodução do capital e, ainda, um produto do próprio capital. Nesse sentido, é precisamente uma condição, meio e produto do momento de reprodução cuja determinação reside no capital imobiliário e financeiro (LENCIONI, 2017, p.81).

Dessa maneira, pode-se assegurar que há, sob a égide da globalização, um processo mais complexo de metropolização, o qual resulta em espaços regionais metropolitanos ou cidades-regiões (LENCIONI, 2017, p.141). Nessas novas regiões, o investimento em infraestrutura tem a finalidade de garantir a circulação global da

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**, Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

mercadoria e de inserir novos espaços no circuito global da mercadoria, isto é, torná-lo mercadoria, de sorte que o setor imobiliário emerge como o protagonista na articulação e na produção das escalas de ação. Em outras palavras, os novos espaços regionais são pensados e produzidos para atender os imperativos do capital no atual contexto histórico (ANDRADE, 2019).

Dito isto, buscar-se-á nas linhas seguintes fazer uma reflexão sobre a seguinte hipótese, tendo no horizonte a metrópole de São Paulo: na globalização, há uma tendência de produção de novos espaços regionais, os quais são homogêneos, fragmentados e hierarquizados a fim de atender aos interesses da classe hegemônica do capital; tal produção está associada à produção de escalas - especialmente a metropolitana, uma vez que elas “são resultado de uma estratégia de apropriação, transformação e comercialização do espaço” (ANDRADE, 2019). Em outras palavras, os novos espaços regionais ou cidades-regiões têm a finalidade de ampliar tanto a acumulação quanto a reprodução⁶ do capital.

Para investigação dessa hipótese, recorreremos, majoritariamente, a abordagens teóricas cujos instrumentos analíticos nos permitem minimamente realizar uma reflexão mais cautelosa. A análise empírica – a produção do espaço em escala regional metropolitana - está assentada em dados secundários, fornecidos, principalmente, pelo LABHAB – FAUSP, em relatório sobre o trecho oeste do Rodoanel, e pelo estudo de Paulo Freire Santoro e Raquel Rolnik (2017) sobre o aumento da entrada de capital externo no mercado imobiliário de São Paulo, com destaque na dinâmica imobiliário ao longo de trechos das rodovias, como a do Rodoanel.

⁶ Ana Fani Carlos, estabelecendo um diálogo com David Harvey a respeito da dinâmica espacial no atual contexto histórico, entende que: “(...) a construção espacial capaz de permitir a mobilidade do capital como fundamento da acumulação coloca-nos diante da necessidade de reprodução continuada da totalidade das situações necessárias ao processo. Para tanto, se a noção de acumulação se funda na ideia de tempo do processo (isto é, produto da mobilidade crescente do capital necessária à valorização), a reprodução guarda o sentido de um processo que se renova como condição de sua própria sobrevivência, e em cada momento de forma superada. Daí decorre o sentido de movimento de transformação, de realização contraditória que se encontra escorando o desenvolvimento ampliado do processo de produção como um todo, enquanto desenvolvimento da formação econômica da sociedade e não como modo de produção (...)” (CARLOS, 2018, p.107).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

A produção da escala regional-metropolitana e a produção dos novos espaços regionais

Embora reconheçamos o aspecto de recurso metodológico, não interpretamos aqui a escala como simples instrumento de análise. Vamos também de encontro à tese de que a escala diz respeito a uma concepção fenomenológica, concentrada no indivíduo, tendo em vista o nível do fenômeno percebido. Em verdade, argumentamos ser a escala um produto social, o que implica se questionar sobre quem a produz, como a produz e o motivo de a produzir; outrossim, nessa linha argumentativa, não se entende as escalas como algo natural e imóvel, mas sim como elemento constitutivo de cada momento histórico, da organização social e das disputas sociais (SANTOS, 2018a, p.105)⁷. Logo, não é equívoco dizer haver a existência de escalas heterogêneas no mundo, seja no conteúdo seja na forma; tal coexistência é marcada por contradições entre as várias escalas existentes, mormente porque cada uma pode anunciar interesses sociais antagônicos entre si (as escalas do capital frente às escalas dos movimentos sociais por moradia, por exemplo). No ponto de vista de César Ricardo Simoni Santos:

[...] torna-se possível conceber a própria escala como produto estratégico das relações sociais que visam à acumulação e à reprodução do poder. Tanto o político quanto o econômico ou o social podem produzir dimensões escalares novas ou modelar estratégias de articulação entre as esferas escalares já existentes desviando de escalas nas quais encontram maiores dificuldades de ação, inserindo dimensões escalares desprezadas em momentos pretérito de atividade social, propondo relações imediatas entre registros escalares aparentemente antagônicos. Claro está que alguns segmentos contam com instrumentos de manipulação do registro escalares mais apropriados e eficientes que outros, assim como com uma capacidade de bloqueio de ações de outrem em determinadas dimensões escalares (SANTOS, 2018a, pp. 105-106).

⁷ Neil Brenner (nº33, 2013) e Daniel Sanfelici (2018), dentro de uma perspectiva político-econômica, oferece-nos um caminho de aprofundamento disso. Aquele nos mostra a potencialidade da instrumentalização da escala por atores sociais, tornando-a, mas não somente, também arena de disputa; e este, por sua vez, lança luz sobre a atuação escalar da classe capitalista no processo de produção do espaço no Brasil. Entretanto Adan Moore (v.20, nº42, 2018) é quem melhor ilustra o desafio de se considerar a escala uma categoria capaz de explicar parte da realidade. Recorrendo a uma distinção entre categoria analítica e categoria prática, o autor provoca-nos a fazer um estudo da escala efetivamente a partir dos atores, isto é, por meio da categoria prática, e não ficarmos presos em ideias pressupostas, quase sempre, em sua perspectiva, substancialistas. Agradeço a equipe de revisão que, de maneira anônima, recomendou-me a leitura das reflexões de Moore.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

Para avançarmos na discussão, as escalas produzidas e manipuladas pelo capital precisam ser identificadas, haja vista a potência de transformação espacial que elas detêm. Smith (1988, p.196), analisando esse tema, percebeu a produção de pelo menos três escalas fundamentais: a escala urbana, a escala do Estado-nação e a escala global, as quais já existiam em modos de produção pretéritos, mas agora são produzidas numa lógica de reprodução do modo de produção capitalista. Soma-se a esse quadro geral a escala metropolitana ou escala regional metropolitana, meio estratégico de alocação de investimento global para encontrar na região produzida formas de obtenção de valor.

Na globalização, a escala global ou mundial é produzida pelos agentes hegemônicos do capital (bancos, fundos de investimentos, transnacionais e instituições financeiras supranacionais, como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), os quais forçam a implementação de agendas econômicas e políticas que facilitam a acumulação e a reprodução capitalista. E é por meio dessa escala que há o aprofundamento da mundialização do mercado e a ampliação das relações de trocas (SMITH, 1988), fenômeno que requer necessariamente o avanço do desenvolvimento técnico, sem o qual, o capital teria dificuldade para garantir a apropriação do valor.

A partir das reflexões de Smith (1988), pode-se dizer que, em verdade, a escala global é produzida no escopo de estratégias que possibilitem a universalização do capital. A “essência” dessa escala é a tentativa de redução do espaço e da força de trabalho do mundo à condição de mercadorias. No que diz respeito especificamente ao aspecto espacial, por exemplo, há introdução de novos espaços no processo global de acumulação e de reprodução do capital, o que explica, como apontado por Carlos (2018, p.82), a mercadorização de áreas de lazer, de turismo, além do processo de desarticulação espacial, transformando um espaço predominantemente industrial ou em espaço corporativo ou em reserva de valor para futura revalorização (algo comum em alguns antigos espaços industriais afetados negativamente pela globalização). No que toca à força de trabalho, percebe-se a tentativa de promover uma diferenciação espacial do valor da mão-de-obra (SMITH, 1988). Essa igualização sem efetiva igualização faz emergir, no ponto de vista de Smith, esta contradição:

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

Por um lado, os capitais desenvolvidos e altamente centralizados devem constantemente procurar não exatamente os elementos físicos da produção – os necessários valores de uso – mas fontes cada vez mais baratas desses elementos, especialmente matérias-primas e força de trabalho. Ao expandir sua busca de mais-valia relativa, o capital é levado a transformar os espaços exteriores, relativamente subdesenvolvidos, em espaços de produção e acumulação. Por outro lado, pressionado pela constante ameaça de superacumulação, o capital tenta transformar os lugares em mercados para suas mercadorias, em locais de consumo. Mas não pode fazer as duas coisas, porque pode transformar as sociedades subdesenvolvidas em locais de consumo, somente desenvolvendo-os e elevando os salários para facilitar o consumo. Há uma contradição entre os meios de acumulação e as condições necessárias para acumulação ocorrer, apresentando nítidos contornos geográficos (SMITH, 1988, p.203).

Dessa situação, de certa forma, deriva a importância da escala Estado-Nação, uma vez que, por meio dessa escala, é possível defender a produção de mais-valia relativa tendo em vista a necessidade de garantir a reprodução e a acumulação do capital. Todavia isso não significa que haja perfeita união dos Estados para essa finalidade. Essa escala pode ser utilizada, muitas vezes, em estratégias geopolíticas oriundas da necessidade de sobrevivência na competição global advinda do modo de produção capitalista (SMITH, 1988).

A produção dessa escala revela-nos, em verdade, a importância do Estado-nação no atual estágio do capitalismo. Historicamente não há capitalismo sem o Estado, haja vista que este é a instituição que impõe e garante os fundamentos sociais do modo de produção capitalista, principalmente porque detém o monopólio da violência e o poder de criar e de suspender normas favoráveis aos agentes econômicos em cada momento histórico (por exemplo, leis de enfraquecimento da classe trabalhadora, zoneamento espacial, leis benéficas para produção ampliada de espaço, regulamentação de atuação de agentes privados na produção espacial, como bancos, Fundos de Investimentos Imobiliários, companhias de securitização, etc.); logo, não é novidade a associação entre Estado e Capital. O aspecto novo do contexto atual, apesar do discurso neoliberal – Estado mínimo, é a atuação do Estado, aliado ao capital hegemônicos, não só para proteção da mais-valia relativa (ação mais nítida nos países detentores do poder), mas sobretudo para

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

assegurar, a qualquer custo, tanto a reprodução quanto o regime de acumulação vigente, algo que ameaça até mesmo o sagrado no capitalismo: a propriedade privada.

A respeito desse último ponto, Carlos (2017, p.92) explica-nos que, nos espaços centrais da metrópole de São Paulo, a propriedade privada tornou-se um obstáculo a um novo processo de reprodução e de acumulação do capital. Não à toa, o primeiro estágio da Operação Urbana Faria Lima, na expansão do capital para parte sudoeste da metrópole, foi, então, a retirada desse empecilho. E somente o Estado tinha (e tem) a legitimação para isso, ou seja, para garantir e sustentar a ordem vigente, se necessário for, Estado e agentes hegemônicos do capital, em aliança, suspendem provisoriamente a inviolabilidade da propriedade privada, a qual retornará, no momento seguinte, nas mãos de um novo proprietário. Quando observamos o espaço de Itaim e de Vila Olímpia, por exemplo, vê-se a transformação na morfologia e no conteúdo dos bairros. Ali, havia uma ocupação horizontal na forma de residência, e, hoje, há uma densa ocupação verticalizada, marcada por prédios de última geração destinados ao setor de serviços avançados.

Esse episódio serve-nos também como ponto de partida para falarmos da escala urbana ou local. Por meio dessa escala, o capital interfere e transforma a morfologia urbana, mudando as formas, as funções e as estruturas. No caso da OUFL, por exemplo, vê-se uma mudança na arquitetura, na infraestrutura viária e no conteúdo social do espaço (CARLOS, 2017). Em outras palavras, essa escala é o meio de atuação do capital para fazer valer a predominância do valor de troca sobre do o valor de uso no que diz respeito ao espaço. “Assim, o mundo depende das virtualidades do lugar, onde está posto concretamente o movimento que vai da produção da mercadoria à produção do espaço como mercadoria” (CARLOS, 2018, p.82).

O desenvolvimento desse estágio do capitalismo, porém, promove a produção de mais uma escala para atender o atual dinamismo da reprodução: a escala-metropolitana ou regional-metropolitana. Por meio dessa escala, incorporadoras de capital aberto (algumas também atuantes na escala nacional) ampliam seu banco de terrenos para além

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

dos espaços centrais, onde o fenômeno da raridade do espaço é mais intenso⁸. A escala metropolitana não elimina a importância da escala urbana e da nacional. Em verdade, os agentes hegemônicos atuam por meio dessas escalas na produção espacial, por exemplo: por meio da escala global, investidores internacionais alocam recursos em incorporadoras nacionais de capital aberto, as quais, atuando via escala nacional, podem estabelecer aproximação com Estado para garantir facilidades na aquisição e na produção do espaço, seja num bairro (políticas de gentrificação, construção de prédios executivos, etc.), seja numa região metropolitana (megaprojetos de infraestrutura de escoamento), sendo respectivamente exemplos de atuação por meio da escala local e da escala metropolitana⁹.

A importância da escala metropolitana é devido à necessidade de produzir um espaço regional onde haja infraestrutura de circulação global acelerada da mercadoria e condições socioespaciais para o consumo e para produção e consumo do espaço - fundamental para acumulação e reprodução do capital no capitalismo contemporâneo. De acordo com Martins (2010), a metropolização das escalas municipais faz parte da ação das incorporadoras e dos agentes financeiros para aumentar tanto o banco de terras quanto a produção de espaço propriamente dito. Já desde a década de 1990, há aumento

⁸ Leopoldo, trazendo à luz da discussão os anúncios de lançamento imobiliário em Alphaville, argumenta que: “No processo de metropolização regional, as novas raridades são reproduzidas e reinventadas nas novas fronteiras de reprodução da metrópole, no sentido de especializar a difusão dos conteúdos metropolitanos em frentes menos expostas à miséria da reprodução do espaço urbano. De algum modo, os agentes da produção do espaço metropolitano negativamente aderem ao sonho de distanciamento da violência e da miséria urbana, em direção à produção de subúrbios metropolitanos (...)” (LEOPOLDO, 2018, p.156).

⁹ O processo descrito vai ao encontro da hipótese, levantada por Lefebvre, de implosão-explosão da cidade. Lefebvre, ao se debruçar sobre a contradição entre o urbano e industrialização, entende que há: “(...) um processo induzido que se pode chamar de ‘implosão-explosão’. O fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território, nos grandes países industriais. Atravessa alegremente as fronteiras nacionais; a Megalópole da Europa do norte vai do Rur ao mar e mesmo às cidades inglesas, e da região parisiense aos países escandinavos. Este território está encerrado num *tecido urbano* (grifo do autor) cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornaram-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unanimidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioraram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos. Às vezes (nos Estados Unidos) esses centros são abandonados para os “pobres” e tornam-se *guetos* para os desfavorecidos. Às vezes, pelo contrário, as pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração da cidade (...)” (LEFEBVRE, 2001, p.18).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

significativo do capital estrangeiro no mercado imobiliário nacional (SANFELICI, 2018, p.126). E, conforme Martins, esse investimento foi:

[...] destinado em parte para o próprio mercado financeiro e em parte para negociação e formação de um banco de terras. Cada incorporadora criou o seu banco de terras desencadeando uma disputa entre elas, gerando negociações em extensas áreas metropolitanas, assim como uma verdadeira corrida por terras em áreas urbanas de todo o país. Estas negociações foram feitas de diversas formas, inicialmente por compra, e quando a crise americana do *subprime* começou a dar seus sinais, as negociações passaram a acontecer (ou voltaram a se realizar) por meio de permutas. (MARTINS, 2010, p.149).

A autora mostra-nos que, no final dos anos 2000, como consequência desse processo, houve elevação dos preços do solo urbano nacional - mormente no espaço metropolitano de São Paulo. Segundo Martins:

[...] O “boom” imobiliário pode ser traduzido em “boom” de preços do imobiliário e em um longo prazo, “boom” nos valores das dívidas e nos endividamentos. O que devemos ressaltar neste contexto é que não só a periferia de metrópoles como São Paulo passaram por isso. A abertura de capitais envolveu uma dimensão “nacional” dos investimentos, estendendo a outras regiões metropolitanas e suas periferias o aumento dos preços e processos de endividamento. (MARTINS, 2010, p.150).

Em outras palavras, a produção dessa escala tem a finalidade de atender ao anseio do capital hegemônico de assegurar não só espaços de importância econômica ou industrial, mas também espaços onde o projeto de dominação político, econômico e social, no esteio neoliberal, possa se manifestar com maiores facilidades.

Feita a explanação, de forma sucinta, das escalas ressignificadas e produzidas pelo capital, devemos tomar cuidado para não as considerar a produção do espaço em si. Cesar Ricardo Simoni Santos (2018b, p.38) diz-nos que esse cuidado evita perdemos de vista os fundamentos da produção do espaço. Seguindo a perspectiva do autor, a escala é uma dimensão da produção do espaço, mas ela não revela todos os aspectos qualitativos do processo. Para compreender, então, a produção do espaço regional metropolitano, dever-se-á entender a escala como uma das estratégias de atuação do capital, a qual está inserida num processo mais complexa.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

Dito isso, temos condições de explorar o argumento de que a metrópole-regional ou cidade-região é produto de uma dinâmica ampliada de urbanização. Magalhães (2008, v.10 p.17), baseando-se nas reflexões de Storper, entende que o novo espaço regional não é um simples nó entre o local e o global, e sim um espaço onde há uma rede de centralidades de menor porte mergulhadas numa dinâmica metropolitana. Esse autor apresenta-nos o seguinte aspecto qualitativo da metrópole regional:

Outro elemento importante na formação da cidade-região é a produção contemporânea do espaço da indústria, marcada flexibilidade dos processos produtivos e por uma necessidade acentuada de acesso facilitado e ágil à infraestrutura de conexão com o espaço industrial da globalização. A extensão das condições gerais de produção aos entornos metropolitanos cria possibilidades de localização mais atrativas para indústria em seus padrões atuais – menos dependentes de contingentes de mão-de-obra-, que passa a poder aproveitar estas disponibilidades de infraestrutura e a se livrar tanto dos fatores de rigidez mais fortemente concentrados nas metrópoles (como é o caso da atuação sindical) quanto das próprias deseconomias de aglomeração – cuja solução custosa (embora sempre especializada por toda a cidade) recairia em parte sobre a própria indústria ali localizada. Dois importantes fatores de atração do investimento industrial pós-fordista neste ambiente regional em escala mais ampla são: a proximidade e a disponibilidade de formas de conexão ao mercado externo (portos, aeroportos, portos secos, etc.); e a existência de ambientes de formação de mão-de-obra especializada em tecnologias avançadas e de produção de pesquisa científica que criem externalidades positivas para a própria indústria (MAGALHÃES, 2008, v.10, p.16).

A partir da reflexão de Magalhães, portanto, poder-se-á dizer que a compreensão da nova metrópole, a cidade-região, como um espaço de irradiação da industrialização ou até mesmo como algo criado pelo Estado a fim de melhor administrar o território não corresponde à realidade. As metrópoles globais não são polo de desenvolvimento, e sim, ao mesmo tempo, são espaços de produção, de circulação e de comando do processo produtivo global.

No entanto a cidade-região apresenta uma especificidade a mais: a produção do espaço urbano como negócio. Não há dúvida de que a cidade-região é o centro e potência econômica do atual contexto histórico, podendo ter PIBs maiores que países (ANDRADE, 2019). Entretanto não só de técnica e de empresas de última tecnologia vive o capital, e sim de todo mecanismo que permita acumulação e sua reprodução por meio

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

da produção do espaço urbano, o que é muitas vezes usado como solução das crises de superacumulação – mesmo que, às vezes, os ativos urbanos tenham valorização de longo prazo. Portanto não se trata apenas de espaços dotados de técnicas avançadas e de comando produtivo. Segundo César Ricardo Simoni Santos:

[...] Mesmo quando se considera a especificidade da metrópole como sendo a concentração de atividades, de possibilidades, de dispositivos e dinâmicas, de instrumentos e infraestruturas, o que faz com que efetivamente ela seja um lugar de negócios, é a reprodução do espaço urbano que se coloca como central para a compreensão do papel e da importância da metrópole atualmente [...] (SANTOS, 2018b, p. 37).

E esse processo propicia a homogeneização, hierarquização e fragmentação da cidade-região. De acordo com Lencioni (2017), as metrópoles contemporâneas são cada vez mais homogêneas e semelhantes entre si – talvez, em nossa perspectiva, seja por causa da redução sistemática do espaço à mercadoria, transformando a paisagem urbana em paisagem da exploração e do consumo predatório. A fragmentação diz respeito, sobretudo, à desigualdade social e à segregação socioespacial, marcando, assim, uma sociedade dividida pelo processo de exploração do trabalho. E a hierarquização, por sua vez, está relacionada à “dominação e à subordinação, bem como a valorização e a desvalorização” (LENCIONI, 2017, p.26). Dito isso, entende-se que a unidade da cidade-região:

[...] é, sobretudo, composta por diferenças, todas interligadas e interdependente. Em outras palavras, cada espaço contém sua especificidade, seus conflitos e suas superações das contradições, mas há uma interligação, a qual afeta a totalidade e a parte, ou melhor, as contradições da parte afetam a totalidade, e as desta afetam a parte; fazendo com que a realidade esteja sempre em movimento [...] (ANDRADE, 2018, pp. 40-41).

Lencioni ajuda-nos a completar esse raciocínio quando diz que:

O espaço capitalista- por excelência, homogêneo, fragmentado e hierarquizado – mantém sua unidade, se constituindo num espaço coeso por meio das redes de relações sociais que aí se produzem. Quanto mais homogêneo, fragmentado e hierarquizado for o espaço – produto e produtor -, maior a necessidade de redes, pois é por meio delas que, cada vez mais, se garante a continuidade na descontinuidade, a unidade na fragmentação. Não é de se estranhar, então, que

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

é na metrópole dispersa, na metrópole expandida territorialmente, na cidade-região que vamos encontrar maior densidade de redes. De um lado, que ligam esse território à economia global; de outro, que ligam com o restante do país e, em particular, consigo mesma, no sentido de manter unificado o espaço que na contemporaneidade está bastante disperso e fragmentado (LENCIONI, 2017, p.171).

A cidade-região é também condição, meio e produto no processo de reprodução e acumulação capitalista, logo, como dito antes, não é mero espaço receptáculo das atividades econômicas. Nessas cidades, há um conjunto de fatores que impulsionam tal processo (condição), como a disponibilidade de muita mão-de-obra, a qual é utilizada em ciclos de exploração – algo potencializado pelas inovações tecnológicas, e de uma infraestrutura minimamente robusta. Além disso, o solo urbano é fundamental para o circuito de reprodução do capital (meio), haja vista que são perfeitos para construção de ativos financeiros de longa durabilidade em áreas de relativa valorização rápida.

A cidade-região, sendo a própria dinâmica contemporânea do capital, também é produto, ou seja, a produção de espaços urbanos, especialmente o urbano regional, não é uma aleatoriedade, e sim uma necessidade para garantir a acumulação e a reprodução capitalista. Com isso, não é equívoco dizer que há uma mudança na morfologia e no conteúdo de algumas metrópoles – as ditas cidades globais, visto que o espaço metropolitano não diz respeito apenas a uma cidade núcleo que exerce influência sobre outras cidades, mas sim, como apontado por Magalhães (2008) e Lencioni (2017), a um espaço complexo de reprodução e de acumulação de capital, inserido numa densa rede de troca e circulação de informação e mercadoria.

À vista disso, entende-se que a intensa exploração da força de trabalho disponível, a utilização dos solos urbanos como ativos e o levantamento de infraestrutura para garantir a reprodução do capital fazem, da cidade-região, produto, meio e condição; um espaço onde as contradições oriundas do processo de reprodução e de acumulação são mais explícitas. Esse espaço, em suma, não é produzido devido à competição global, mas

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

sim para sustentação de uma lógica de reprodução e de acumulação global¹⁰. Não por acaso, uma das situações mais sintomáticas da luta de classes nas cidades-regiões é a imposição, por parte do capital aliado com o Estado, de agendas de flexibilização do trabalho, de terceirização, de contratos flexíveis, de políticas de austeridade, de repressão das lutas sociais, etc.

A complexidade desse espaço torna-o, segundo Lencioni (2017), difícil de se apreender¹¹, tendo em vista a enorme fluidez territorial, formada por uma multacentralidade e por uma rede densa de espaços interconectados. Não há uma continuidade espacial nesses espaços; a descontinuidade caracteriza-os, contudo isso não implica um espaço formado por arquipélagos fechados em si, mas sim contrário: estão todos conectados por meio da atuação dos agentes hegemônicos do capital; eis, então, importância das escalas, haja vista que são meios de ação e de coordenação de tal ação.

Para Lencioni:

Muitas das relações sociais que se desenvolvem na cidade-região extrapolam-na por meio de um complexo sistema de redes e fluxos acelerados. A densidade dos fluxos de comunicação faz com que alguns lugares dessa cidade-região se tornem próximos a lugares distantes, enquanto que lugares vizinhos podem conhecer poucas relações entre si. Isso significa que a antiga ideia de primazia de relações entre a cidade e sua região, que tem sua origem na ideia de polo e área de influência, encontra limites, renova antigas questões e implica em novos desafios (LENCIONI, 2017, p.144).

¹⁰ Sassen, ao dissertar sobre a cidade-global, traz um argumento também válido para cidade-região aqui discutida: “(...) Estas cidades constituem antes um sistema do que simplesmente competição de uma contra a outra. O que contribui para o crescimento na rede das cidades globais não contribui necessariamente para o crescimento das nações (...)” (SASSEN, 1993, p.198).

¹¹ Ainda que tirando conclusão diferente, Milton Santos identifica a seguinte tendência espacial do território brasileiro, o que serve para ilustrar a transformação espacial comentada até o momento: “(...) as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classe média, um número crescente de letrados indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza. Por isso, no Brasil (...), crescem cidades grandes e cidades médias, ostentando, ambas as categorias, incremento demográfico parecido, por causa em grande parte do jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território. As cidades entre 20 mil e 500 mil habitantes veem sua população total passar de cerca de sete milhões e meio, em 1950, para 29 milhões de residentes em 1980” (SANTOS, M., 2013, pp.59-60). A mudança demográfica ocorrida nas cidades médias e pequenas são consequência de uma dinâmica espacial em que funções outrora pertencentes à metrópole passaram a ser exercidas por outros espaços (LENCIONI, 2017, p.142).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

Em suma, a produção desse novo espaço regional parece-nos cumprir dois papéis importantes: 1) inserir novos espaços no circuito global da mercadoria; e 2) criar um espaço onde haja condições de reprodução e sustentação do capitalismo atual; por isso a cidade-região “se caracteriza por conter estruturas econômicas, arranjos e dinâmicas territoriais que se complementam graças às redes informacionais e de comunicações” (LENCIONI, 2017, p.147). Daí a importância das escalas.

O Rodoanel como motor da produção de cidade-região no estado de São Paulo

No Brasil, as políticas neoliberais passaram orientar a maior parte das políticas públicas no fim dos anos de 1980, quando houve o Consenso de Washington, em que o neoliberalismo foi “recomendado” aos países da América Latina. Ao adotar, no mínimo, os princípios dessa política econômica, tais países tornaram-se espaços onde os processos de acumulação e de reprodução do capital na lógica neoliberal podem ocorrer sem grandes obstáculos institucionais. Wilson Cano explica-nos as consequências disso:

Esse quadro foi complementado por políticas de estabilização que tiveram como lastro uma elevada valorização da moeda nacional ante o dólar e um cíclico crescimento da dívida pública interna, potencializada ainda por elevados juros reais. A valorização resultou em forte diminuição dos custos dos importados, debilitamento das exportações, gerando grandes déficits comerciais e de serviços, além de seu papel nas políticas antiinflacionárias (CANO, 2007, p.19 apud ANDRADE, 2019, p.46).

Nesse contexto, o espaço urbano ganha importância como nunca na história nacional, uma vez que, como explanado anteriormente, produzir espaços urbanos na condição de mercadoria tornou-se parte da dinâmica de reprodução e da acumulação do capital. Na metrópole de São Paulo, a partir desse momento, há um aumento significativo de investimento imobiliário diante da diminuição de investimento no setor produtivo industrial; consequentemente, houve uma transformação na morfologia e no conteúdo de alguns espaços na cidade São Paulo (CARLOS, 2017). A Operação Urbana Faria Lima é fruto desse processo.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

O aumento da competição global e a necessidade de inserir o Brasil na nova lógica de reprodução e de acumulação serviram para legitimar (ainda hoje) discursos cujo cerne argumentativo é a importância de verter investimento em infraestrutura. Aliás, nas disputas eleitorais, esse discurso está sempre presente, tanto no campo da direita quanto no campo da esquerda.

Em princípio, o levantamento de infraestrutura pode parecer positivo no primeiro momento, mas na maior parte das vezes o investimento feito serve para atender preferencialmente os grandes capitalistas. A população, especialmente a classe trabalhadora, é quem arca com o ônus das obras (desapropriação de terras, valorização de lotes que, por conseguinte, expulsa a população mais carente da área, etc.).

Na década de 1990, o Estado nacional buscou identificar, por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), projetos de infraestruturas que dinamizassem o espaço. Para isso, foi elaborado o portfólio “Identificação de oportunidades de investimentos públicos e privados”, também conhecido como Estudos dos Eixos¹². Ablas (2003) explica-nos que nesse documento há a intenção de dar subsídios técnicos e teóricos para criar regiões de planejamento¹³ - em detrimento da criação de simples estradas de penetração - e para superar, sem excluir, a ideia de formação da região a partir da polarização, isto é, conservando dessa linha de entendimento elementos

¹² De acordo com Ablas: “O Estudo dos Eixos foi desenvolvido em dezoito meses, e teve objetivo principal a identificação de oportunidades de investimentos públicos e privados e a proposição preliminar de projetos para atender essas oportunidades (...) o cerne estratégico desses projetos diz respeito à complementação de infra-estrutura econômica, principalmente a de transportes, energia e telecomunicações. Dentro de uma preocupação holística, deveriam ser identificados projetos complementares em informação e conhecimento, desenvolvimento social e meio ambiente, com vistas a uma proposição abrangente que teria por base o conceito de desenvolvimento sustentável” (ABLAS, 2003, p.175).

¹³ A região planejada foi pensada a partir dos eixos de investimentos. Segundo Ablas: “Organizados em torno de grandes vias de penetração, já existentes ou em potencial, adentrando áreas que podem apresentar vantagens competitivas, esses eixos definem grandes porções territoriais passíveis de serem integrados ao desenvolvimento. Se se define o eixo não mais como uma simples via de penetração, mas como uma *região de planejamento* (grifo do autor) para a qual a infra-estrutura de transporte permanece como elemento definidor importante, ao qual adicionam-se as potencialidades produtivas e a própria estrutura dada pela rede de cidades, chega-se a uma unidade territorial conveniente para o estudo das possibilidades de integração e de desenvolvimento de amplas porções territoriais” (ABLAS, 2003, p.174).

considerados chaves para o desenvolvimento. A infraestrutura, então, torna-se ponto chave; não à toa, nesse documento, verificamos a:

[...] valorização da infra-estrutura econômica, principalmente a de transportes, que materializa o fluxo de produtos e pessoas, passou a ser definidora de eixos e de sua área de influência, para fins de planejamento integrado. Do ponto de vista do desenvolvimento, essa postura levou a uma posição secundária fatores como recursos naturais e outras potencialidades, a favor da infra-estrutura como elemento essencial de sucesso (ABLAS, 2003, p.173).

O projeto de construção do Rodoanel Mario Covas, embora não esteja presente no Estudo dos Eixos, traz o mesmo sentido explícito de ação do poder público no espaço: criar condições para dinamizar a circulação do capital. Há, assim como no documento citado, o sentido também implícito, em nossa perspectiva: criação de condições espaciais e normativas para produção de espaços regionais – no caso de São Paulo, a produção de uma região a partir da metrópole de São Paulo.

Gestado há muito tempo, como demonstrou Iacovini (2013), esse projeto, que saiu do papel na administração do Mário Covas (1995-2001), foi apregoado como obra moderna e essencial para recuperação econômica do estado de São Paulo. *Grosso modo*, conforme exposto no site da Dersa¹⁴, o megaprojeto, de 176,5 km, tem por objetivo melhorar o trânsito de veículos leves e pesados nas marginais Tietê e Pinheiros, interligando as rodovias Bandeirantes, Anhanguera, Castello Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias. A obra está dividida em quatro eixos: norte, sul, leste e oeste.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.dersa.sp.gov.br/empreendimentos/rodoanel-mario-covas/>>. Acessado em: 08 jan. 2020.

as empresas poderão estar se deslocando para região [...] (LABHAB, 2005, pp.53-54).

Iacovini aponta-nos a atuação do setor público para atrair investimentos para obra e a atuação do setor privado para fazer valer seus interesses:

O primeiro envolvimento das grandes empreiteiras brasileiras no processo de implementação do Rodoanel ocorreu antes mesmo de ser iniciada a contratação e a execução do projeto, ainda que na fase de planejamento. Embora inicialmente tenha se aventado a possibilidade de construção simultânea dos quatro trechos (oeste, sul, leste e norte), isso não foi possível. Para funcionar o modelo de parcerias entre o setor público o setor privado formulado inicialmente para implementação do projeto, governador e secretário de transportes concluíram que esse deveria ser executado o primeiro trecho como forma de demonstrar a rentabilidade do empreendimento à iniciativa privada (IACOVINI, 2013, p. 157).

À medida que os trechos do projeto vão sendo concluídos, a intencionalidade implícita torna-se mais clara: os investimentos em infraestrutura de escoamento, na globalização, têm a finalidade incluir terras urbanas no processo valorativo do capital, com forte influência dos Fundos de Investimento Imobiliário, Incorporadoras e bancos nacionais e/ou internacionais. O estudo feito por Paulo Freire Santoro e Raquel Rolnik, “Novas frentes de expansão do complexo imobiliário-financeiro em São Paulo”, ajuda-nos identificar esse fenômeno. Segundo os autores, há crescimento do mercado imobiliário em torno dos trechos concluídos do Rodoanel, especialmente nos entroncamentos. Ali, o mercado de terras é destinado mormente para galpões logísticos. Nesse estudo, eles conseguiram identificar a atuação da transnacional *Global Logistic Properties*, empresa, segundo os autores, especializada em galpões logísticos e industriais, tendo atuação no território nacional por meio da *GLP Brazil Income Partners I e II*. De acordo Santoro e Rolnik:

A estruturação dessa frente logística ao longo do Rodoanel com a entrada de agentes globais torna-se ainda mais clara quando tomamos como exemplo a vinda da especializada em logística GLP para o Brasil em 2012, coincidindo com o início das obras dos trechos Leste, no final de 2011, e Norte, no início de 2013. Para além disso, em 2014, a GLP comprou um grande pacote de propriedade logística da BR Properties, no movimento de baixa dos preços

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

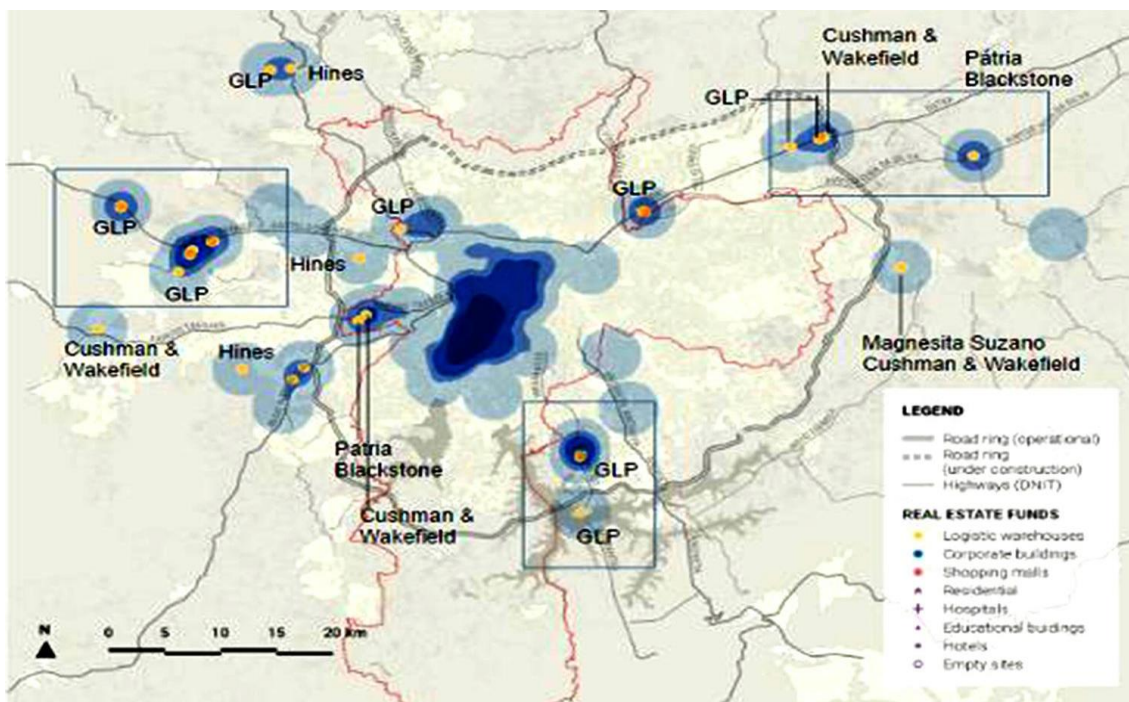
Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

devido à crise econômica, muitas das quais estão localizadas nas proximidades do Rodoanel (SANTORO e ROLNIK, 2017, v.19, p. 425 *apud* ANDRADE, 2019, p.52).

A figura seguinte, elaborada pela equipe ObservaSP¹⁵ e usada por Santoro e Rolnik (2017), ajuda-nos a entender a dinâmica do processo exposto, uma vez que é possível enxergar o movimento de produção espacial regionalizada, potencializado pelo Rodoanel, no estado de São Paulo.

Figura 2 – Distribuição territorial dos fundos imobiliários



Fonte: Originalmente com o título “Ativos Imobiliários Ligados a empresas globais”, presente em Santoro e Rolnik (2017, v.19, n. 39, p.418).

¹⁵ “O ObservaSP é um observatório ligado ao projeto de pesquisa ‘Financiamento do desenvolvimento urbano, planejamento, inclusão socioterritorial e justiça social nas cidades brasileiras’, desenvolvido em São Paulo pelo Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, com apoio da Fundação Ford”. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/projeto/>>.

Após a exposição desses pontos, não nos parece acidental a fala, à época, do Secretário-Adjunto dos Transportes do Estado de São Paulo feita no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB):

O principal efeito do Rodoanel, se for bem-sucedida a sua implantação, é valorizar a terra ao longo de seu traçado, evidentemente com maior ênfase aonde o acesso for possível. Essa valorização da terra tende a proteger o espaço e reservá-lo para aplicações mais nobres, com maior uso de capital (LABHAB, 2005, p.53).

A concretização do processo anunciado acarreta, portanto, o aprofundamento da mercadorização do espaço urbano em escala regional metropolitana. Por conseguinte, cada vez mais, diante disso, a população menos favorecida e os trabalhadores terão mais dificuldade para conseguir um espaço para habitar, sendo constantemente forçados a abandonar seu espaço de vivência em nome da modernização espacial. A tendência dessa nova metropolização, tendo em vista a dinâmica ao longo do Rodoanel, é haver aumento das remoções e da desigualdade socioespacial (SANTORO e ROLNIK, 2017, v.19, p.475).

Por fim, Damiani, ao se debruçar sobre as implicações sociais do Rodoanel, faz uma análise que nos auxilia para fechar a reflexão:

O Rodoanel Mario Covas, como sistema viário perimetral, projetado e em execução, desde os anos 1990, atravessa a metrópole de São Paulo e passa a demarcar o círculo e circuito de realização e renovação potenciais de valorização econômica desta Metrópole. Ele nos fornece a imagem do perímetro urbano metropolitano que foi desenhado e está se implementando, formando um grande anel de valorização econômica. Ele determina um contexto e uma imagem espaciais de totalidade sobre a produção do espaço urbano e, imediatamente, ele alavanca um processo de expropriação social, próprio à acumulação primitiva do espaço, que forja o espaço de valorização (DAMIANI, 2008, pp. 249-250).

Considerações finais

Ao discorrer sobre a dinâmica espacial na globalização, percebe-se a alteração do espaço urbano e da própria região. Se outrora, a relação entre urbano e região era vista dentro de uma hierarquia fixa, um esquema piramidal, agora, tal relação ganha uma nova

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

complexidade: a urbanização da região, isto é, a produção de regiões a partir da metrópole.

Assumindo que há a produção de cidades-regiões na contemporaneidade, poder-se-á dizer que a região é, portanto, um dado concreto¹⁶ da realidade, e não uma invenção do observador, ou seja, não é algo criado para facilitar uma interpretação ou uma atuação espacial. E a escala, por sua vez, também é um dado concreto, pois elas são produzidas como estratégias de ação de apropriação e de produção espacial. Em suma, a relação produção de escala e produção do espaço é elemento decisivo na compreensão das estratégias de valorização do capital. Logo, desconsiderar a produção de escalas pode tornar a elucidação da situação mais complicada, quiçá poderá resultar em limites analíticos.

A cidade-região, por fim, deve ser lida como um produto social e histórico, uma vez que tal espaço carrega as contradições tanto do modo de produção capitalista quanto a lógica de reprodução, no atual momento histórico, desse modo de produção. O estudo de Santoro e Rolnik (2017) dá lastro a essa assertiva, visto que os autores apontam o aprofundamento da produção espacial, mostrando-nos a entrada das terras ao longo do Rodoanel no circuito global da mercadoria. Evidentemente, esse processo precisa ser melhor analisado, haja vista que estamos diante de uma nova lógica espacial do capitalismo, o que requer o próprio avanço dos instrumentos analíticos aqui usados. E, para finalizar, o que, talvez, nos parece mais nítido no atual momento histórico é que, nas metrópoles-região, à medida que se aumenta a construção de infraestrutura destinadas às necessidades do capital e ao mercado de terras, aumenta-se a desigualdade social, a negação da vida e a segregação socioespacial.

¹⁶ A ideia aqui defendida de região como dado concreto, difere da concepção presente nas obras de Ratzel e de Vidal, para quem a região é resultado da relação natural Homem-Natureza. O pressuposto, adotado por mim, é que a região é produzida a partir das relações sociais de produção, ou seja, o espaço regional é produto do trabalho, uma produção social.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

Referências Bibliográficas

ABLAS, L.O “Estudo dos Eixos” como instrumento de planejamento regional. In: BRANDÃO, C. A; GALVÃO, A. C; GONÇALVES, M. F. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. O desafio urbano-regional. São Paulo: Anpur/Unesp, 2003.

ANDRADE, L. de. **A produção de região**. 2019. Dissertação (Trabalho de Graduação Individual) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

CARLOS, A. F. A. **A cidade: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?** São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo da vida cotidiana na metrópole**. 2017. Tese de livre-docência – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

DAMIANI, A. L. Ensaio sobre a concepção de urbanização crítica a partir da metrópole de São Paulo. In: DAMIANI, A. L. **Espaço e Geografia: observações de método**. 2008. Tese de livre-docência – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

IACOVINI, R. F. G. **Rodoanel Mario Covas: atores, arenas e processos**. 2013. Dissertação de mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-02072013-172900/publico/DISSERTACAO_RODRIGO_FARIA.pdf>. Acessado em: 25 mar. 2020.

LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO E ASSENTAMENTOS HUMANOS – LABHAB – FAUUSP. Impactos urbanísticos do trecho Oeste do Rodoanel Mario Covas: estudo preliminar, julho de 2005. Disponível em: <http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/impactos_urb_trechoeste_rodoanel.pdf>. Acessado em: 25 mar. 2020.

LEFEBVRE, H. Industrialização e urbanização – Noções Preliminares. In: LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, S. **Metrópole, Metropolização e Regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LEOPOLDO, E. **Financeirização Imobiliária e metropolização regional: o Alphaville na implosão-explosão da metrópole**. 2018. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. Disponível

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22022019-172326/pt-br.php>>. Acessado em: 08 abr. 2020.

MAGALHÃES, F. N. C. Da metrópole à cidade-região. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.10, n°2, pp. 09-27, 2008.

MARTINS, F. E. da S. **A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo**. 2010. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25052011-123730/pt-br.php>>. Acessado em: 10 abr. 2020.

SANFELICI, D. As escalas de acumulação na produção das cidades. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018.

SANTORO, P. F.; ROLNIK, R. Novas frentes de expansão do complexo imobiliário-financeiro em São Paulo. **Caderno MetrÓpole**. São Paulo, v.19, n. 39, pp. 407-431, maio/ago, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v19n39/2236-9996-cm-19-39-0407.pdf>>. Acessado: 25 mar. 2020.

SANTOS, C. R. S. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018b.

SANTOS, C. R. S. Escalas geográficas: instrumento de observação ou objeto de investigação? In: CARLOS, A. F. A.; SANTOS, C. R. S.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018a.

SANTOS, C. R. S. A dinâmica geográfica do capital e o problema dos territórios não-capitalistas. In: SANTOS, C. R. S. **A nova centralidade da metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana**. 2013. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.

SASSEN, S. A cidade global. In: LEVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da F.; NABUCO, M. R. (Orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

STORPER, M.; VENABLES, A. J. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Orgs). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANDRADE, Leandro de. Espaço regional metropolitano: a ampliação da produção do espaço na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Rodoanel. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 30-58, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 17/05/2020. Aceite em: 15/12/2020.

ISSN: 2316-8544

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS AÇÕES DA ELETROBRAS¹

DEVELOPMENT AND SUSTAINABILITY IN THE BRAZILIAN ELECTRIC SECTOR: A CASE STUDY ON THE ACTIONS OF ELETROBRAS

Letícia de Souza Blanco²

Universidade Federal Fluminense

leticia.blanco802@gmail.com

Resumo

O desenvolvimento sustentável é caracterizado principalmente pela tomada de decisões e ações que levem em consideração características ambientais e sociais de modo a promover o desenvolvimento econômico com responsabilidade com o ecossistema, com os elementos naturais e com o ser humano e o meio ambiente. Os objetivos deste artigo são compreender como o desenvolvimento sustentável está sendo adotado no ramo energético brasileiro e analisar em que contexto histórico essa preocupação surgiu. Para ilustrar, usaremos como estudo de caso a empresa Eletrobras e seus programas e ações sustentáveis. A metodologia utilizada é estudo exploratório baseado em revisão de literatura. Conclui-se que o pensamento sustentável nos negócios é uma ideia-força que vem crescendo, mas que ainda precisa enfrentar alguns desafios, como o alto custo no início da sua implementação, para se consolidar como uma estratégia de mercado que combine valores sociais, ambientais e econômicos.

Palavras-chave

Desenvolvimento sustentável; Energia; Meio Ambiente.

Abstract

Sustainable development is mainly characterized by decision-making and actions that take into account environmental and social characteristics in order to promote economic development with responsibility for the ecosystem as a whole, with the natural elements and with the human being and the environment. The objectives of this article are to understand how sustainable development is being adopted in the Brazilian energy sector and to understand in which historical context this concern arose. To illustrate, we will use Eletrobras and its sustainable programs and actions as a case study. The methodology used is an exploratory study based on a literature review. It is concluded that sustainable business thinking is a growing idea-force, but that it still needs to face some challenges, such as the high cost at the beginning of its implementation, to consolidate itself as a market strategy that combines social, environmental and economic values.

Keywords

Sustainable development; Energy; Environment.

¹ Originalmente apresentado como resumo expandido na I Semana Acadêmica de Geografia da UFF - Niterói, realizada em outubro de 2019.

² Licencianda em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, RJ.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BLANCO, Letícia de Souza. Desenvolvimento e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro: um estudo de caso sobre as ações da Eletrobras. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 59-82, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 11/05/2020. Aceite em: 11/12/2020.

ISSN: 2316-8544

Introdução

Ao longo dos anos, o setor elétrico vem adotando medidas mitigatórias e compensatórias, visando a redução dos impactos negativos dos seus empreendimentos e a gestão de negócio mais sustentável. Como exemplos, podemos citar: a Compensação Financeira por Uso dos Recursos Hídricos – CFURH, instituída em 1998, que consiste em um valor pago pelas concessionárias de energia à União e aos Municípios pelo uso de recursos hídricos para geração de energia, e o Programa de Reprodução da Harpia, realizado pela concessionária Itaipu Binacional–do grupo Eletrobras desde 2005, para evitar a extinção deste animal em território brasileiro.

Apesar de serem citados anteriormente casos empíricos recentes, de acordo com Cabral (2009), no início do século XX já observamos ações visando reduzir o impacto ambiental das construções das hidrelétricas, sendo a primeira intervenção infraestrutural a escada para peixes feita pela primeira vez em 1911. As escadas ajudam os peixes do lago represado a subirem o rio para desovarem.

A partir da década de 1970, a questão ambiental passou a ser pauta dos movimentos sociais e organizações não governamentais (Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Seringueiros, Greenpeace, entre outros) abarcando temas não só relacionados ao meio ambiente, mas também aos aspectos sociais e aos culturais. Esses movimentos alcançaram apoio da opinião pública e dos meios de comunicação em massa como jornais impressos e televisão, especialmente nos países de ideologias democráticas, onde as vozes dos movimentos sociais e das instituições da sociedade civil receberam escuta pressionando os governos locais a aderirem a leis e tratados internacionais (FREITAS, [2018]).

No Brasil, a preservação e a conservação do meio ambiente passaram a ser direito do cidadão com a promulgação da Constituição de 1988, que em seu Art. 225 destaca que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BLANCO, Letícia de Souza. Desenvolvimento e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro: um estudo de caso sobre as ações da Eletrobras. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 59-82, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 11/05/2020. Aceite em: 11/12/2020.

ISSN: 2316-8544

A questão legal ampliou a temática ambiental, colocando-a como um direito difuso, fazendo com que o meio ambiente equilibrado passasse a ser um direito do cidadão, tornando-se pauta das agendas dos Estados nacionais e de suas empresas, em especial, as públicas como a Eletrobras.

Essa nova postura impactou nas regras do sistema capitalista a nível mundial, impondo a responsabilidade ambiental como critério para a concessão de empréstimos financeiros. Cabral (2009) ressalta que os bancos, que faziam empréstimos para as empresas hidrelétricas brasileiras para construção de usinas, como o BID³ e BIRD⁴, também faziam sua parte, exigindo em troca da concessão de empréstimos zelo pelo meio ambiente, sendo um fator que motivou maior preocupação na área de produção e distribuição de energia.

Sabemos que há intensos conflitos socioeconômicos e impactos ambientais entorno das usinas hidrelétricas. No entanto, o foco deste trabalho são as estratégias: as ações e projetos compensatórios que permitem a redução dos impactos negativos dos empreendimentos e avanço do desenvolvimento sustentável no ramo energético brasileiro.

Os objetivos do artigo são: analisar as estratégias que foram/são adotadas pelas empresas de energia coordenadas pela Eletrobras, visando o desenvolvimento sustentável e entender em que contexto histórico a preocupação com o meio ambiente passou a fazer parte da agenda das empresas do ramo energético brasileiro, mobilizando-as em direção às políticas de desenvolvimento sustentável.

A metodologia utilizada é o estudo exploratório por meio de revisão de literatura, seguida de estudo de caso, tendo como objeto de análise as ações de sustentabilidade ambiental promovidas pela Eletrobras, empresa de economia mista criada pelo governo federal em 1962 para coordenar todas as empresas do setor elétrico.

Conforme observado, foi no II Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico (II PDMA) - 1991/1993 que foi estabelecida a primeira versão da política ambiental da empresa. A política ambiental aponta os “principais impactos [e] medidas mitigatórias”

³ Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

⁴ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

(ELETROBRAS, 1990, p. 48). Dessa forma, a política ambiental torna-se essencial para minimizar os impactos socioambientais que a construção de empreendimentos fomenta no espaço geográfico.

Dessa maneira, é nítido que a partir da década de 90 a Eletrobras vem adotando como diretriz, para o setor elétrico brasileiro, o desenvolvimento sustentável com base em sua política ambiental com vista a produzir “energia limpa”. Conceito este que vem sendo adotado em seus empreendimentos conforme atestam os seus relatórios, também objeto de análise desta pesquisa.

O meio ambiente e o setor elétrico

A questão ambiental foi introduzida nos debates do ramo energético a partir da Segunda Guerra Mundial, conforme Saldanha (2012)

[...] A inserção do tema “meio ambiente” na esfera de proteção dos direitos humanos, notadamente após a Segunda Guerra Mundial, decorreu da percepção de que questões ligadas a sua proteção não se limitam somente à poluição ambiental, mas abrangem um universo social e econômico muito mais amplo, sendo determinante para a inserção das questões ambientais na esfera de proteção internacional dos direitos humanos. (SALDANHA, 2012, p. 132).

Como ressalta Saldanha (2012), foi após a Segunda Guerra Mundial que o meio ambiente passou a ser pauta das agendas governamentais. Foi após este período que se consolidou uma visão sistêmica de fatores ambientais, econômicos e sociais que contribuiu para o surgimento de políticas voltadas para o meio ambiente.

Pott e Estrela (2017, p. 272) descrevem alguns eventos que provocaram essa consciência ambiental, como o ocorrido em 1952 em Londres, conhecido como "A Névoa Matadora", que ocasionou a morte de mais de quatro mil pessoas, sendo o primeiro a chamar a atenção das autoridades para a questão da poluição do ar, levando o Estado inglês a aprovar, em 1956, a Lei do Ar Puro. Esse evento fez com que “[...] novas leis fossem aprovadas na América do Norte e em diversos países da Europa Ocidental, além do Japão, propiciando a criação de agências de monitoramento, regulamentação e avaliação da qualidade ambiental” (POTT; ESTRELA, 2017, p. 272).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BLANCO, Letícia de Souza. Desenvolvimento e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro: um estudo de caso sobre as ações da Eletrobras. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 59-82, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 11/05/2020. Aceite em: 11/12/2020.

ISSN: 2316-8544

No campo científico, os autores destacam o livro da bióloga marinha Rachel Carson “Primavera silenciosa”, publicado em 1962, no qual chama a atenção para o aumento do uso de compostos químicos no pós-guerra e alerta para o quanto são danosos à vida, levando a população a ter percepção crítica acerca do uso dos defensivos agrícolas, o que fez com que o combate a esses produtos se tornasse uma das bandeiras da causa ambiental, levando muitos países a estabelecer regras para seu uso controlado (POTT; ESTRELA, 2017).

Segundo Cabral (2009), o primeiro pensamento sustentável no ramo energético brasileiro surgiu com a construção da infraestrutura conhecida como “escada para peixes” nas hidrelétricas. Ela tinha como principal objetivo fazer com que os peixes migratórios que atravessassem as barragens pudessem chegar às nascentes, para assim realizar suas atividades biológicas, como a reprodução. Estima-se que foram construídas 35 escadas para peixes (como a da Figura 1), até a década de 1980.

Figura 1 - Escada para peixes



Fonte: Stroski (2018)⁵.

⁵ STROSKI, Pedro. Caminho e escada para peixes em barragens. **Electricallibrary**. Disponível em: <<http://www.electricalibrary.com/2018/09/24/caminho-e-escada-para-peixes-em-barragens/>>. Acessado em: 22 maio 2020.

A escada para peixes (Figura 1), foi um dos primeiros recursos de preservação ambiental usados para proteger a fauna fluvial dos danos causados pelo represamento das águas dos rios para criação das hidrelétricas, sendo usado até os dias atuais.

O marco legal do desenvolvimento sustentável foi a criação do Código de águas em 1934, norma esta que defendia que todas as quedas d'água deveriam ser de posse da União e não mais dos setores privados (CABRAL, 2009), cabendo ao Estado proteger e regulamentar o seu uso. Neste código consta que para haver aproveitamento de energia nas quedas d'água seria necessário cumprir alguns requisitos como: salubridade pública, proteção contra inundações e cumprimento das necessidades dos ribeirinhos. Assim, procurava-se mitigar os impactos socioambientais que a hidrelétrica poderia gerar, além de uma gestão mais centralizada e organizada que poderia contribuir para essa redução.

Outro documento importante foi o Código da Pesca. Essa norma legal criada em 1938 estabelecia que a fauna fluvial deveria ser conservada para que a dinâmica de reprodução dos peixes não fosse afetada. Derivada desse código surgiu a Lei da Pesca em 1967, que exigiu do proprietário das represas a proteção da fauna (CABRAL, 2009).

Apesar das leis de proteção, no período de 1950-1970, houve um aumento da exploração dos recursos naturais. Para alguns setores da economia, com o agrário e o industrial, a questão ambiental passou a ser vista como atraso para autonomia econômica do Brasil em relação aos demais países (CABRAL, 2009).

No caso do setor elétrico, no período relatado nota-se um retrocesso também. A preocupação das empresas passou a centrar-se nos danos que o meio ambiente poderia trazer para o funcionamento das máquinas e equipamentos que se encontravam nas hidrelétricas e não ao contrário (CABRAL, 2009).

O que mudou o rumo dessa história foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo em 1972. Como comenta Saldanha (2012)

[...] foi a primeira conferência global voltada para o meio ambiente, e como tal é considerada um marco histórico-político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, direcionando a atenção das nações para as questões ambientais, haja vista que influenciou na evolução do Direito Ambiental no mundo e no Brasil, além de ter estimulado a criação de vários instrumentos e medidas de proteção ao meio ambiente em âmbito mundial. (SALDANHA, 2012, p.133).

Da Conferência, surgiu o documento conhecido como Declaração de Estocolmo que defendia a preservação dos recursos naturais e a proteção dos ecossistemas naturais por parte das empresas. Ademais, órgãos de financiamento como o Banco Mundial foram influenciados pela Conferência, exigindo a partir desse momento a proteção do meio ambiente como requisito para concessão de empréstimo para empresas de hidrelétricas (CABRAL, 2009).

Apesar de os bancos estipularem nos contratos de financiamento cláusulas ambientais para as empresas de energia, o não cumprimento dessas não impedia a concessão dos empréstimos, conforme nos relata Cabral (2009). Assim, os impactos no meio ambiente ocupavam uma posição apenas marginal entre as preocupações dos bancos na avaliação dos empréstimos, focadas nas questões econômicas, políticas e diplomáticas.

Apesar dos malefícios ao meio ambiente não serem fatores para o impedimento de empréstimos, eticamente essa questão não era bem vista pelos parceiros financeiros. Só aos poucos os valores ambientais foram incorporados como requisitos pré-contratuais. Surge, então, um novo conceito chamado “crédito ambiental” que comprovava que determinado empreendimento reduziu os danos ambientais, chamando atenção de bancos e investidores.

Em 1979, a legislação avançou um pouco mais com a criação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), que estipulou que “aspectos ambientais fossem incluídos nos requisitos para a apropriação do relatório de viabilidade de todos os projetos hidrelétricos” (CABRAL, 2009, p. 106). Assim, passou-se a exigir relatórios e licenças de órgãos ambientais para que a obra de uma usina hidrelétrica fosse realizada. Por meio das licenças e relatórios técnicos, foi possível se ter maior controle sobre os problemas socioambientais que esses tipos de empreendimentos poderiam gerar no espaço e no seu entorno.

A conferência de Estocolmo

A Conferência de Estocolmo ocorreu na Suécia em 1972, e foi a primeira conferência mundial que abarcava a questão ambiental. Através dela foram estipuladas

políticas ambientais rígidas que exigiam uma administração mais consciente por parte dos gestores das empresas. O surgimento desta conferência coincidiu com o reconhecimento, em nível mundial, da finitude dos recursos naturais presentes na Terra.

O reconhecimento da fragilidade do planeta Terra contribuiu para privilegiar um enfoque mundial dos problemas relativos ao meio ambiente. Com isso, várias instituições foram criadas, e, sobretudo, uma dinâmica transnacional nova emergiu cujas consequências políticas somente se tornaram claras no decorrer dos anos (PASSOS, 2009, p.2).

O que se almejava com a Conferência de Estocolmo era que os Estados-Nações presentes à Conferência tomassem iniciativas conservacionistas em seus negócios, de tal maneira que não impactassem o meio ambiente, atuando de forma mais sustentável.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, iniciada em cinco de junho de 1972, marcou uma etapa muito importante na ecopolítica mundial. Dela resultaram inúmeras questões que continuam a influenciar e a motivar as relações entre os atores internacionais, colaborando para a notável evolução que eclodiu após a Conferência (PASSOS, 2009, p.12).

Na Conferência de Estocolmo, além de defender a racionalização dos recursos naturais no sistema produtivo, outros fatores foram destacados, como a urgência de se reduzir a poluição atmosférica e marinha e de se preservar os recursos naturais (solo, água, ar, fauna e flora). Dessa forma, essas necessidades passaram a ser pontuadas nas legislações ambientais dos Estados-Nações que se encontravam presentes na Conferência (CONFERÊNCIA, 1972).

A partir da Declaração de Estocolmo (1972), as nações do mundo começaram a se mobilizar, fomentando marcos históricos importantes como: o fortalecimento das Organizações Não Governamentais voltadas à proteção do meio ambiente; a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA); e a internacionalização do debate ambiental (DIAS, 2017). Nesse momento, surgem movimentos ambientalistas que defendem a preservação e conservação ambiental.

[...] a Conferência propiciou a consolidação das mais indispensáveis bases à moderna política ambiental adotada pela imensa maioria dos países, com maior ou menor rigor, nos seus respectivos ordenamentos jurídicos. É, portanto, caracterizada pelo despertar da consciência das nações sobre essa realidade, fazendo com que surgissem, também, novos movimentos ecologistas e preservacionistas que, por sua vez, passaram a refletir-se nas Cartas Constitucionais dos Estados, os quais passaram a incluir em seus textos os chamados direitos de proteção ao meio ambiente. (SANTOS, 2009, p.12).

Como se vê, o principal objetivo da conferência era fazer com que os países pudessem crescer e se desenvolver sem afetar a qualidade de vida da população e sem precisar acabar com os recursos naturais, atendendo aos pedidos dos movimentos ambientalistas. Logo, o que se buscava com a Conferência era um incentivo ao desenvolvimento econômico mais sustentável, como afirma Moreira (2011)

A Conferência de Estocolmo de 1972 teve origem, principalmente, como uma resposta ao dramático crescimento da preocupação em torno do meio ambiente na esfera internacional nos anos de 1960. Os debates nessa conferência, estabeleceram os novos temas que seriam prioridades em próximos encontros entre governantes mundiais, assim como, as práticas a serem adotadas que minimizassem os efeitos perversos do tipo de desenvolvimento até aquele momento instaurado. (MOREIRA, 2011, p. 4)

Foi a partir da Conferência de Estocolmo que a questão ambiental ganhou maior destaque, atingindo a grande mídia internacional e direcionando políticas e programas ambientais em vários países, repercutindo em documentos e eventos que vieram posteriormente como, por exemplo, o Relatório Brundtland⁶ e a ECO-92⁷ que defendiam o desenvolvimento sustentável (MOREIRA, 2011; DIAS, 2017).

A Conferência de Estocolmo foi a solução encontrada por diversos países para desacelerar a destruição ambiental causada pelas indústrias e empresas, como destacam, Silva et al (2016, p. 75).

⁶ Documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, apresentado em 1987, em que se defendia um desenvolvimento que atendesse as necessidades da geração atual e das gerações futuras (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

⁷ ECO92: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em 1992. O evento foi responsável por ampliar a dimensão da questão ambiental como discussão do mundo e não local. Constatando que o desenvolvimento sustentável era urgente para manutenção do sistema econômico (MOREIRA, 2011).

Desde a Revolução Industrial as empresas exercem o papel central, no quesito causa e efeito. Para reduzir estes danos, foram realizados inúmeros encontros, conferências, tratados e acordos assinados pelos países do mundo, tendo como destaque a Conferência de Estocolmo 1972 na Suécia, e na década de 80 foi quando surgiu pela primeira vez o termo Desenvolvimento Sustentável.

O termo desenvolvimento sustentável surgiu na década de 1980, mas só ganhou mais adeptos com o passar dos anos. Esse conceito passou a ser empregado na economia, inclusive no ramo energético. A preocupação crescente das empresas de energia elétrica com o meio ambiente gerou os documentos Estudo de Inventário e, especificamente a Avaliação Ambiental Integrada (AAI), temas que discutiremos na seção seguinte.

Avaliação ambiental integrada (AAI)

O Estudo de Inventário também foi considerado um grande avanço para desenvolvimento econômico sustentável no ramo energético. De acordo com o documento Sistema de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas (SINV), disponibilizado pelo Centro de Pesquisa em Energia Elétrica (CEPEL), o Estudo de Inventário consiste na fase inicial de planejamento e construção de usinas hidrelétricas.

O Estudo de Inventário, onde consta a Avaliação Ambiental Integrada (AAI), possibilita que as áreas que estão nos arredores da construção da hidrelétrica, que podem ser afetadas pelo projeto, sejam analisadas e estudadas por especialistas como geógrafos, sociólogos e biólogos antes da tomada de decisão. De acordo com o SINV

Os Estudos de Inventário Hidroelétrico constituem uma das fases iniciais do processo de Planejamento da Expansão da Geração. A localização dos estudos de Inventário no início do processo decisório do planejamento faz com que estes estudos tenham caráter estratégico, pois, neste momento, ainda não foram comprometidos recursos com a implantação de nenhum dos futuros aproveitamentos hidroelétricos que irão compor a divisão de quedas da bacia. É, portanto, neste momento que todas as alternativas de divisão de quedas da bacia devem ser levantadas e estudadas de forma a se selecionar aquela que apresenta a melhor eficiência do ponto de vista energético e socioambiental. (CENTRO...2019, não paginado).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BLANCO, Letícia de Souza. Desenvolvimento e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro: um estudo de caso sobre as ações da Eletrobras. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 59-82, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 11/05/2020. Aceite em: 11/12/2020.

ISSN: 2316-8544

A Avaliação Ambiental Integrada (AAI) analisa os impactos socioambientais que a construção de hidrelétricas pode gerar em um espaço. Ao mesmo tempo em que o Estudo de Inventário, documento onde se encontra AAI, possibilita mensurar o impacto ambiental e permite evitá-lo, também permite sabermos a eficiência energética que a hidrelétrica pode gerar se for instalada em determinado local.

O coeficiente de eficiência está diretamente relacionado com o grau do impacto ambiental. Para isso, são realizados estudos sobre a questão socioambiental da área que será afetada pela construção de barragens. Os estudos que se referem a esta questão levam em consideração as terras indígenas, ecossistemas terrestres, entre outros elementos. Dentre os benefícios de se adotar o SINV, destaca-se a “Facilidade de realização de análises de sensibilidade, buscando a seleção de alternativas mais robustas em relação ao atendimento das dimensões energéticas e socioambientais.” (CENTRO..., 2019, não paginado).

Como dito, a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) está estritamente relacionada com o Estudo de Inventário. No entanto, eles possuem certa diferença de sentido. De acordo com Cavalcanti (2019), os Estudos de Inventários possuem uma escala maior que a AAI. Enquanto os estudos abordam um conjunto de alternativas (escala regional), a AAI estuda as alternativas de forma individual (escala local).

O principal objetivo da AAI é avaliar os impactos ambientais que podem ser gerados. “A avaliação ambiental integrada - AAI na bacia hidrográfica é entendida como a identificação dos impactos a partir do conjunto de ações que interagem na bacia e que se refletem no seu próprio espaço” (TUCCI, 2006, p.236). Por meio dos estudos dos aproveitamentos, a AAI é capaz de mostrar os impactos socioambientais que podem ser causados, atuando na prevenção destes.

Como Tucci (2006) observa, a AAI apresenta como principal objetivo avaliar a situação ambiental da bacia hidrográfica, considerando seus efeitos sinérgicos e cumulativos provenientes de impactos ambientais. Dessa maneira, busca-se prevenir a ocorrência de danos ambientais.

A metodologia utilizada na AAI baseia-se, primeiramente, na identificação dos impactos ambientais negativos que podem ser gerados e no reconhecimento de conflitos sociais que a instalação de um aproveitamento (hidrelétrico) pode provocar em

determinado local. Esta primeira fase conta com a participação da comunidade que deve dar sua opinião sobre o processo. Posteriormente, os efeitos sinérgicos e cumulativos, provenientes dos impactos ambientais, são avaliados. De acordo com esta avaliação, os próximos empreendimentos são planejados.

Assim, vemos que a AAI deve ser realizada logo no início na fase de planejamento do projeto a fim de que impactos ambientais sejam reduzidos, devendo perdurar até a fase de construção. Na AAI são identificadas algumas restrições que impedem a instalação de aproveitamentos. Algumas delas são: unidades de conservação, supressão da vegetação, terras indígenas e quilombolas (KERTZMAN; CAMPOS, 2019). Todas estas limitações são estudadas por especialistas como geógrafos, biólogos e sociólogos. Ou seja, “Os estudos de AAI têm seu foco principal na situação ambiental da bacia hidrográfica em consequência da implantação do conjunto de aproveitamentos existentes ou planejados” (BRASIL, 2007, p.597). Por meio destes estudos, são analisados alguns indicadores como: ecossistemas aquáticos, ecossistemas terrestres, modos de vida, organização territorial, base econômica e populações indígenas/ tradicionais como vemos na tabela a seguir:

Tabela 1 - Pesos dos componentes-sínteses para cálculo do IA

Componente-síntese	Pesos
Ecosistemas Aquáticos	0,25
Ecosistemas Terrestres	0,20
Modos de Vida	0,20
Organização Territorial	0,12
Base Econômica	0,13
Comunidades Indígenas e Patrimônio Arqueológico	0,10

Fonte: Estudo de Inventário da UHE Garambi-Panambi (2010).

Como apreciamos na Tabela 1, os componentes-sínteses atuam como referências para se calcular o Índice de Impacto Negativo sobre o Sistema Ambiental (IA), que mensura o grau de impacto sobre a área de estudo do conjunto de aproveitamentos que a compõe, mostrando as alterações ambientais. Os componentes-sínteses apresentam pesos de fragilidade como vemos na tabela, sendo os de maior peso aqueles de maior fragilidade

ambiental e que merecem maior atenção. O peso (0-1) vai variar de acordo com empreendimento analisado. Na Tabela 1 vemos o caso da usina hidrelétrica de Garambi-Panambi⁸ que destaca os ecossistemas aquáticos em relação aos demais.

Desse modo, percebe-se que por meio da AAI conseguimos atingir a eficiência e a produtividade energética almejada sem prejudicar o meio ambiente que está ao entorno. Assim, recursos naturais são conservados e preservados, proporcionando melhor qualidade de vida para população e manutenção da biodiversidade local.

Este cuidado com meio ambiente, que se encontra no Estudo de Inventário, faz com que surjam no mercado empresas sustentáveis de energia que estão se qualificando e se destacando diante das demais que competem. Como exemplo de empresas sustentáveis, podemos citar o grupo de empresas Eletrobras e CPFL Energia que apresentam políticas ambientais, gestão de resíduos e indicadores socioambientais consolidados. Elas são consideradas sustentáveis, pois apresentam projetos que estão ligados a questões socioambientais como é o caso da CPFL Energia que é parceira do Projeto Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável e a Eletrobras que tem um projeto de Apoio às Áreas Protegidas, tais projetos contribuem para a preservação da biodiversidade e buscam equilíbrio ambiental-econômico. Apesar de a sustentabilidade ser algo considerado “novo” nas discussões de negócio, esta temática está crescendo e sendo aplicada na tomada de decisões de grandes empresas.

Sustentabilidade empresarial: o setor elétrico brasileiro

A sustentabilidade empresarial é um assunto recente na gestão dos negócios empresariais, inclusive no setor elétrico. A emergência da questão ambiental começou a surgir quando os gestores perceberam e reconheceram a limitação do uso de determinados recursos naturais utilizados no processo produtivo. No setor elétrico brasileiro, essa preocupação está expressa no documento Inovação e Sustentabilidade, elaborado pela

⁸ A Usina Hidrelétrica Garabi e a Usina Hidrelétrica Parambi estão localizadas na fronteira entre Brasil e Argentina, no estado do Rio Grande do Sul.

Eletrobras (2017?) como fio norteador de suas ações nessa área. O documento abarca ações em três dimensões: a social, a ambiental e a econômico-financeira. Nesse artigo, nos debruçamos sobre as questões sociais e ambientais, descrevendo e analisando as ações da empresa nessas duas áreas.

O desenvolvimento econômico e o meio ambiente foram vistos durante muito tempo como elementos opostos. Entretanto, isso mudou com o desenvolvimento sustentável, cujo arcabouço teórico congrega tanto a economia como a natureza como elementos associáveis e não antagônicos podendo ser combinados na consecução de um sistema produtivo.

Dessa forma, a saída para o impasse entre desenvolvimento e meio ambiente é a concretização do princípio do desenvolvimento sustentável. Assim, torna-se imprescindível a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico diferente, que inclua em seus projetos a variante do meio ambiente, analisando os impactos que serão causados à natureza em decorrência de uma ou outra atividade (SALDANHA, 2012, p.147).

A sustentabilidade ocorre em empresas que conseguem resolver este “impasse” entre economia e meio ambiente e que aplicam o desenvolvimento sustentável. Este se caracteriza pela preocupação com o meio ambiente e com os recursos naturais presentes nele, atentando-se para preservação e conservação ambiental por meio da análise de impactos que poderiam ser fomentados.

A empresa sustentável ganha um rápido número de adeptos que se preocupam com a questão ambiental, destacando-se no mercado, atraindo olhares dos consumidores conscientes. Estes consumidores, preocupados com as questões do meio ambiente e insatisfeitos com o modelo consumista de produção vigente, exigem zelo ambiental das empresas que consomem serviços, assim estas criam políticas e realizam medidas compensatórias que atendam as expectativas sustentáveis de seus usuários (REGO et al, 2016).

Pode-se dizer que a empresa sustentável, por se preocupar com a questão ambiental, algo que ainda não é comum no mercado, ganha uma vantagem ao competir com os demais negócios, não somente devido aos consumidores conscientes, mas também ao custo-benefício.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BLANCO, Letícia de Souza. Desenvolvimento e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro: um estudo de caso sobre as ações da Eletrobras. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 59-82, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 11/05/2020. Aceite em: 11/12/2020.

ISSN: 2316-8544

A sustentabilidade empresarial acarreta em retornos como criação de novas tecnologias, possível aumento das vendas, funcionários motivados e mais produtivos, maior visibilidade e credibilidade, sendo o marketing social, marketing ambiental e a redução de custos os responsáveis na obtenção desses resultados (SANTOS; SILVA, 2017, p.75).

Logo, apesar da implementação da empresa sustentável exigir a aplicação de novas tecnologias para minimizar os danos ao meio ambiente (físico e social), ela é rentável em longo prazo, já que a sustentabilidade é um diferencial no mercado⁹, vai além do sistema produtivo, tem um papel social que impacta no capital simbólico, na imagem da empresa diante do cidadão-consumidor, e na forma com este se relaciona com o mercado.

As empresas sustentáveis têm um papel muito importante na busca pelo desenvolvimento sustentável. Ainda que cada um de nós, cidadãos, faça o seu dever sustentável, isso ocorre em pequenas proporções, já as empresas sustentáveis, na maioria das vezes organizações de grande porte, atingem um número maior de pessoas por meio de seus produtos, propagandas e *stakeholders* e geram maior impacto. Ela possui boa imagem perante a sociedade e passa a influenciá-la de forma tendenciosa para que pratiquem a sustentabilidade. Logo, empresas e sociedade trabalham juntas para um mundo mais consciente e sustentável (SILVA, 2017, p.83-84).

Como mencionado, as empresas têm a capacidade de influenciar a sociedade por meio de “produtos, propagandas e *stakeholders*”¹⁰. Dessa forma, o princípio sustentável que a empresa defende e aplica no seu sistema produtivo se espalha para os consumidores de seus produtos que passam a aplicar a sustentabilidade no seu cotidiano.

Assim, diante do avanço desordenado do capitalismo sobre o meio ambiente e a certeza de que alguns insumos são esgotáveis e que isso poderia causar danos irreversíveis à cadeia produtiva, as empresas passaram a defender e aplicar o princípio do

⁹ Apesar de não ser objeto de análise deste artigo, no site da Eletrobras encontramos na aba “Informe aos investidores”, alguns certificados por meio do qual a empresa informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, que foi certificada, em 05 março de 2020, pela *Climate Bonds Initiative* (“CBI”), organização internacional sem fins lucrativos que faz a certificação de projetos sustentáveis, estando apta a emitir *Green Bonds* (Títulos Verdes) para financiar projetos de geração de energia solar e eólica. Certificado disponível no link: <<https://eletrobras.com/pt/ri/ComunidadeFatos/Comunicado%20ao%20Mercado%20-%202005.03.20%20-%20Certifica%C3%A7%C3%A3o%20Green%20Bond.pdf>>. Acessado em: 14 mar. 2020.

¹⁰ Qualquer indivíduo ou organização impactados ou influenciados por uma empresa.

desenvolvimento sustentável durante todas as etapas da produção. Desse modo, estas empresas disseminaram uma nova ética e passaram a dar exemplo para os cidadãos que consomem seus produtos e/ou serviços estimulando práticas sustentáveis.

Um exemplo de empresa que apresenta esta capacidade de influenciar os cidadãos para práticas sustentáveis é a Eletrobras, que defende a aplicabilidade da sustentabilidade durante todo o processo de produção da energia elétrica a partir da realização de Estudos de Inventários. Os Estudos fazem um balanço dos impactos ambientais e sociais de modo a apontar a melhor estratégia para conciliar o desenvolvimento econômico, proporcionado pela geração de energia com as questões sociais que a implementação deste recurso engendra.

A partir da década de 80, a atenção ao meio ambiente se intensificou na medida em que se fortaleciam movimentos ambientalistas e ocorria o desenvolvimento da legislação ambiental brasileira. Essas preocupações levaram a Eletrobras a desenvolver uma política de meio ambiente para o setor elétrico brasileiro, sendo primordial o seu entendimento para compreensão do desenvolvimento sustentável no ramo energético (CABRAL, 2009). A primeira Política Ambiental para o setor elétrico brasileiro foi instituída no II Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico 1991/1993, em que foram estabelecidos fundamentos e diretrizes para uma gestão de negócio sustentável. Em 2020, estamos na quarta versão da Política Ambiental lançada em 2019 (ELETROBRAS, 2019)

Na Política Ambiental de 2019, a mais recente da empresa, a concepção de sustentabilidade que norteia as ações visa “potencializar os impactos ambientais e sociais positivos e minimizar os impactos negativos decorrentes das [...] atividades” (p.4). Ou seja, o que se busca é o “equilíbrio econômico-financeiro, social e ambiental” (p.4) pautado na ética e na responsabilidade social.

O conceito de sustentabilidade da Eletrobras, pautado na concepção de “energia limpa”, fez com que a empresa se destacasse no ramo energético. A política ambiental de 2019 nos mostra os principais fundamentos que norteiam as ações da empresa, tais como: promoção do desenvolvimento sustentável, energia limpa e renovável, uso racional dos recursos, eficiência energética, gestão de sustentabilidade, entre outros.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BLANCO, Letícia de Souza. Desenvolvimento e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro: um estudo de caso sobre as ações da Eletrobras. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 59-82, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 11/05/2020. Aceite em: 11/12/2020.

ISSN: 2316-8544

Conforme analisamos, a empresa apresenta como seus princípios norteadores ações de sustentabilidade, as quais direcionam-se à práticas conservacionistas com o objetivo de estimular o desenvolvimento sustentável, garantir a qualidade de vida da população e a proteção do meio ambiente.

Nas empresas do grupo Eletrobras é enfatizada a política de desenvolvimento sustentável alinhada com o conceito de inclusão social, sendo o mesmo definido seguinte forma:

Na visão empresarial significa fazer negócios promovendo a inclusão social (com respeito à diversidade cultural e aos interesses de todos os públicos envolvidos no negócio direta ou indiretamente), reduzindo – ou otimizando – o uso de recursos naturais e o impacto sobre o meio ambiente, preservando a integridade do planeta para as futuras gerações, sem desprezar a rentabilidade econômico-financeira do negócio (ELETROBRAS, 2010, p.10).

Ou seja, a sustentabilidade não está apenas relacionada à questão ambiental. O desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado à conservação de práticas culturais tradicionais e ao uso racional dos recursos naturais. Logo, o que se espera é que a empresa beneficie a sociedade, gerando desenvolvimento econômico, mas também preservação de riquezas naturais que podem se esgotar ou se extinguir, como no caso de espécies da flora e fauna.

Como observamos no próprio *site* da empresa, para que a Eletrobras alcançasse a designação de empresa sustentável foi necessário investir massivamente em tecnologia e pesquisa a fim de aprimorar as fontes de energia convencionais e de ampliar as fontes renováveis e limpas. Além de buscar uma energia mais limpa, a Eletrobras se preocupa também na eficiência energética que o empreendimento pode gerar. A eficiência energética possibilita que haja menos desperdício energético.

Como visto, para que a empresa se enquadre na lista de empresas sustentáveis é necessário que ocorram investimentos altos em pesquisas, em tecnologias e em bons equipamentos. Apesar de ser um investimento significativo o rendimento em longo prazo, é maior do que se não houvesse este cuidado ambiental. Dessa maneira, busca-se minimizar os impactos socioambientais, por meio de ações que visem a preservação de

espécies nativas, reassentamento de populações locais, além de apoio a projetos que incentivem a criação e a manutenção de unidades de conservação.

Na página ações e projetos ambientais no *site* da Eletrobras, vemos que as unidades de conservação nacionais (UC's) são apoiadas pela empresa e algumas delas são geridas por empresas que fazem parte do grupo Eletrobras, como é o caso da unidade de conservação Refúgio Biológico Maracaju e do Refúgio Biológico Santa Helena que estão sob a gestão da empresa Itaipu Binacional que faz parte do grupo (ELETROBRAS, 2019).

Além das UCS, o grupo Eletrobras também apoia diversos projetos socioambientais em diferentes regiões do Brasil, como exemplo é possível citar o Projeto de Repovoamento Marinho da Baía da Ilha Grande (Figura 2). Este projeto tem como principal objetivo preservar uma espécie nativa de molusco (Vieiras) que é ameaçada de extinção devido à pesca predatória, desempenhando papel importante para formação e manutenção dos maricultores¹¹ locais. Assim, a empresa atua tanto na área ambiental, preservando a biodiversidade, como também na área social, gerando renda e emprego para população local (ELETROBRAS, 2019).

Figura 2 - Projeto de Repovoamento Marinho da Baía da Ilha Grande (Pomar).



Fonte: Eletrobras Eletronuclear (2020)¹².

¹¹ Pessoas que trabalham com a criação de organismos marinhos (plantas e animais) para consumo humano.

¹² ELETROBRAS ELETRONUCLEAR. **Projeto Pomar**. Disponível em: <<https://www.eletronuclear.gov.br/Sociedade-e-Meio-Ambiente/Paginas/Projeto-POMAR.aspx>>. Acessado em: 14 maio 2020.

Outro projeto ambiental ao qual o grupo Eletrobras está ligado são os programas com as Comunidades Indígenas que ocorrem no Amazonas (Programa *Waimiri Atoari*) e no Pará (Programa *Parakanã*). Estes programas foram desenvolvidos pela Eletrobras/ Eletronorte em parceria com a FUNAI e foram pensados com objetivo de minimizar os impactos negativos das hidrelétricas à vida das comunidades indígenas, por meio do resgate cultural das tribos e melhoria na saúde, educação e infraestrutura dos indígenas atingidos pelas Hidrelétricas Balbina, no estado do Amazonas e Tucuruí, no Pará. (ELETROBRAS, 2019).

O grupo Eletrobras também se engajou em um Programa de Educação Ambiental que foi nomeado de “projeto Cultivando Ideias, a Sustentabilidade Gota a Gota”. Neste projeto são implantadas tecnologias que possibilitam a captação da água da chuva para irrigação de lavouras e hortas comunitárias. Além disso, educadores são levados para as regiões a fim de trabalhar com a educação ambiental com os produtores, garantindo assim sua autonomia. Este projeto já atendeu 167 assentados dos estados de Goiás e Tocantins (ELETROBRAS, 2019).

Na leitura do Relatório Anual de 2018, podemos observar que a Eletrobras se compromete a seguir parâmetros mais sustentáveis. Considerando, assim, o capital humano, natural e social. Logo, suas ações antes de serem realizadas são discutidas e estudadas por especialistas de tal forma que se reduza o impacto ambiental que pode ser gerado.

Assim, pode-se dizer ao tomar a sustentabilidade como diretriz para o seu desenvolvimento empresarial, a Eletrobras passou a adotar um “[...] um modelo de desenvolvimento econômico diferente, que inclua em seus projetos a variante do meio ambiente, analisando os impactos que serão causados à natureza em decorrência de uma ou outra atividade” (SALDANHA, 2012, p. 147).

Assim, o planejamento se volta para a mitigação dos impactos socioambientais causados por seus empreendimentos. Além do planejamento, os projetos e as políticas que orientam a conduta da empresa, passaram a se alinhar com a ética do desenvolvimento sustentável, atentando-se às questões de conservação e preservação dos recursos naturais e nos seus impactos sociais.

Considerações finais

A sustentabilidade empresarial é um assunto que tem crescido muito ao longo dos anos no ramo dos negócios, atendendo a uma gestão mais ecológica e sustentável exigida pela sociedade e pelo mundo que sofre com a escassez de recursos naturais. A forma capitalista de consumir exageradamente faz com que a sustentabilidade seja um tema emergencial a ser tratado pelas empresas que devem seguir um sistema produtivo mais preocupado com o meio ambiente a fim de que o sistema econômico se mantenha.

Como dito, o contexto socioeconômico contribui muito para a consolidação da sustentabilidade empresarial no ramo energético brasileiro, começando com os bancos internacionais que passaram a exigir cuidados ambientais em troca de empréstimos, regulamentação das empresas pelas agências regulamentadoras e investimentos públicos e privados em empresas com uma visão sustentável. No entanto, nem todas as empresas estão livres das contradições que envolvem a temática já que a lógica capitalista por sua natureza é predadora.

A sustentabilidade empresarial mais que uma modalidade econômica expressa a insatisfação dos consumidores conscientes com o modelo produtivo vigente, cobrando deste a sua dívida com a natureza, com a exploração de seus recursos, e exigindo reparações e ações que minimizem os impactos não só no meio ambiente mas também na sociedade.

Assim, a sustentabilidade empresarial partiu de vários atores sociais: da sociedade (com os movimentos sociais e consumidores conscientes), do Estado com a exigência de medidas compensatórias e reparadoras às populações e territórios atingidos, e das empresas privadas de energia com a implementação de projetos sustentáveis em seus negócios. O planeta, já escasso de suas riquezas naturais usadas nos processos produtivos das empresas, passou a exigir a presença do pensamento ambientalista. O porta-voz desse debate foram os movimentos sociais e mais adiante a Organização das Nações Unidas, sendo esta entidade a responsável por desencadear o debate junto aos Estados nacionais, além de mobilizar organismos multilaterais a se sensibilizarem com a questão, incluindo critérios ambientais na elaboração dos contratos de financiamento, como fez o Banco Mundial a partir da década de 1970.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BLANCO, Letícia de Souza. Desenvolvimento e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro: um estudo de caso sobre as ações da Eletrobras. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 59-82, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 11/05/2020. Aceite em: 11/12/2020.

ISSN: 2316-8544

Apesar dos esforços sociais e dos atos regulatórios há ainda a visão de que a aplicação da sustentabilidade nas grandes empresas é algo caro e inatingível já que para se implementar a gestão ambiental é necessário investir em tecnologias, conhecimento e pesquisas. Ademais, para que ocorra a gestão ambiental de forma adequada é necessário que haja colaboradores e gestores dentro da empresa engajados e preparados para que a sustentabilidade seja aplicada aos negócios. Logo, vemos que ainda é preciso enfrentar algumas barreiras e desafios e exigir, por meio do engajamento com a questão ambiental, a aplicabilidade da sustentabilidade nos negócios.

As lutas empreendidas resultam do entendimento de que o desenvolvimento econômico capitalista ocorreu sem se preocupar com o Planeta Terra, causando danos ao meio ambiente, à natureza e ao homem. Sua sustentabilidade se expressa no reconhecimento dessa contradição. Um processo que se deu impulsionado pela sociedade civil organizada que passou a exigir do Estado leis de proteção ambiental e das empresas que parte dos lucros fosse aplicada em políticas compensatórias ou em programas de desenvolvimento local.

Essas demandas exigiram aprimoramento do quadro técnico das empresas com vista à realização de levantamentos e diagnósticos arrolando dados ambientais, sociais, econômicos e culturais. No caso do setor elétrico não foi diferente. Ao longo deste estudo relatamos diversas ações que vêm sendo desenvolvidas nesta direção. A criação do Estudo de Inventário, onde se consta os estudos voltados para a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) no ramo energético é um desses exemplos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Delegação às Nações Unidas. **Relatório da delegação do Brasil à conferência das nações unidas sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo em 1972**. Brasília, 1972. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/estocolmo_72_Volume_I.pdf>. Acessado em: 20 jul. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro 1988.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BLANCO, Letícia de Souza. Desenvolvimento e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro: um estudo de caso sobre as ações da Eletrobras. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 59-82, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 11/05/2020. Aceite em: 11/12/2020.

ISSN: 2316-8544

CABRAL, L. M. M. **O meio ambiente e o setor de energia elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2009.

CAVALCANTI, R. Avaliações ambientais estratégicas e integradas e suas interfaces com o licenciamento ambiental. CONGRESSO AMBIENTAL, São Paulo, jun. 2019. **Apresentação de trabalhos**. São Paulo: VIEX, 2019.

CENTRO DE PESQUISA EM ENERGIA ELÉTRICA. **Sistema de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas**. Rio de Janeiro, CEPEL, 2019. Disponível em: <http://www.cepel.br/pt_br/produtos/sinv-sistema-de-inventario-hidreletrico-de-bacias-hidrograficas.htm>. Acessado em: 31 jul. 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE HUMANO. Estocolmo, 1972. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano**. Nova York: ONU, 1972.

DIAS, E. dos S. Os (des)encontros internacionais sobre meio ambiente: da conferência de Estocolmo à rio+20 - expectativas e contradições. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v.1, n.39, p.6-33, Jan./Jun. 2017.

ELETROBRAS. **Ações e Projetos ambientais**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Acoes-e-Projetos-Ambientais.aspx>>. Acessado em: 02 maio 2020.

ELETROBRAS. **Inovação e sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Inovacao-e-Sustentabilidade.aspx>>. Acessado em: 29 jul. 2019.

ELETROBRAS. **Manual de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas**, 3 ed., 2007. Disponível em: <<http://www.eletrobras.com/ELB/data/Pages/LUMISF99678B3PTBRIE.html>>. Acessado em: 10 maio 2020.

ELETROBRAS. **Plano diretor de meio ambiente do setor elétrico**. Rio de Janeiro, v.1, 1990. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/EstudantesePesquisadores/acervo_documentos_tecnicos/PlanoDiretordeMeioAmbiente/pdma_volume1.pdf>. Acessado em: 05 abr. 2020.

ELETROBRAS. **Política Ambiental**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Politica-Ambiental.aspx>>. Acessado em: 23 set. 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BLANCO, Letícia de Souza. Desenvolvimento e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro: um estudo de caso sobre as ações da Eletrobras. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 59-82, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 11/05/2020. Aceite em: 11/12/2020.

ISSN: 2316-8544

ELETROBRAS. **Política de sustentabilidade das empresas Eletrobras**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/GestaoeGovernancaCorporativa/Estatutos_politicas_manuais/Pol%C3%ADtica%20de%20Sustentabilidade.pdf>. Acessado em: 05 abr. 2020.

ELETROBRAS. **Relatório anual**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://eletrobras.com/pt/SobreaEletrobras/Eletrobras_RA2018_VF.pdf>. Acessado em: 27 jul. 2019.

FREITAS, E. **Tratados Internacionais sobre meio ambiente**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/tratados-internacionais-sobre-meioambiente.htm>. Acessado em: 15 maio 2020.

KERTZMAN, F. F.; CAMPOS, E. A. R. Estudos ambientais nas diversas fases do empreendimento: viabilidade, implantação e operação. In: CONGRESSO AMBIENTAL. São Paulo, jun. 2019. **Apresentação de trabalhos**. São Paulo; VIEX, 2019.

MOREIRA, P. G. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e seu legado na política ambiental brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. **Anais...** Vitória: UFES, 2011.

PASSOS, P. N. C. de. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Direitos Fundamentais e democracia**. Curitiba, v. 6, p. 1-25, 2009.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 271-283, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100271>. Acessado em: 10 maio 2020.

REGO, K. F.; OLIVEIRA, T. A. S; BATISTA, C.C.; BARROS, T.L.; MELO, J.S. O marketing verde como ferramenta para aumentar a vantagem competitiva das organizações. In: Encontro nacional de engenharia de produção, 36. **Anais...** João Pessoa, Paraíba: UNINOVE, 2016.

SALDANHA, M. M. Energia elétrica e meio ambiente: um novo paradigma para o desenvolvimento. **Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais da Unijuí**. Ijuí (RS), n.38, p.138-150, jul./dez 2012.

SANTOS, É. H. dos; SILVA, M. A. da. Sustentabilidade empresarial: um novo modelo de negócio. **Ciência Contemporânea**, Belo Horizonte, v.2, n.1, p. 75- 94, jun./dez. 2017.

SILVA, et al. A importância da sustentabilidade para a sobrevivência das empresas. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**. Pirassununga, v. 5, n. 5, p. 74-91, mar. 2016.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BLANCO, Letícia de Souza. Desenvolvimento e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro: um estudo de caso sobre as ações da Eletrobras. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 59-82, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 11/05/2020. Aceite em: 11/12/2020.

ISSN: 2316-8544



TUCCI, C. E. M. Avaliação Ambiental Integrada. In: TUCCI, C. E. M; MENDES, C. A. **Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica**. Brasília: MMA, 2006, p. 235-245.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BLANCO, Letícia de Souza. Desenvolvimento e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro: um estudo de caso sobre as ações da Eletrobras. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 59-82, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 11/05/2020. Aceite em: 11/12/2020.

ISSN: 2316-8544

DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO À UTOPIA URBANA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS A PARTIR DA OBRA DE HENRI LEFEBVRE

FROM SPACE PRODUCTION TO URBAN UTOPIA: THEORETICAL CONTRIBUTIONS BASED ON THE LEGACY OF HENRI LEFEBVRE

Rafael Carvalho Drumond Pereira¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro
racadrupe@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão teórica sobre o processo de produção do espaço urbano, sob contexto do modo de produção capitalista. Para tanto, o trabalho foi estruturado em duas partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, percorremos a trajetória da categoria analítica “espaço geográfico” no âmbito epistemológico da Geografia até a formulação, a partir da abordagem crítica, da ideia de espaço como produto das relações históricas e sociais, assim como sua compreensão como condição e produto tanto da reprodução do capital quanto da vida humana. Em seguida, a partir das contribuições da obra de Henri Lefebvre, fizemos um movimento para pensar a nova configuração de cidade a partir dos processos de industrialização e urbanização capitalistas. Ao final, a perspectiva utópica do direito à cidade, nos oferece uma dimensão teórico-prática para contestação e superação das contradições do espaço capitalista.

Palavras-chave

Espaço, Produção do Espaço, Direito à cidade.

Abstract

This article aims to propose a theoretical reflection on the urban space production process, under the context of the capitalist mode of production. Therefore, the work was structured in two parts, in addition to the introduction and the final considerations. In the first section, we cover the trajectory of the analytical category “geographic space” in the epistemological scope of Geography until the formulation, from the critical approach, of the idea of space as a product of historical and social relations, as well as its understanding as a condition and product of both reproduction of capital and human life. Then, based on the contributions of Henri Lefebvre's work, we made a movement to think about the new configuration of the city from the capitalist industrialization and urbanization processes. Finally, the utopian perspective of the right to the city offers us a theoretical and practical dimension for contesting and overcoming the contradictions of the capitalist space.

Keywords

Space; Production of Space; Right to the city.

¹ Geógrafo (UFF), mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFF), bolsista FAPERJ no Grupo de Pesquisa Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro (Grupo SEL-RJ/PROARQ/FAU-UFRJ) e pesquisador associado do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/PROEX-UFF).

Introdução

Ao longo de pelo menos cinco décadas do século XX, a categoria analítica “espaço geográfico”, ou simplesmente “espaço”, tem sido objeto de amplo debate tanto no âmbito interno da Geografia quanto no âmbito externo, por não-geógrafos. A polêmica esteve ligada à definição do objeto da disciplina enquanto conceito-chave no universo do saber geográfico. O conjunto de correntes que caracterizou o conhecimento geográfico desenvolveu, neste sentido, visões distintas acerca do conceito de espaço, ora exaltando-o, ora relegando-o ao segundo plano. O objetivo do artigo é, ainda que de forma abreviada, propor uma reflexão teórica sobre o processo de produção do espaço urbano, estabelecendo sua relação com a noção de espaço (social), e com o contexto do modo de produção capitalista.

Além da introdução e das considerações finais, o trabalho foi estruturado em duas partes. Na primeira seção, percorremos a trajetória da categoria analítica “espaço geográfico” no âmbito epistemológico da Geografia até a formulação, a partir da abordagem crítica, da ideia de espaço como produto das relações históricas e sociais, assim como sua compreensão como condição e produto tanto da reprodução do capital quanto da vida humana. Na segunda seção, fizemos um movimento para pensar a nova configuração da cidade a partir dos processos de industrialização e urbanização capitalistas, segundo as contribuições teóricas da obra de Henri Lefebvre. Ao final, a análise crítica do pensamento de Lefebvre nos conduz à perspectiva utópica do direito à cidade, situada como dimensão teórico-prática para contestação e superação das contradições do espaço capitalista.

O espaço como conceito-chave no âmbito da Geografia:

Eis o espaço geográfico, a morada do homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas, o espaço geográfico é multidimensional (CORRÊA, 2009, p. 44).

Até meados do século XX, o espaço como foi concebido pela Geografia Tradicional (1870-1950) estava relegado ao segundo plano, aparecendo de modo implícito nas obras de

Ratzel e Hartshorne². O espaço em Ratzel é visto como indispensável para a vida do homem, porém sua abordagem privilegiou a análise das relações entre Estado e espaço, expressa nas necessidades de expansão territorial do Estado prussiano. Já para Hartshorne, o espaço aparece como um receptáculo, que apenas abrigava as atividades dos grupos humanos na superfície terrestre. Introduziu a noção de espaço absoluto, ou seja, “[...] um conjunto de pontos que tem existência entre si, sendo independente de qualquer coisa” (CORRÊA, 2009). Vê-se que, embora presente na obra dos dois autores, o espaço ainda não era considerado como um conceito-chave na geografia, que privilegiava os conceitos de paisagem e região.

Por volta dos anos de 1950, surge nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a partir do raciocínio hipotético-dedutivo e da utilização de modelos baseados na quantificação, a Geografia Teorético-Quantitativa ou Nova Geografia. Frente a complexidade que o espaço assumia com o desenvolvimento do capitalismo e intensificação dos processos de urbanização e industrialização no mundo pós-guerra, este movimento paradigmático ressaltou a Geografia como ciência social, tratando, pela primeira vez na história do pensamento geográfico, o espaço como um conceito-chave da disciplina (CORRÊA, 2009; MORAES, 2007).

Apesar das inúmeras críticas que se pode fazer à essa corrente do pensamento, calcada no positivismo lógico, é importante ressaltar sua contribuição epistemológica para fixar a geografia como uma ciência social (e espacial). A concepção de espaço aparece sob duas formas: através da noção de planície isotrópica, que seria uma superfície uniforme na qual é possível a circulação em todas as direções, sendo a distância a variável mais importante; e através das representações matricial e topológica, constituindo meios operacionais de interpretação da realidade.

A partir dessa concepção que privilegiava a distância como a variável que determinaria em um espaço previamente homogêneo a diferenciação espacial, surgem os esquemas de centro-periferia de von Thünen, Christaller e Weber, derivados da noção de efeitos declinante da distância e calcados na racionalidade econômica do espaço. Neste contexto, emerge a noção de espaço relativo, apontada por Harvey (1969), que pode ser entendido a partir de relações

² Principalmente nas obras “*Las Razas Humanas*” (volumes I e II) (1888/1889) e “*Géographie politique*” (1888) de Ratzel e “*The Nature of Geography*” (1939) de Hartshorne.

entre objetos para se vencer a fricção imposta pela distância. No trecho a seguir, Corrêa (2009) destaca a abordagem do espaço adotada pela corrente da Geografia Teorético-Quantitativa:

É preciso considerar o que significou para a geografia a concepção de espaço que os geógrafos lógico-positivistas nela introduziram. Trata-se de uma visão limitada do espaço, pois, de um lado, privilegia-se em excesso a distância, vista como variável independente. Nesta concepção, de outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um plano secundário. Privilegia-se um presente eterno e, subjacente, encontra-se a noção paradigmática de equilíbrio (espacial), cara ao pensamento burguês (CORRÊA, 2009, p. 22-23).

Na década de 1970 surge, a partir do movimento de renovação da Geografia, o movimento da Geografia Crítica. Fundada no materialismo histórico e na dialética, assume o conteúdo político do conhecimento científico, relacionando-o com a superestrutura da dominação de classes na sociedade capitalista e rompendo, definitivamente, com os pressupostos da Geografia Tradicional e da Geografia Teorético-Quantitativa. A adoção do conceito de espaço para análise e interpretação da realidade no âmbito da geografia crítica deve-se, em grande parte, à intensificação das contradições espaciais sob o desenvolvimento do modo de produção capitalista durante a década de 1960 (CORRÊA, 2009; MORAES, 2007)³.

Essa necessidade de explicar as transformações do mundo contemporâneo com base em novos conceitos e formulações surge, efetivamente, na análise marxista a partir da obra de Henri Lefebvre, “*Espacio y Política*” (1976). Segundo Lefebvre (1976, p. 30), “[...] o espaço não seria nem um ponto de partida (mental e social ao mesmo tempo, como na hipótese filosófica), nem um ponto de chegada (produto social ou ponto de encontro dos produtos)”. O espaço seria o *locus* da reprodução das relações sociais de produção.

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como outro qualquer, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 1976, p. 34).

³ Apesar do espaço ter se constituído como tema central nas análises dos geógrafos neomarxistas, é importante sinalizar para o debate em torno do negligenciamento da dimensão espacial no marxismo ocidental, ao privilegiar a noção de tempo e temporalidade em detrimento do espaço. Sobre esse aspecto, destacamos: Soja (1993), que ratifica o papel do espaço e da espacialidade e sua intrínseca relação com os processos sociais, e Harvey (2006 [1989]), que estabelece uma relação entre espaço e tempo ao discutir a pós-modernidade.

Segundo Corrêa (2009, p. 26), esta concepção de espaço marca profundamente a produção dos geógrafos a partir da década de 1970. O espaço passa a ser concebido como *lócus* das relações sociais de produção, isto é, de reprodução da sociedade. Em outras palavras, ganha centralidade a reflexão sobre a relação espaço-sociedade sob a perspectiva do materialismo histórico.

Certamente sob forte inspiração da obra de Lefebvre, a vasta obra de Milton Santos contribui para o estabelecimento do conceito de formação socioespacial, derivado do conceito de formação socioeconômico. Segundo ele, uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, ou seja, do espaço que ela produz. Em Santos (1978), a natureza e o significado do espaço aparecem de maneira mais explícita, apresentando o espaço como fator social e não apenas como reflexo social:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho da história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de formas e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 1978, p. 153).

Segundo Moraes (2007), Milton Santos argumenta que é necessário discutir o espaço social e ver a produção do espaço como objeto. Essa afirmação contempla as formulações de Santos (1978), quando este ratifica o papel do trabalho na mediação entre sociedade e o espaço. O espaço, nesse sentido, é fator social, pois é produto da acumulação de trabalho humano ao longo da história. Segundo Santos (1985), o espaço deve ser analisado a partir das seguintes categorias de análise: forma, função, processo e estrutura, consideradas em suas relações dialéticas.

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente apresentam apenas realidades, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1985, p. 52).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544

A contribuição para a compreensão da organização espacial dos países subdesenvolvidos aparece em Santos (1979), que expõe a existência de dois circuitos na economia, um circuito superior e outro inferior, resultado de um processo de modernização que excluiu parte da sociedade urbana, mantendo uma relação de dependência entre estes. Outro estudo sobre o mesmo aspecto, ainda que concernente à sociedade brasileira, aparece em Oliveira (2003 [1981]). Segundo o sociólogo, o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil pós-1930, no qual a acumulação se fez através da crescente concentração de renda, caracterizou-se pela formação de uma sociedade dual, que se deu “[...] introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 2003 [1981], p. 60)⁴.

Segundo Souza (2016), para se compreender e elucidar o espaço não basta compreender e elucidar o espaço, ou seja, é necessário mergulhar no interesse pela sociedade concreta, em que relações sociais e espaço são intrinsecamente ligados, apesar de não se confundirem. Uma análise socioespacial de qualquer fenômeno deve considerar, portanto, os processos vivos e as interações que se desenvolvem durante sua ocorrência. Sob este ponto de vista, devemos conceber o espaço social como aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade.

Há de se fazer uma ressalva, pois a expressão “espaço social” tem sido usada por sociólogos em um sentido distinto do pretendido por nós geógrafos. À exemplo de Pierre Bourdieu (1989), o espaço social é, regularmente, usado como sinônimo de “campo de atuação” ou de uma cadeia de relações entre grupos sociais, sem a necessária vinculação direta com o espaço geográfico concreto, preciso e delimitado (SOUZA, 2016).

Voltando à Geografia, vimos que a noção de espaço superou, com muita dificuldade, sua condição de objetividade pura — a ideia de palco da atividade humana. Há, neste contexto, uma evolução do conceito de espaço como localização dos fenômenos para aquele da produção social, constituído historicamente a partir do trabalho humano. Do simples reconhecimento da

⁴ É interessante notar como os dois autores, Francisco de Oliveira e Milton Santos, desenvolveram seus estudos na década de 1970 sem adotar um tratamento dicotômico das sociedades analisadas. A interpretação do mundo subdesenvolvido, que aparece em Santos (1979), supera a utilização dos termos “setor moderno / setor tradicional” por meio de uma visão dialética dos dois circuitos, que, apesar de distintos, têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e conseqüências, são interligados e aparentemente independentes. Situação semelhante acontece em Oliveira (2003), na qual a sociedade dual não implica separação ou marginalização entre arcaico e moderno, mas sim que as partes ricas e pobres se relacionam de modo complexo no desenvolvimento do capitalismo brasileiro (BOTELHO, 2007; SOUZA, 2016).

localização das atividades no espaço passa-se à constatação da organização do espaço e, desta, para a concepção de que a sociedade produz seu próprio espaço. Portanto, a reconstituição do movimento do conhecimento geográfico, ao longo de sua história, nos indica a importância da produção do espaço no processo de constituição da sociedade (CARLOS, 2016).

A base do conhecimento e da interpretação da realidade social não pode, pois, ser encontrada nas sensações ou na percepção. Tal base é sem substância, pois ela é falsa. Só através de sua própria produção é que o conhecimento do espaço é atingido (SANTOS, 1978a, p. 161).

Esse raciocínio sugere que a reprodução da sociedade se realiza através da prática social, pois a sociedade ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, e através dessa ação, também produz um espaço que lhe é próprio. Em outras palavras, a reprodução da sociedade se realiza através da produção e reprodução do espaço, estabelecendo-se a partir da relação dialética entre a sociedade e o espaço. Assim, o espaço é produto das relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza através do trabalho, mas é também, ao mesmo tempo, condição tanto da realização do processo produtivo e da reprodução de capitais, através de sua materialidade, quanto da realização da vida humana (CARLOS, 2008; 2016).

Nosso raciocínio, neste trabalho, contempla o modo de pensar e interpretar a realidade caro aos pressupostos da Geografia Crítica. A inspiração para discutir o espaço e a sua produção parte, portanto, do horizonte aberto pelo materialismo histórico e dialético. Não se trata, evidentemente, de adotar uma postura dogmática das leituras de Karl Marx, Friedrich Engels e Henri Lefebvre, tampouco cair na “tentação do profetismo” de que fala Bourdieu et al (1999) ou no “proselitismo” alertado por Becker (1994). Constituem, antes, uma orientação teórico-metodológico para construção de uma abordagem crítica que permita a compreensão das relações sociais em sua dimensão espacial, tendo como objetivo final a análise da produção do espaço urbano.

É importante destacar que a produção do espaço é anterior ao capitalismo e está relacionada ao momento histórico em que o homem deixa de ser mero coletor e caçador para criar condições, através de seu trabalho, de transformar a natureza, estabelecendo uma relação de domínio sobre esta. O espaço como produção vincula-se então à história da relação entre o

homem e a natureza. Em um sentido mais amplo, o próprio ato de transformação da natureza é o ato de produção da humanidade, e esta natureza apropriada passa a ser, ela mesma, a condição para realização da vida do homem (CARLOS, 2018).

No capitalismo, essa produção adquire outros componentes, redefinindo o próprio espaço que, agora sob a lógica do processo de valorização do capital, assume condição de mercadoria como todos os produtos da sociedade. A produção do espaço passa a se inserir, portanto, na lógica do modo de produção capitalista, que redefine o uso (necessário à realização e manutenção da vida) pelo desenvolvimento do valor de troca e, com isso, determina as formas de apropriação do espaço pela sociedade (MORAES, 1987). É neste contexto que a propriedade privada invade a vida cotidiana de forma definitiva, “[...] redefinindo o lugar de cada um no espaço, encerrado numa prática socioespacial limitada pela norma como forma legítima de garantir os acessos diferenciados aos bens produzidos” (CARLOS, 2018, p. 65).

A dependência do sistema capitalista em relação à produção e consumo do espaço é bem capturada por esta passagem de Henri Lefebvre, ainda na década de 1970:

O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso à escala mundial. [...] A estratégia vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e decisão (LEFEBVRE, 1999, p. 143).

Assim, a partir do momento em que o espaço passa a ser fundamental para a reprodução da sociedade, sob o capitalismo, ganha novo sentido na medida em que passa a ser encarado como condição para a reprodução ampliada do capital, através de novas formas de domínio e apropriação. A tese central sobre a produção do espaço, desenvolvida na obra de Lefebvre, que vamos explorar a seguir, repousa na ideia de que:

O modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem, todavia, deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinalada antes entre relações sociais e as relações espaciais (ou não-temporais). A sociedade nova se apropria do espaço preexistente, modelado anteriormente; a organização anterior se desintegra e o modo de produção integra os resultados (LEFEBVRE, 1981 *apud* CARLOS, 2016).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544

Da Urbanização Capitalista ao Direito à Cidade

O nosso ponto de partida para o confronto de ideias proposto está no que Lefebvre (2001 [1968], p. 18) vai chamar de “implosão-explosão da cidade”, decorrente dos processos de industrialização e urbanização. Está relacionado à extensão do fenômeno urbano e ao choque violento que produziu sobre realidade urbana e a realidade industrial, ou seja, tanto sobre a vida social quanto sobre a produção econômica. A passagem do século XIX para o XX vai significar um movimento de renovação no processo de acumulação capitalista, a partir de sua complexificação. Sua reprodução extrapola o ambiente fabril para atingir a vida cotidiana do homem e criar uma nova configuração de cidade.

Nenhum desses termos descritivos dá conta completamente do processo histórico: a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.) (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 26).

A obra de Henri Lefebvre acompanha a realidade do século XX e o movimento de renovação do capitalismo, trazendo importantes elementos para se pensar criticamente a produção do espaço no momento atual. O processo de implosão não é novo. Ele já tinha sido anunciado pelo poeta francês Charles Baudelaire, no século XIX, para explicar o mundo moderno que se anunciava. A modernidade tem, nesse sentido, um local de nascimento (tempo e espaço): a cidade na segunda metade do século XIX. Sua emergência se dá a partir do violento processo de transformação da cidade que coloca o indivíduo e o cidadão diante de uma nova cidade. O que importa aqui é o estranhamento do cidadão a partir de uma cidade que se transforma.

Esse “assalto da cidade pela industrialização” (LEFEBVRE, 2001, p. 21), que impulsionou o processo de urbanização, fez a cidade explodir, perdendo seus referenciais. A partir disso, a cidade histórica, como acumulação de tempos, da memória, tem o seu papel

redimensionado. Agora se produz outra coisa: essa cidade onde o que impera é a norma, a gestão normativa, o império do valor de troca. Quando o processo de reprodução do capital saiu da indústria, rompendo com o sistema urbano preexistente, criou a sociedade urbana. Esse domínio da sociedade pelo capital passa a abranger todas as esferas da vida cotidiana e a cidade passa a ser entendida como um espaço produtivo.

Atualmente, portanto, aprofunda-se um processo induzido que se pode chamar de a **implosão-explosão** da cidade. O fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território, nos grandes países industriais. [...]. Este território está encerrado num tecido urbano cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as **concentrações urbanas** tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para **periferias distantes**, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos. Às vezes (nos Estados Unidos) esses centros são abandonados para os ‘pobres’ e tornam-se **guetos** para os desfavorecidos. Às vezes pelo contrário, as pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração da cidade” (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 18, **grifo nosso**).

Esse processo fez o centro/centralidade da metrópole implodir, esgarçando cada vez mais o tecido urbano e produzindo as periferias desarticuladas e distantes, onde irão se fixar aqueles trabalhadores superexplorados que não conseguem pagar pela localização das áreas centrais. Esse processo de implosão da cidade vem acompanhado do processo de explosão da vida cotidiana e da perda dos referenciais que sustentam a vida. Local de moradia, de lazer e de trabalho são separados e regidos por normas externas à vida privada.

A vida cotidiana vai passar a estar normatizada e comandada de fora para dentro. O que significa dizer que todos os momentos da vida cotidiana serão momentos de exploração das possibilidades de busca de lucro” (CARLOS, 2018) [*informação verbal*]⁵.

Esse modo de pensar a cidade, entendendo-a como espaço produtivo (produto da lógica da mercadoria), se contrapõe radicalmente ao modo como a sociedade e o indivíduo se relacionavam com ela. Para o indivíduo a cidade é o lugar da vida. A cidade é composta pelos

⁵ Segundo palestra proferida pela professora Ana Fani Alessandri Carlos na Conferência “O Direito à Cidade no Pensamento de Henri Lefebvre: desafios da utopia urbana”, realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) no dia 25 de Abril de 2018.

espaços-tempos da realização da vida cotidiana. Há a relação do espaço-tempo da cidade e da vida cotidiana. Com a produção social do espaço submetida à lógica da mercadoria, a cidade passa a ser vista como valor de troca e gerida enquanto valor de troca. O espaço que se consome é um espaço dominado. E, segundo Lefebvre (2001; 1999), essa perda da ideia ou da representação do espaço habitável, do espaço habitado, do espaço que é uma obra de uma atividade humana, dá origem a seguinte contradição: a transformação do *habitar* em *habitat*, a destruição da urbanidade.

Sem medo de recair numa controvérsia já longa, colocaremos fortemente em oposição o *habitar* e o *habitat*. Este último termo designa um ‘conceito’, ou melhor, um pseudoconceito caricatural. No final do século XIX, um pensamento (se é possível dizer urbanístico, tão forte quanto inconsistentemente redutor, pôs de lado literalmente entre parênteses o *habitar*. Ele concebeu o *habitat*, função simplificada, restringindo o ‘ser humano’ a alguns elementares: comer, dormir, reproduzir-se [...] Precisamente, o *habitat*, ideologia e prática, rechaçou ou recalçou o *habitar* na inconsciência. Antes do *habitat*, o *habitar* era uma prática milenar, mal expressa, insuficientemente elevada à linguagem e ao conceito, mais ou menos viva e degradada, mas que permanecia concreta, ou seja, ao mesmo tempo funcional, multifuncional, transfuncional. No reino do *habitat*, desapareceu do pensamento e deteriorou-se fortemente na prática o que fora o *habitar* (LEFEBVRE, 1999, p. 80).

Habitar a cidade é habitar criativamente a cidade, é a relação que o indivíduo construiu com a cidade enquanto possibilidade de uso, de uso criativo, de apropriação, de criação de relações sociais, de criação de vínculos com essa cidade, com o sentido de necessidade e desejo. A cidade como lugar da reunião, do encontro, da festa. Então, esse *habitar* é o próprio sentido da humanidade do homem, da história como obra, como realização humana. O *habitar* é a predominância do tempo cíclico, ou seja, do tempo da vida, da natureza. Habitar é, portanto, um ato revelador da vida. Nos situa em relação aos desejos, em relação à história do lugar, aos tempos acumulados no espaço (CARLOS, 2018; LEFEBVRE, 2001).

A partir da perda desse sentido de pertencimento, a dimensão poética do homem que se constrói nas relações sociais, e a partir de sua moradia, também se esvai. A vida cotidiana vai dar lugar a outra coisa. O *habitat* vai ser uma inflexão na história urbana na medida em que vai significar o produto de uma urbanização induzida pelo processo de industrialização. Produto da industrialização que explode as cidades e constrói as periferias desurbanizadas, sem infraestruturas, que amontoam as pessoas, que juntam precariamente as pessoas. O *habitat* nada mais é do que a negação do homem, a negação da obra (LEFEBVRE, 2001; 1999; 2006).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaaios de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544

Lefebvre (2006, p. 175) relembra que Heidegger, Bachelard e Nietzsche já falavam dessa dimensão “histórico-poética” ligada a casa, a morada, situando-as como “espaços de representação” no contexto da modernidade. E que a trajetória — da funcionalização do habitar, levando ao habitat — já tinha sido captada pelos poetas e filósofos antes dos urbanistas, arquitetos e planejadores.

A Casa transporta a impressão de um espaço privilegiado, ainda consagrado, quase religioso, próximo do absoluto. A Poética do Espaço, de Bachelard, e sua ‘topofilia’ reúnem os espaços de representação, que ele percorre sonhando (e que ele distingue das representações do espaço, elaboradas pelo conhecimento científico) neste espaço íntimo e absoluto. O que ele contém atinge uma dignidade quase ontológica; as gavetas, os cofres, os armários se aproximam de seus análogos naturais percebidos pelo filósofo-poeta, figuras fundamentais: o Ninho, a Concha, a Esquina, a Circunferência. No fundo, se se pode dizer, perfila-se maternal e mesmo uterinamente: a Natureza. A Casa é tão cósmica quanto humana. Da adega à granja, das fundações ao telhado, ela tem uma densidade ao mesmo tempo sonhadora e racional, terrestre e celeste. Entre a Morada e o Ego, a relação se aproxima da coincidência. A Concha, espaço secreto e vivido, é para Bachelard o protótipo do ‘espaço’ humano e de sua qualidade (LEFEBVRE, 2006 [1974], p. 175).

O que o autor pretende, ao lembrar as contribuições dos filósofos e poetas é ressaltar a importância da casa para vida do homem. Retoma a visão dos filósofos da Grécia Antiga que enxergavam a casa como o umbigo do mundo, como centro do universo do homem. É a partir do corpo e da casa que o homem começa a se relacionar com os espaços (rua, bairro, centro, periferia). E é essa dialética do dentro/fora que é rompida com a produção da nova cidade dominada pelo capital e pelo valor de troca (LEFEBVRE, 2001, p. 14). A consequência desse processo que destitui as representações do espaço habitado é a redução da vida social a uma função.

Então, para Lefebvre (2006), a tríade que elucida o espaço é a homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Em primeiro lugar, o espaço, através do domínio da norma, da gestão e do controle, se homogeneiza, pois produz uma tábua rasa de todas as diferenças, memórias particulares, possibilidades de encontro etc. Paradoxalmente, esse espaço homogêneo se fragmenta em lotes, parcelas. Se fragmenta quando produz guetos, subúrbios e conjuntos habitacionais desarticulados com a cidade, isolados fisicamente. E, conseqüentemente, é hierarquizado com usos distintos e classes de renda diferenciadas ocupando espaços diferenciados. O espaço se hierarquiza socialmente.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544

O espaço produzido por esse processo descrito pelo autor é um espaço abstrato, dominado pela norma, setorizado, homogêneo. Ele é “[...] produto da violência e da guerra, ele é político, e instituído por um Estado, portanto institucional [...] ele serve de instrumento àqueles poderes que fazem tabula rasa daquilo que lhes resiste e os ameaça, - brevemente, as diferenças” (LEFEBVRE, 2006, p. 389). A cidade se torna, portanto, um plano em branco passível de ser desenhado e redesenhado pelos planejadores urbanos. A cidade passa a ser vista como plano, como espaços vazios, livre de pessoas, espaços da norma, que se pretende geométrico. O espaço das políticas públicas e do planejamento urbano.

Estamos diante, portanto, daquilo que Henri Lefebvre vai chamar de espaço abstrato (geométrico), produto da violência. O que o autor aponta é a perversidade que está presente no ato de produzir a cidade, de tirar a cidade dos cidadãos. Transformar a cidade do homem num espaço geométrico sem nenhum conteúdo, nem sentido, desenhado numa folha de papel dos planejadores. Esse espaço abstrato, produto da dominação do Estado, veiculado através de suas políticas públicas, é explicado pela ideologia. O Urbanismo é a ideologia que vai sustentar essa cidade planejada de forma racional, pelas reformas urbanas que visam a realização do lucro, pela gestão urbana que afasta e expulsa os cidadãos de determinadas áreas, conciliando-se com a lógica de valorização do espaço (LEFEBVRE, 1999; 2006). Selecionamos os três trechos a seguir para ilustrar esse posicionamento:

O urbanismo enquanto ideologia, dissimula estratégias. A crítica ao urbanismo terá esse duplo aspecto: crítica das ideologias urbanísticas, crítica das práticas urbanísticas (enquanto práticas parciais, redutoras, e estratégias de classe) (LEFEBVRE, 1999, p. 129).

O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso a escala mundial. Esse é o caminho (imprevisto) da socialização das forças produtivas, da própria produção do espaço. [...] O urbanismo encobre essa gigantesca operação. Ele dissimula seus traços fundamentais, seu sentido e finalidade. Ele oculta, sob a aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço, a luta contra a queda tendencial da taxa do lucro médio etc. (LEFEBVRE, 1999, p. 143).

A ideologia e sua aplicação (pelas instituições correspondentes) pesam sobre a prática real. O uso (o valor de uso) posto de lado pelo desenvolvimento do valor de troca (do mundo da mercadoria, com sua lógica e sua linguagem, com seu sistema de signos e significações aderindo a cada objeto) ainda se vê oprimido pelas representações urbanísticas, pelas incitações e motivações que lhes são fornecidas abundantemente (LEFEBVRE, 1999, p. 144).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544

A hipótese que Lefebvre desenvolveu é que o urbanismo, que se toma como uma ciência e técnica do espaço, se constitui numa importante mediação para garantir a reprodução do capital, uma vez que compreende um discurso (ideológico) que vai subsidiar práticas e políticas sobre o espaço, a partir do Estado. A cidade se torna um mapa passível de ser desenhado e redesenhado pelos planejadores urbanos. E essa forma de ver e interpretar a cidade (como plano, como espaços vazios, livre de pessoas, espaços da norma, que se pretende geométrico) passa a nortear as intervenções no espaço, através das políticas públicas e do planejamento urbano.

A partir dessa concepção, Lefebvre (1999) aponta que se o urbanismo se estabeleceu como uma ilusão ou ideologia, na medida em que suas práticas partem de uma representação da cidade, negando-a como produto social. Nesse sentido, ao se pretender regulador da cidade, através da busca pela eficiência e organização do espaço, o urbanismo confere o discurso técnico que justifica as ações disciplinadoras do Estado, através das políticas públicas orientadas para minimização das barreiras impostas à valorização do capital (ALVAREZ, 2013).

Essa discussão sobre o papel da ciência em conciliação com às práticas das instâncias governamentais representadas pelo Estado é extremamente importante para a reflexão que estamos propondo sobre a produção do espaço. Mais relevante ainda é quando observamos que as tentativas de abertura de frentes à valorização e circulação do capital apresentam-se como uma complexa trama que concerta interesses do setor imobiliário e do Estado na reprodução do espaço. Ao passo que a cidade se (re)produz enquanto valor de troca, todo o acesso à cidade e aos lugares, passa a ser mediado pelo mercado imobiliário. Isso acaba por induzir a formação de barreiras, de separações, compondo espaços-tempos diferenciados para realização da vida humana.

Assim, ao situar “a ideologia urbanística como redutora da prática (do habitar, da realidade urbana)” (LEFEBVRE, 1999, p. 144), evidencia o seu duplo aspecto, ideológico e institucional, mantido sob o véu da ordenação do território: “o urbanismo é um urbanismo de classe” (*Idem*, p. 147). Ao dirigir o consumo do espaço e do habitat, o urbanismo aparece como instrumento de uma racionalidade ilusoriamente neutro e não-político, que ao olhar mais atento, revela seus interesses e estratégias de classe. O espaço modelado pelo urbanismo é, portanto, um espaço político (*Idem*, p. 164).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544

A partir da concepção da ideologia urbanística como redutora da prática do habitar e da realidade urbana, Henri Lefebvre direciona o debate contra o que denomina de “ciências parcelares” (LEFEBVRE, 1999, p. 53). Cada vez mais, a ciência se fecha nela própria, se especializa, recorta o seu campo, o seu domínio, se verticalizando e perdendo a noção de totalidade. Há, neste sentido, a perda de noção de compreensão desse mundo que é social, que se refere à totalidade social, ou seja, do mundo em constante movimento, em frequente transformação. Assim, os conhecimentos fragmentários (especializados) apesar de tenderem ao global, acabam por engendrar práticas parciais.

Sem os procedimentos progressivos e regressivos (no tempo e no espaço) da análise, sem esses múltiplos recortes e fragmentações, é impossível conceber a ciência do fenômeno urbano. Entretanto, os fragmentos não constituem um conhecimento (LEFEBVRE, 1999, p. 54).

Essa complexidade torna indispensável uma cooperação interdisciplinar. O fenômeno urbano, tomado em sua amplitude, não pertence a nenhuma ciência especializada [...] cada especialidade deve levar a utilização de seus próprios recursos até o limite para atingir o fenômeno global, nenhuma dessas ciências pode pretender esgotá-lo (LEFEBVRE, 1999, p. 57).

Dessa forma, a especialização do espaço corresponde à especialização cada vez mais aprofundada dessa divisão do trabalho parcelar, aprofundada no conjunto da sociedade. Não é preciso ir muito longe para percebermos que tudo na cidade tem seu espaço particular. Sob o pretexto da funcionalização, tudo está separado, todo o espaço está especializado. Porém, o espaço especializado é um espaço morto, pois ele é preenchido apenas por uma determinada atividade em um certo momento. Assim como os escritórios só tem “vida” enquanto há alguém trabalhando neles, fora desse contexto, esse espaço é “perdido”. O resultado desses espaços funcionalizados, especializados, fragmentários, isolados uns dos outros é a privação da vida social e o aprofundamento da segregação residencial.

Quando falamos em segregação residencial nas cidades é importante explicar de que tipo de segregação estamos tratando. Essa segregação não diz respeito, em hipótese alguma, à existência dos condomínios fechados, e sim, que o acesso diferenciado à recursos e espaços das cidades está vinculado à distribuição socioespacial das classes sociais no espaço e sua estratificação a partir da renda (CORRÊA, 1995). A primeira, pode ser entendida como autosegregação, e a segunda, como segregação imposta ou induzida, tendo como traço comum

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544

a política de classes. Condomínios exclusivos e ruas protegidas, com confortáveis residências em ambiente seguro fazem parte da paisagem das áreas autosssegregadas; enquanto favelas, cortiços, moradias autoconstruídas, precárias, localizadas na periferia ou em áreas de risco compõem a paisagem das áreas de segregação imposta (CORRÊA, 2013).

O conceito de segregação tem sido largamente debatido no âmbito das ciências sociais. Sua origem etimológica está relacionada ao termo em latim *segrego* e traz uma ideia de cerceamento. A sua utilização na academia e nos estudos urbanos se iniciou nos textos pioneiros dos sociólogos da Escola de Chicago que, posteriormente, deram suporte para a análise marxista da segregação espacial ocorrida desde o século XIX. Não será nosso intuito retomar toda essa trajetória do conceito até os tempos atuais, contudo pretendemos estabelecer sua relação com os conteúdos da reprodução capitalista nas cidades, e para isso, lembraremos algumas contribuições e conceituações acerca do tema (VASCONCELOS, 2013).

A segregação espacial insere-se na produção do espaço, consistindo, juntamente com as suas conseqüentes formas, em um dos mais importantes processos do espaço urbano. A distribuição das áreas industriais, das áreas de lazer, dos espaços públicos, dos locais de limpeza e de segurança pública está, em diferentes graus, ligada à segregação espacial, exibindo também uma nítida espacialidade diferencial. Isso possibilita ao geógrafo um amplo campo de investigação, abordando a segregação em suas múltiplas conexões. [...] Produto social, a segregação espacial constitui também um meio no qual a existência dos diferentes grupos sociais se efetiva. Produto e meio, a segregação é parte integrante dos processos e formas de reprodução social, pois a relativa homogeneidade interna de cada área social cria condições de reprodução da existência social que ali se verifica. Há, em realidade, uma profunda conexão entre segregação e classes sociais, conforme aponta Harvey na década de 1970. Assim, fragmentação social e fragmentação espacial são correlatas. [...]. A segregação espacial é parte integrante e fundamental da produção do espaço, pois a produção de residências inicia-se tanto no processo de investimentos de capital como em estratégia de sobrevivência. Há nesse sentido, uma gama complexa de agentes sociais que produzem a segregação espacial, constituindo tipos ideais. Os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários e o Estado são esses agentes formais, enquanto os grupos sociais excluídos, os agentes informais (VASCONCELOS, CORRÊA e PINTAUDI, 2013, p. 9-10).

Nesse sentido, como apontam os autores destacados acima, a segregação espacial deve ser entendida no âmbito da produção social do espaço tipicamente capitalista, onde classes sociais ocupam porções distintas na cidade. Ou seja, a diferenciação espacial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista. Além disso, Corrêa (1995) destaca o duplo papel desempenhado pela segregação: de um lado, é meio

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544

de manutenção dos privilégios da classe dominante, especialmente, através do controle do mercado de terras; e de outro, é meio de controle social por esta mesma classe aos demais grupos sociais, particularmente, a classe operária e o exército industrial de reserva, definindo precisamente seus papéis dentro da divisão social do trabalho.

A ação do Estado não se efetiva ao acaso nem se processa de modo socialmente neutro. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes grupos e classes que compõem a sociedade. Tendo em vista que a atuação do Estado se realiza visando criar as condições de reprodução da sociedade capitalista, isto é, através de condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais, a segregação residencial pode resultar de suas ações, seja direta ou indiretamente. À exemplo, podemos citar os diferenciais de imposto territorial e predial, a alocação de equipamentos de consumo coletivo, as operações de renovação urbana etc. (CORRÊA, 1995).

Assim sendo, o debate proposto por Henri Lefebvre sobre o urbanismo como prática ideológica e como resultado de estratégias de classe nos parece oportuno. Todavia, a crítica ao urbanismo empenhada pelo autor não pretende, à semelhança da crítica liberal, exaltar as iniciativas dos promotores imobiliários, deixando-os livres para que ocupem lucrativamente as cidades. Tampouco, advoga pelo abandono da ideia de uma ciência do espaço, devido ao fracasso da planificação urbana (tecnocrática) pela via autoritária (estatal). Seu pensamento aponta, pelo contrário, que será preciso uma longa elaboração da noção de espaço e da noção de tempo, não se constituindo pelas vias administrativas e sim, pela articulação da relação entre teoria e prática (LEFEBVRE, 2001).

Segundo o autor (*Idem*, 2001), em paralelo ao movimento hegemônico que significou o domínio da sociedade urbana pelo capital transcorre um movimento contra-hegemônico, ou seja, os resíduos que resistem à lógica da reprodução do capital. Os movimentos sociais possuiriam, nesta perspectiva, a virtualidade de uma função contestadora capaz de se tornar uma função transformadora da vida a partir de sua crescente politização em torno das contradições da urbanização capitalista. Contudo, o ato de mudar a vida, no plano prático, deve contemplar uma teoria que explique os conflitos e contradições. Assim, o processo de mudança da sociedade, de construção de um projeto de mudança envolve teoria e prática. Somente a partir dessa relação é possível surgir o processo transformador da sociedade.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544

A cidade como fonte de privação explica a existência das lutas que surgem no cotidiano em torno da contestação das contradições do espaço como produto do processo de valorização do capital e como fonte de segregação. A partir da consciência da extrema privação, não só dos meios de vida, mas à escala da realização dos desejos de um projeto mais abrangente capaz de mudar a vida, se definem os conteúdos que Henri Lefebvre vai chamar de “direito à cidade”. Nesse sentido, o direito à cidade possui uma dimensão prática de superação das formas de submissão e de opressão; de uma vida de privações e limitações; da lógica de mercado, que domina a vida e reduz o espaço cotidiano ao espaço homogêneo, destituindo sua espontaneidade (CARLOS, 2013; LEFEBVRE, 2001).

Portanto, é possível entender o direito à cidade como uma “[...] necessidade prática de superação da contradição valor de uso-valor de troca” (CARLOS, 2013, p. 108). Ele aparece como um direito utópico, como projeto possível para romper com as separações, fragmentações e hierarquizações da sociedade urbana, ou seja, um projeto de sociedade que tenha no seu horizonte o homem e não a mercadoria. Longe de pensar o fim do urbanismo como ciência do espaço, propõe a sua reinvenção, a construção de um novo urbanismo que não responda unicamente à lógica do capital e do Estado. Assim, tanto a academia quanto os movimentos sociais têm o papel de construir coletivamente teoria e prática, construir um projeto de transformação radical da sociedade a partir da negação do mundo invertido (CARLOS, 2013; LEFEBVRE, 2001).

Nos termos apontados por Henri Lefebvre, ele coloca em xeque a totalidade da sociedade submetida à economia e à política que a sustenta e apoia. Para o autor, o direito à cidade, manifesta-se como forma superior dos direitos, na condição de direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto da propriedade) se imbricam dentro do direito à cidade, revelando plenamente o uso. [...] Dessa forma, o direito à cidade propõe a construção de uma nova sociedade, colocando em questão a própria sociedade urbana — suas estruturas — e a segregação como forma predominante da produção do espaço urbano capitalista (CARLOS, 2013, p. 108-109).

Considerações Finais

O raciocínio que propomos neste artigo buscou retomar o caminho percorrido pelo conceito de espaço no âmbito do pensamento geográfico, culminando na sua redefinição a partir

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544

de sua inserção no modo de produção capitalista, assumindo a condição de mercadoria e tornando-se parte do processo de valorização do capital. Assim, o espaço antes visto apenas como palco à realização das atividades humanas passa a ser entendido como condição e produto tanto da reprodução do capital quanto da vida humana. Nesse contexto, procuramos mostrar que a partir da necessidade constante de acumulação, a cidade passou a ser produzida como um bem material, consumida de acordo com as leis de reprodução do capital e determinada pelo processo de troca, o que implicou numa nova forma de vivenciar o espaço urbano.

Portanto, o pensamento de Henri Lefebvre nos conduz a ideia de que o processo de transformação capaz de romper com as separações, fragmentações e hierarquizações dessa sociedade urbana dominada pelo capital viria da perspectiva utópica do direito à cidade. O autor nos oferece um ponto de inflexão para pensar criticamente a crise urbana e o papel da produção do urbano na atualidade, introduzindo alguns elementos novos para constituição de uma utopia capaz de transformar a sociedade.

Tendo em vista a riqueza e complexidade desse pensamento, diversos caminhos para a pesquisa urbana emergem, como: a análise do papel dos movimentos sociais na busca por justiça espacial; a abordagem sobre o papel do Estado (a partir da contradição básica entre garantir o processo de reprodução do capital e a reprodução da sociedade); o lugar ocupado pela propriedade privada do solo urbano na sociedade capitalista, dentre outros. Assim, a construção de um novo projeto de sociedade viria, essencialmente, a partir da articulação dialética entre teoria e prática, e de uma abordagem que situe o homem, e não a mercadoria como horizonte. Resta o desafio aos novos tempos.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 111-126.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário.** São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2001 [1989].

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

CARLOS, A. F. A. **Conferência “O Direito à Cidade no Pensamento de Henri Lefebvre: desafios da utopia urbana”.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2018.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 53-73.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013, p. 95-110.

_____. **A (re) produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 2008.

CORRÊA, R. L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013, p. 39-60.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 15-48.

_____. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1995.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna.** 15ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006 [1989].

_____. *Explanation in Geography.* London, 1969.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 2ª Ed. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999 [1970].

_____. *Espacio y política.* Barcelona: Ediciones Península, 1976 [1972].

_____. **A produção do espaço.** Tradução não-oficial de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins [do original: *La production de l'espace.* 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, [1974]. Primeira versão, 2006. Disponível em:

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544

<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>.

Acessado em: 15 mar. 2019.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena História crítica**. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003 [1981].

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2012 [1985].

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1979].

_____. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004 [1978].

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

VASCONCELOS, P. de A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. de A; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-38.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre.

Revista Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 83-103, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 14/04/2020. Aceite em: 15/11/2020

ISSN: 2316-8544



A EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MOBILIDADE URBANA: UM ESTUDO DE CASO DE CORUMBÁ (MS)

THE EFFECTIVENESS OF PUBLIC POLICIES FOR URBAN MOBILITY: A CASE STUDY FROM CORUMBÁ (MS)

Rafael Rocha Sá¹

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
rocha.rafaelsa@gmail.com

Elisa Pinheiro de Freitas²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
elisa.freitas@ufms.br

Julianne Elisa Moreira Lopes da Silva³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
silva.juliannelopes@gmail.com

Resumo

Este estudo analisa as medidas implementadas pelo Plano Municipal de Mobilidade Urbana em Corumbá (MS), cidade média localizada na conurbação fronteira Brasil-Bolívia, na garantia do direito dos ciclistas de se deslocarem e usufruírem da cidade com segurança e igualdade de acesso ao trânsito municipal. Objetivou-se investigar a efetividade de melhoria nas condições de deslocamento intraurbano para os ciclistas de Corumbá-MS entre os anos de 2016 a 2019 e as principais intervenções realizadas. Percebeu-se que possuindo um perímetro urbano pequeno com apenas 30 km², o ciclismo não é intenso na cidade em decorrência da municipalidade que se omite em aplicar e desenvolver as medidas apontadas na sua política pública para a promoção e o estímulo da utilização da bicicleta como meio de transporte para um número maior de cidadãos, não contribuindo para a melhoria do sistema cicloviário, demonstrando-se ineficaz em facilitar e garantir o acesso amistoso e salubre dos ciclistas no trânsito municipal.

Palavras-chave

Políticas públicas; Ciclistas; Planejamento urbano; Sistema cicloviário.

Abstract

This study analyzes the measures implemented by the Municipal Plan for Urban Mobility in Corumbá (MS), a medium-sized city located in the Brazil-Bolivia border conurbation, in guaranteeing the right of

¹ Graduando em Geografia pela UFMS – Campus Pantanal.

² Professora do curso de Geografia da UFMS – Campus Pantanal.

³ Graduanda em Geografia pela UFMS – Campus Pantanal.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

cyclists to move and enjoy the city with safety and equal access to municipal traffic. The objective was to investigate the effectiveness of improving the conditions of intra-urban commuting for cyclists from Corumbá-MS between the years 2016 to 2019 and the main interventions carried out. It was noticed that with a small urban perimeter of only 30 km², cycling is not intense in the city due to the municipality that fails to apply and develop the measures indicated in its public policy to promote and encourage the use of bicycles as means of transport for a greater number of citizens, not contributing to the improvement of the cycling system, proving ineffective in facilitating and guaranteeing friendly and healthy access for cyclists in municipal traffic.

Keywords

Public policy; Cyclists; Urban planning; Cycling system.

Introdução

Desde sua criação até o início do século XX, não se notou que a grande quantidade de automóveis circulando nos centros urbanos estava causando ou viria a causar imensos problemas para a população mundial futuramente. Até o despertar de um pensamento ecológico e mais consciente, principalmente a partir da década de 1970 com a Convenção do Meio Ambiente de Estocolmo da ONU, os automóveis fizeram surgir problemas que não existiam até então, como por exemplo, a acelerada mudança climática no planeta e os graves problemas no trânsito dentro das metrópoles (FREITAS JUNIOR e FREITAS, 2018).

Por isso, é concebido o conceito de mobilidade urbana que visa facilitar e dar maior fluidez para todos que participam do trânsito das cidades: pedestres, ciclistas e motoristas a fim de “representar um potencial para produzir ações e reflexos em direção a novos modelos de desenvolvimento sustentável que consiste na compatibilização de três dimensões: social, econômica e ambiental” (SEABRA, TACO e DOMINGUEZ, 2013, p. 103). Para Magagnin e Silva (2008, p. 26), a harmonia entre essas três dimensões proporcionará “a eficácia econômica e a proteção do meio ambiente, sem perder de vista as finalidades sociais que são a luta contra a pobreza, as desigualdades, a exclusão e a busca da equidade”. Ainda que o sistema capitalista produza desigualdades e exista por conta delas, o conceito de mobilidade urbana sustentável se contrapõe como um método de produção do espaço urbano e uso do solo para realizar as necessidades da população, respeitando o ambiente, diminuindo os danos causados pelas atividades humanas,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

garantindo a eficácia econômica e de recursos disponíveis, conforme Seabra, Taco e Dominguez (2013), Magagnin e Silva (2008) e Ramos et al (2017).

No Brasil, as questões de mobilidade urbana têm sido discutidas em todas as esferas de governo para mitigar os problemas existentes no trânsito de quase todas as cidades da federação, como por exemplo, o aumento dos congestionamentos, da energia consumida no setor de transportes e das emissões de gases tóxicos na atmosfera devido ao histórico rodoviário que, favorecido pelas políticas institucionais ao longo de muitas décadas, foi intensificado pelos governos do presidente Juscelino Kubitschek e durante o período da ditadura, segundo Lima (2013). E a grande disparidade socioeconômica entre a população desfavoreceu que todos os cidadãos acessem e usufruam do trânsito de maneira igualitária. Só após 15 anos de discussões e tramitação no Congresso Nacional que, em 2012, é promulgada a Política Nacional de Mobilidade Urbana – Lei Federal n.º 12.587/12.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelece as principais regulamentações e metas para que a União, os governos estaduais, municipais e a sociedade civil cumpram para impulsionar a mobilidade urbana dentro dos municípios brasileiros. E dentro dessa perspectiva de desenvolvimento urbano sustentável, que consiste em suprir as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras suprirem suas próprias necessidades, que, em 2016, a administração municipal de Corumbá publica o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, traçando diretrizes, objetivos e projetos para os próximos anos com o intuito de “proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os meios de transporte coletivos e não motorizados, de forma inclusiva e sustentável” (CORUMBÁ, 2016, p. 23).

Essa pesquisa nasce da inquietação das propostas e dos projetos de melhorias para a circulação e para os deslocamentos dos ciclistas em Corumbá-MS, prevista em lei, tendo em vista que as demandas principais de quem trafega de bicicleta pela cidade estão descritas no PMOB, de acordo com Sá e Silva (2019). Partindo desse princípio, esse artigo apresentará a efetividade de melhoria nas condições de deslocamento intraurbano para os ciclistas de Corumbá-MS nos primeiros quatro anos de publicação da Lei (2016-2019),

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n.º 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

identificando as principais intervenções realizadas pela administração municipal para o aperfeiçoamento do sistema cicloviário local.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa é do tipo aplicada, de caráter descritiva, que estabelece que os fatos e os fenômenos de certa realidade precisam ser expostos com exatidão (TRIVIÑOS, 1987, p. 110). A natureza da abordagem utilizada é qualitativa, que pretende explicar os fatos existentes no mundo real de maneira subjetiva, que não se pode ser traduzida em gráficos e produtos estatísticos, segundo Marconi e Lakatos (2011).

Buscou-se elucidar sobre os principais pontos propostos no Plano de Mobilidade Urbana de Corumbá para a melhoria dos trajetos dos ciclistas e a garantia dos seus fluxos e deslocamentos pela cidade em comparação com o que se encontra nas ruas e nas avenidas do município. Para o desenvolvimento dos objetivos, definiram-se três etapas para investigar o problema: pesquisa bibliográfica, análise documental e observação in loco com pesquisa participante.

A pesquisa bibliográfica justifica-se pela finalidade do pesquisador ter acesso às produções que já tenham sido publicadas sobre um referente tema, permitindo uma maior compreensão sobre o conteúdo investigado, reduzindo as margens de erros e equívocos, como afirmam Gil (2017) e Triviños (1987).

Nessa fase, buscou-se na literatura referencial teórico em artigos, teses, dissertações, livros em banco de dados, revistas científicas, periódicos e bibliotecas, produções existentes que tratassem dos temas: (i) mobilidade urbana; (ii) planejamento urbano; e, (iii) políticas públicas. Com isso, permitiu-se firmar as principais abordagens da pesquisa na investigação das leis municipais para mobilidade urbana e de sua aplicabilidade.

Na análise documental, procuraram-se nos órgãos e instituições competentes, leis, emendas, normas regulatórias e todo o aparato jurídico que tratava de mobilidade urbana, tanto no âmbito nacional quanto na esfera municipal. Segundo Gressler (2004), “a pesquisa documental é caracterizada por ter como fonte de coleta de dados restrita a

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

documentos e arquivos, públicos e particulares, escritos ou não” (GRESSLER, 2004, p. 43).

Em 2019, foram realizadas averiguações nas instituições municipais que regulam e gerenciam o trânsito em Corumbá: Prefeitura e Câmara Legislativa de Corumbá e Agência Municipal de Trânsito – AGETRAT. Além das entidades citadas, consultaram-se os portais do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-MS para coleta de dados e para estatísticas do trânsito corumbaense.

Nesta etapa, as principais leis selecionadas para enfoque e análises deste artigo, foram: o Estatuto das Cidades – Lei Federal n.º 10.257/2001; Política Nacional de Mobilidade Urbana – Lei Federal n.º 12.587/2012; Plano Diretor Municipal de Corumbá – Lei Complementar n.º 98/2006; e Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Corumbá – Lei Municipal n.º 199/2016.

Após as devidas leituras sobre os temas propostos e análises dos documentos obtidos, partiu-se para a última etapa que foi a observação in loco, averiguando o que há descrito em lei e o que realmente existe no cotidiano da população. A observação in loco, ou observação direta, permitiu que as informações fossem coletadas e os fenômenos percebidos diretamente, sem qualquer distorção, assim como preconizam Marconi e Lakatos (2011), sob a perspectiva da pesquisa/participante, que consiste na inter-relação entre o pesquisador e as situações investigadas, de acordo com Gressler (2004).

As observações foram executadas cotidianamente pelos autores, já que estes utilizam a bicicleta como seu principal meio de transporte nos seus deslocamentos pelo sítio urbano há mais de 2 anos. E por essa condição é que esta pesquisa foi pensada, em virtude de entender o real impacto dessa política pública na vida dos ciclistas em Corumbá.

Os pontos em que as observações foram mais concentradas foram nas áreas próximas ao centro comercial, já que este tem o potencial de atrair uma grande quantidade de pessoas. Outro importante ponto de observação foram as unidades I e II do Campus do Pantanal da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, por terem um dos trechos de ciclorrotas existentes na cidade no perímetro da instituição e por ser local com infraestrutura que estimula uma cultura do uso da bicicleta como meio de transporte entre

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

a comunidade acadêmica, como paraciclos/bicicletário, vestiários, chuveiros, de acordo com a Transporte Ativo (2008). Foram registradas fotografias para melhor exemplificação dos objetos e dos fatos observados.

Além disso, foram confeccionados dois mapas com o *software* Qgis (2019). O primeiro mapa foi produzido para representar o perímetro urbano de Corumbá e a malha cicloviária existente em 2019 na cidade. O segundo mapa espacializa a conurbação fronteira Corumbá-Brasil – Puerto Quijarro-Bolívia e a condição singular existente na região.

Direito e Mobilidade Urbana

Os direitos humanos de cunho social foram preconizados para que todas as pessoas, independentemente de qualquer distinção que possa existir, tivessem acesso às garantias fundamentais para a sua existência individual e coletiva. Para Ramos (2014), os direitos humanos consistem em “um conjunto de direitos considerados essenciais e indispensáveis para a vida humana digna” (RAMOS, 2014, p. 33).

Com isso, os direitos sociais são pautados no conceito de *welfare state* ou estado de bem-estar social, conforme Goerzevsky (2009), que se o cidadão não tem suas necessidades vitais mínimas asseguradas, como saúde, moradia, educação e transporte, esse indivíduo não estará apto a exercer seus direitos civis e políticos em sua totalidade. Goerzevsky (2009) explica que “enquanto os direitos de primeira geração exigem uma omissão do Estado e conferem uma titularidade individual, os de segunda geração exigem ações positivas e correspondem ao reconhecimento de direitos de caráter coletivo” (GORCZEVSKI, 2009, p. 133).

A conquista de direitos sociais é a capacidade de garantir o exercício efetivo das liberdades públicas pelas classes sociais menos favorecidas. Por isso, segundo Goerzevsky (2009) e Ramos (2014), os direitos sociais requerem uma ação do Estado mediante a elaboração de políticas públicas aptas a promovê-los na sociedade.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

E tendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos como premissa, que nos artigos 5º e 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988 fica explicitado que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988, p. 13-18).

Por isso, todo cidadão brasileiro tem a garantia da livre locomoção, podendo deslocar-se conforme a sua vontade e o Estado tem a obrigatoriedade de assegurar um transporte de qualidade para a população (SILVA, 2016). Desta maneira, a constituição permite que todos os brasileiros possuam a garantia ao deslocamento dentro dos estados e municípios do país.

Contudo, isso não se reflete de maneira efetiva, haja vista o histórico de políticas públicas contínuas que visavam a fomentar e a estimular o transporte particular individual – automóveis – em depreciação dos modos de locomoção ativos – pedestres e ciclistas, de acordo com Pires e Pires (2016). Essas ações promoviam o acesso e uso das vias urbanas exclusivamente aos automóveis, como alargamento das ruas e das avenidas, criação de corredores expressos, sem fazer o planejamento do sistema viário para outros tipos de locomoção. E também, durante o Governo Lula, foram criados incentivos à linha de crédito para a aquisição de bens de consumo como medida para conter a crise financeira mundial, o que piorou ainda mais os fluxos nas cidades brasileiras.

Buscando corrigir essa lacuna, em 2012 é publicada a Política Nacional da Mobilidade Urbana, que possui como objetivos a equidade de acesso e a universalização das condições de usos para todos os agentes envolvidos nos trânsitos das cidades brasileiras, permeando a perspectiva de uma mobilidade urbana sustentável, como nos diz Silva (2016).

Na Política Nacional de Mobilidade Urbana fica definido que o princípio norteador desta política pública será o desenvolvimento sustentável, garantindo o direito

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

à cidade sustentável, que o Estatuto das Cidades (2001) inspirado nos estudos do filósofo Henry Lefebvre (1901-1991), explicita que todo cidadão tem “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (LEI N.º 10.257/2001, ART. 2.º).

Em suma, o PNMU pretende romper com a priorização dos veículos automotivos nas cidades brasileiras, como os únicos meios de transporte. Sendo assim, direcionando e propondo estratégias e diretrizes para os estados e municípios, na criação e implementação de políticas públicas regionais, reconhecendo o profundo abismo de desigualdades no acesso ao transporte e ao uso do espaço urbano, decorrentes da nossa sociedade e de um Estado predominantemente capitalista, que privilegia a produção, a circulação e o consumo de mercadorias buscando o lucro e o interesse de alguns particulares sob o ilusório discurso de interesse geral, conforme Harvey (2005).

Plano Municipal de Mobilidade Urbana

Com uma população estimada de 113 mil habitantes segundo o IBGE (2019) e uma frota de aproximada de 40 mil veículos segundo o Detran-MS (2019), Corumbá está localizada na conurbação internacional da fronteira de Brasil-Bolívia, tendo como vizinhos a cidade de Ladário-MS ainda em território brasileiro, e as cidades bolivianas de Puerto Suarez e Puerto Quijarro, consoante com Paixão (2006) e Freitas (2017).

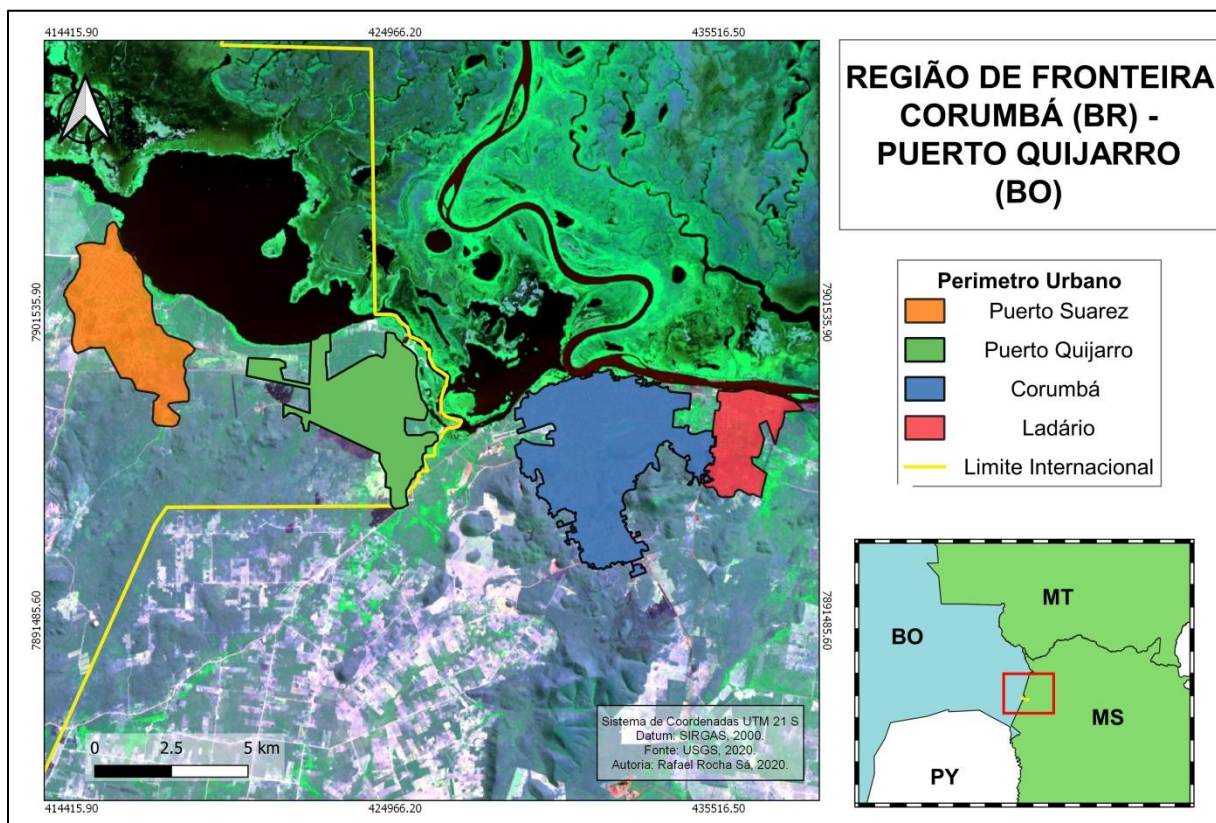
Figura 1 – Carta imagem da Região Fronteiriça Brasil-Bolívia

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544



Fonte: Autores, 2020.

Devido a essa condição fronteiriça, é comum a presença de veículos bolivianos transitando pela área urbana do município, em decorrência da condição insular existente na região (Figura 1), já que não existem centros urbanos próximos tanto do lado brasileiro quanto do lado boliviano, sendo as cidades de Miranda-MS e a cidade boliviana Roboré, na província de Chiquitos, afastadas 220 km e 248 km respectivamente, fazendo que Corumbá possua o status de principal polo econômico para as outras cidades, relatam Oliveira e Nascimento (2017).

Além disto, Corumbá é a principal rota rodoviária utilizada para a exportação/importação de bens e produtos entre o Brasil e a Bolívia. Segundo Oliveira e Nascimento (2017), estima-se que circulem, em mercadorias, entre o corredor comercial São Paulo (BRA) – Santa Cruz (BOL). em torno de 100 milhões de dólares por mês e, por isso, há um intenso fluxo de veículos de carga pesada, em sua maioria oriundos de outras cidades do Brasil, que sobrecarregam ainda mais o trânsito do município.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

E, seguindo as diretrizes nacionais, a administração de Corumbá-MS sanciona a Lei Complementar n.º 199/2016, criando o Plano Municipal de Mobilidade Urbana. A gestão municipal propõe metas e rumos para melhorar e solucionar os problemas de mobilidade encontrados no município, herdados de maus gerenciamentos do uso e da ocupação dos espaços urbanos.

O Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Corumbá estabelece que a gestão municipal tenha como objetivos a universalidade e a equidade de acesso de todos os cidadãos à circulação intraurbana, priorizando os modos ativos – pedestres e ciclistas – sobre os modos não ativos – veículos automotivos –, garantindo segurança e conforto para os envolvidos.

No que se refere aos ciclistas de Corumbá ou aos que se locomovem pelo município, oriundos das cidades vizinhas, que se deslocam até a cidade para trabalhar, estudar e usufruir dos serviços existentes na cidade, o Plano Municipal de Mobilidade Urbana regulamenta que devem ser criados instrumentos e programas para o fomento do uso da bicicleta como meio de transporte no perímetro urbano do município. Dentre as medidas, destacam-se: garantir uma maior seguridade para o ciclista; incentivos fiscais para baratear a aquisição de bicicletas e doações para a população com maior vulnerabilidade social; criação e expansão da atual malha cicloviária do município; ações de conscientização de motoristas e pilotos de motocicletas sobre o respeito aos ciclistas e aos pedestres.

O PMOB regulamenta que estas medidas deveriam ser implantadas no tempo de no máximo três anos após a publicação da lei e que os recursos seriam obtidos por meio da realização de convênios com o Governo Federal, do Ministério das Cidades e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para o fomento da mobilidade urbana, além da provisão de recursos oriundos da aplicação de multas e de cobrança de impostos, como, por exemplo, da Taxa de Licenciamento/Imposto sobre Veículo Automotor (IPVA). Para a captação, administração e gestão dos recursos arrecadados, seria criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

O uso da bicicleta como meio de transporte em Corumbá é bastante viável, justificando-se pelas dimensões do perímetro urbano e pelas distâncias dos bairros para

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

os principais pontos geradores de viagem (PGV), que são empreendimentos ou locais com potencial para atrair uma grande demanda de pessoas, de acordo com Ferreira e Sanches (2013). Destacamos o centro comercial, os batalhões da Marinha e do Exército do Brasil e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

A viabilidade é argumentada pelo distanciamento entre os bairros mais afastados, que são os bairros Nova Corumbá e Loteamento Pantanal, na saída da cidade, e o bairro Ernesto Sassida, na divisa com a cidade de Ladário e por estarem a menos de 6 km de distância dos PGV, exemplificados anteriormente, o que, segundo a Associação Transporte Ativo e Mountain Bike BH (2008), é considerado aceitável, já que nos deslocamentos de até 10 km, utilizando a bicicleta como veículo, “ela é mais eficiente pela velocidade e agilidade em circular” (TRANSPORTE ATIVO, 2008, p. 11).

Além disso, o sítio urbano de Corumbá está assentado, em grande parte dos seus limites, em “pediplanos, que consiste em uma superfície aplainada com declividades inferiores a 5%” (MATIAS, 2014, p. 31), que garante um maior conforto e menor nível de estresse durante os deslocamentos.

É importante salientar que o PMOB é a primeira lei que regulamenta, coordena e sistematiza o sistema viário de Corumbá para a inclusão dos ciclistas como um dos elementos do trânsito da cidade e que diz ser necessário que haja espaços para os seus deslocamentos, apesar de que o Plano Diretor Municipal, com a finalidade de planejar toda a política de planejamento urbano e uso do solo, não cita, em nenhum dos seus artigos, medidas ou ações voltadas para os ciclistas ou para os suas idas e vindas.

Por isso, é importante a implantação e a execução do plano de mobilidade urbana na melhoria da qualidade do tráfego e na circulação intraurbana, permitindo que muito mais pessoas se sintam estimuladas a utilizarem a bicicleta como meio de locomoção, reduzindo o número de veículos automotivos nas ruas e nas avenidas da cidade, aumentando a saúde coletiva, com uma população mais ativa e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Resultados e Discussões

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

Após as devidas análises sobre o Plano Municipal de Mobilidade Urbana e as observações e experiências in loco vivenciadas no cotidiano de quem faz uso da bicicleta como meio de locomoção em Corumbá, chegou-se a algumas ponderações e considerações.

Percebeu-se que o Plano Municipal de Mobilidade Urbana é um importante instrumento na garantia do direito de circulação e de deslocamento dos ciclistas no sítio urbano corumbaense. Nele estão descritos expressivos avanços para o aperfeiçoamento do sistema viário, que permitiria a inclusão dos ciclistas no cotidiano do trânsito na cidade, como a ampliação da malha cicloviária, de seus equipamentos relacionados a readequação e a reestruturação das vias e, a criação de incentivos em promover mais deslocamentos por bicicletas.

Diante disso, a Lei propõe que em três anos já haveria mudanças significativas na infraestrutura viária, que indicariam um real impacto da política pública na vida dos corumbaenses. Dentre as transformações que ocorreriam, a mais contundente seria a criação de uma rede cicloviária integrando todos os bairros da cidade por 80 km de vias cicloviárias, com rotas prioritárias para o deslocamento dos ciclistas, interligando as principais avenidas.

No entanto, apesar de possuir uma norma que regulamente e direcione todas ou grande parte das principais demandas necessárias para facilitar o deslocamento dos ciclistas pela cidade, como preconizam Sá e Silva (2019), a atual gestão municipal negligencia ou se omite em efetivar a sua própria política pública. Acredita-se que isso pode ser justificado pela falta de interesse político da atual equipe do executivo municipal em prosseguir com a execução do PMOB, incentivando o ciclismo como meio de locomoção entre os munícipes, já que não houve nenhuma ação por parte da prefeitura de Corumbá em adequar qualquer via, na presente gestão, para os ciclistas, mesmo que se tenham realizadas obras de sinalização viária, pavimentação e requalificação asfáltica em ruas e avenidas da cidade.

Durante as observações, notou-se que, pelo tamanho da área urbana ser relativamente pequena se comparada com o restante do território municipal, permitiria que o deslocamento de ciclistas dentro da cidade fosse mais intenso e dinamizado. E isso

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

não ocorre em virtude, principalmente, da incapacidade de gestão em garantir uma melhor infraestrutura na cidade, que estimule mais usuários, pois é atestado que, quanto mais elevada for a infraestrutura cicloviária de uma localidade, maior será o número de usuários, de acordo com Ferreira e Sanches (2013) e Pires (2016).

Destacamos os pontos que mereceriam atenção da municipalidade para melhoria da aplicabilidade do PMOB e, conseqüentemente, obtermos um proveito mais eficiente e eficaz no cotidiano dos ciclistas. São eles: 1 - Inadequação das vias públicas; 2 - Ausência de equipamentos públicos para circulação; 3 - Má postura de condutores de veículos automotivos.

O primeiro ponto que precisa ser destacado é a inviabilidade de tráfego das ruas e das avenidas que permitam um trajeto mais seguro e confortável para os usuários de bicicleta. Verificou-se que quase nenhuma rua ou corredor viário possui as competências mínimas para o deslocamento em segurança do ciclista. As motivações que levam os cidadãos a enfrentarem essas condições são as mais diversas possíveis, desde questões financeiras, com a economia gerada pelo uso da bicicleta, passando por questões de saúde e, até mesmo, com ganho de tempo, já que o transporte público no município é insatisfatório.

Percebeu-se que os usuários de bicicletas precisam fazer escolhas desagradáveis: arriscar em disputar um espaço com carros e motos, em ruas e avenidas esburacadas e desniveladas, aumentando o risco de quedas e a ocorrência de acidentes, colocando-se em situações de risco e vulnerabilidade física; ou buscar transitar pelas calçadas que, na maioria dos domicílios, estão irregulares ou desqualificadas, tendo uma perda significativa no tempo de deslocamento, porque é preciso que se contornem esses obstáculos, muitas vezes sendo obrigados a descer da bicicleta, tamanha a incapacidade de deslocamento pelo calçamento. Há trechos em que não existe a possibilidade de se locomoverem pelas calçadas, seja pelo alto grau de deformações no terreno, seja pela inexistência delas.

Neste ponto, o PMOB explicita que a municipalidade se compromete em regulamentar e re-ordenar todas as vias públicas da cidade, permitindo o deslocamento de todos os agentes presentes no trânsito da cidade, além de padronizar e fiscalizar que

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

as calçadas estejam aptas para que ciclistas e pedestres consigam se deslocar de forma segura, proporcionando melhorias “nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade” (CORUMBÁ, 2016, p. 21). Ainda que o Código de Trânsito regulamenta que trafegar montado na bicicleta sobre o calçamento seja proibido, passível de advertência e de multa, muitos ciclistas recorrem às calçadas para fugirem de ruas ou avenidas com trânsito muito movimentado e perigoso e sem espaço para eles. Em locais em que existem redes cicláveis, é insignificante a presença de ciclocondutores sobre o calçamento.

Dito isso, o segundo tópico é a falta de instrumentos e equipamentos públicos que assegurem praticidade e segurança para o deslocamento. O perímetro urbano de Corumbá, tem aproximadamente 30 km² e, nessa área, apresenta apenas 12 km de malha cicloviária, dividida entre ciclofaixas⁴ e ciclorrotas⁵, que ligam somente os bairros Maria Leite, Universitário e uma parte da área central da cidade e que são insuficientes para o fluxo de usuários conforme demonstra o Mapa 2. Como comparação, a cidade mineira de Curvelo-MG possui uma população 25% menor que a de Corumbá, registrada pelo IBGE (2019), e ainda assim figura entre as 10 cidades do Brasil com os melhores índices de mobilidade urbana, por garantir e por empreender na circulação de bicicleta como importante intervenção para a melhoria do trânsito municipal, assim como pensam Bocchini (2018) e Calegari (2017).

Figura 2 – Mapa do perímetro urbano e da malha cicloviária de Corumbá

⁴ Segundo Nascimento, Caldas e Leite (2017), ciclofaixa é uma via exclusiva à circulação de bicicletas, com sinalização visual horizontal e piso diferente no mesmo plano da pista.

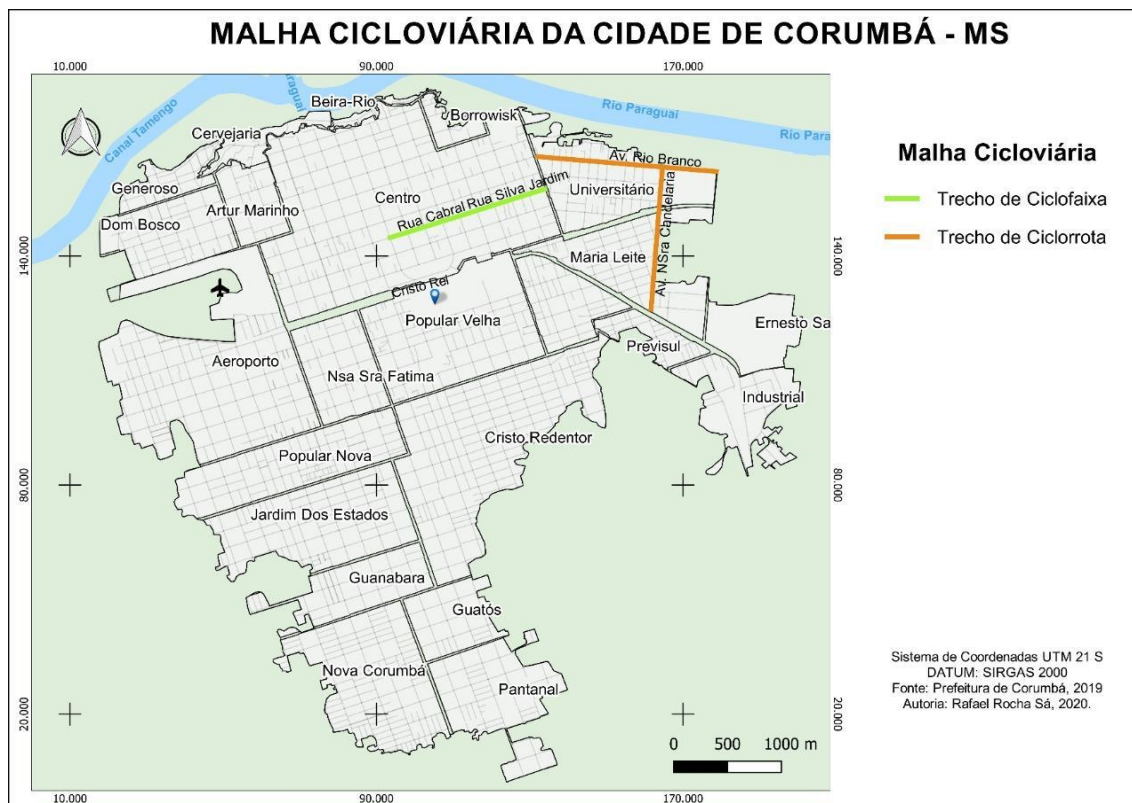
⁵ Segundo Nascimento, Caldas e Leite (2017), ciclorrota é uma pista de rolamento que pode ser usada exclusivamente por ciclistas, mas na ausência deles pode ser compartilhada com outros meios de transportes.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544



Fonte: Autores, 2020.

Além da insuficiência de malha cicloviária intraurbana, outro ponto que se evidencia é a ausência de locais adequados para guardar as bicicletas. Percebe-se que não existe quase nenhum bicicletário ou paraciclo dentro do sítio urbano de Corumbá. Por conta disso, os ciclistas se veem obrigados a acomodar suas bicicletas em locais inapropriados ou indevidos, complicando ainda o fluxo de pedestres e automóveis.

Um das primeiras ações idealizadas no PMOB é a construção, reestruturação e readequação da malha cicloviária da cidade. Na Lei, está disposto que a prefeitura produzirá esses equipamentos para garantir um trajeto mais seguro para os ciclistas. Além disso, há descrito que sejam construídos em pontos de grande fluxo – creches, escolas, postos de saúde, praças, etc. – para que tenham um lugar específico ao estacionamento das bicicletas.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

Elevar o número de ciclovias, ciclofaixas ou, na inviabilidade e impossibilidade física e/ou fiscal, recondicionar e requalificar as vias públicas para o fluxo de ciclistas é primordial.

Dentre as observações realizadas, verificou-se o desrespeito por parte dos condutores de veículos, como na Figura abaixo, em garantir condições mínimas para o fluxo de ciclistas como cita o Código Brasileiro de Trânsito (LEI FEDERAL Nº 9.503/1997), regulando que “os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres”.

Figura 3 – Carro estacionado em trecho de ciclorrota em Corumbá-MS



Fonte: Autores, 2019.

Na lei municipal está legitimado que a prefeitura, as secretarias do município e os demais órgãos responsáveis pelo planejamento e gerenciamento do trânsito na cidade desenvolvam programas e projetos para a promoção da educação no trânsito, para a conscientização dos motoristas quanto ao respeito para com ciclistas e pedestres. Essas campanhas seriam realizadas continuamente durante todo o ano e destinadas à educação para o trânsito. As ações visam à formação e ao treinamento de motoristas individuais, motoristas de ônibus, taxistas e mototaxistas na prevenção de acidentes e de mortes no trânsito, com mais ênfase nos períodos de campanha nacional, como o Maio Amarelo.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

Entretanto, observou-se que no trânsito de Corumbá há uma disputa acirrada por espaços dentro do sistema viário da cidade, fazendo com que o ciclista acabe sendo o elo mais frágil desse conflito. Sá e Silva (2019) demonstram que não são raros os casos de acidentes e ocorrências com ciclistas pelas ruas da cidade, salientando a violência e os perigos enfrentados por quem trafega pela cidade. Em um levantamento ao Corpo de Bombeiros durante a pesquisa, entre os meses de maio e agosto de 2019, foram registrados 18 acidentes envolvendo ciclistas e pedestres em Corumbá. As causas dos acidentes variaram de quedas acidentais a atropelamentos em vias públicas; tendo, em alguns casos, vítimas fatais.

Considerações Finais

As vantagens do uso da bicicleta como meio de transporte incluem: (1) maior equidade (entre membros da sociedade) na provisão de acesso a atividades, devido o custo reduzido desse modo de transporte; e, (2) a possibilidade de promover um estilo de vida fisicamente mais ativo para a população. No entanto, é preciso que haja condições favoráveis para que a prática do ciclismo se torne mais constante entre a população e com um número maior de ciclistas.

Percebe-se que o trânsito corumbaense, para quem usa a bicicleta como meio de deslocamento, é um espaço hostil e perigoso, grande parte em decorrência da falta de aplicabilidade da atual política de mobilidade, que não apresentou resultados expressivos na melhoria da qualidade da vida e dos trajetos dos ciclistas pela cidade, fazendo com que o direito de locomoção deles seja cerceado e restringido.

E mesmo sendo uma cidade média e com potencial para desenvolvimento de ciclismo como modo de transporte, por uma ineficiência do Estado, isso não acontece, tamanho o descompromisso e descaso com os habitantes que pedalam na área urbana gerenciada pelo município. É necessário que a Prefeitura refaça sua atual política de planejamento territorial, inserindo o ciclista e o ciclismo nas suas ações de

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

desenvolvimento urbano, com medidas que se concretizem na realidade dos seus cidadãos.

Conclui-se também que, apesar de o Plano de Mobilidade Urbana de Corumbá existir há três anos, isso ainda não representou a efetiva melhoria que está descrita na Lei e, conseqüentemente, mostra-se ineficiente em assegurar um real impacto no deslocamento saudável e prático dos usuários de bicicleta e veículos pelo município. Essa ausência do emprego do PMOB estimula um comportamento mais agressivo por parte dos motoristas aos ciclistas, que, mesmo com as adversidades e os riscos encontrados, arriscam-se e resistem em trafegar por Corumbá.

Por isso, é primordial a expansão e a qualificação da atual malha cicloviária para que atinja um maior número de bairros, construindo uma rede com rotas prioritárias para a circulação intraurbana das bicicletas, com a criação de ciclovias, ciclorrotas e ciclofaixas nos principais corredores e avenidas, e a construção dos equipamentos relacionados – paraciclos, bicicletário, sinalização viária vertical e horizontal. Julga-se também necessária a revisão do atual plano diretor municipal para que nela seja inserido o ciclista dentro das políticas de desenvolvimento urbano, assegurando o ciclismo como uma vertente a ser atendida pelas futuras ações da municipalidade a fim que se tenha uma Corumbá com um trânsito mais amistoso para as bicicletas, com mais pessoas utilizando-as como modo de locomoção, obtendo uma população mais ativa e mais saudável.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei n.º 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. **Diário Oficial da União**: Brasília-DF, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código Brasileiro de Trânsito. **Diário Oficial da União**: Brasília-DF, 1997.

BRASIL. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Institui as Diretrizes Gerais de Política Urbana. **Diário Oficial da União**: Brasília-DF, 2001.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n.º 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

BOCCHINI, B. Cidades médias e pequenas também enfrentam problemas de mobilidade. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/cidades-medias-e-pequenas-tambem-enfrentam-problemas-de-mobilidade>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

BUCCI, M. P. D. Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização de direitos humanos. In: BUCCI, M. P. D. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Polis, 2001.

CALEGARI, L. As 50 cidades com melhor mobilidade do país. **Exame**, 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/as-50-cidades-com-a-melhor-mobilidade-do-pais/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

CORUMBÁ. Lei Complementar nº 98, de 9 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Municipal. **Diário Oficial do Município**: Corumbá, 2006.

CORUMBÁ. Lei Complementar nº 199, de 16 abril de 2016. Institui o Plano Municipal De Mobilidade Urbana. **Diário Oficial do Município**: Ano V, ed. 1062, Corumbá, 2016.

Equipe de Desenvolvimento do QGIS (2019). **Sistema de informações geográficas do QGIS**. Projeto Código Aberto Geospatial Foundation. Disponível em: <<http://qgis.osgeo.org>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

FERREIRA, M. A. G.; SANCHES, S. P. Mobilidade cicloviária em campus universitário. **Anais do 19º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito**. Universidade Federal de Brasília, 2013.

FREITAS, E. P. Corumbá e as metamorfoses nas políticas brasileiras de ordenamento territorial e seus impactos na região de fronteira Brasil-Bolívia. **Revista Geofronter**, n. 3, v. 1, p. 16-29, 2017.

FREITAS JUNIOR, G. de; FREITAS, E. P. Espaço e Sustentabilidade: governança para cidades sustentáveis. **Revista GeoPantanal**, n.12, v.23, p. 231-244, 2018.

GOERCZEWSKI, C. **Direitos humanos, educação e cidadania**: conhecer educar e praticar. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2017.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2.^a ed. rev. atual. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

Harvey, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, R. P. S. Mobilidade urbana. **G1 Educação**, 2013. Disponível em: <<http://educação.globo.com/geografia/assunto/atualidades/mobilidade-urbana.html>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MAGAGNIN, R. C.; SILVA, A. N. R. A percepção do especialista sobre o tema mobilidade urbana. **Revista Transportes**, v. XVI, n. 1, p. 25-35, junho de 2008.

MATIAS, S. S. **Considerações sobre a questão da vulnerabilidade ambiental na cidade de Corumbá-MS**. 2014. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia (Faculdade de Ciências Humanas) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

MATO GROSSO DO SUL. **Detran – Painéis**. Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.paineis.detran.ms.gov.br/veiculos.html>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

NASCIMENTO, M. P. C., CALDAS, V. A., LEITE, P. S. Influência da implantação de ciclovias/ciclofaixas sob a ótica dos comerciantes locais. **Anais do XXXI Congresso Nacional de Pesquisa em Transporte da ANPET**. Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

OLIVEIRA, T.C.M; NASCIMENTO, R. F. Fronteira, paradiplomacia e desenvolvimento. **Revista de Relações Internacionais da UFGD**. Dourados, v. 6. n. 12, p. 23-48, jul./dez. 2017.

PAIXÃO, R. O. **Globalização, turismo de fronteira, identidade e planejamento da região internacional de Corumbá-MS**. 2006. Tese de Doutorado (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2006.

PIRES, A. C. M; PIRES, R. G. M. (Orgs.). **Mobilidade urbana: desafios e sustentabilidade**. São Paulo: Ponto e Linha, 2016.

RAMOS, A. C. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544



RAMOS, D. V. et al. A mobilidade no cenário do desenvolvimento urbano sustentável. **Anais do X Encontro Internacional de Produção Científica**. Centro Universitário de Maringá, 2017.

SEABRA, L. O.; TACO, P. W. G.; DOMINGUEZ, E. M. Sustentabilidade em transportes: do conceito às políticas públicas de mobilidade urbana. **Revista dos Transportes Públicos** (ANTP), Ano 35, 2013.

SÁ, R. R.; SILVA, J. E. M. L. Percepções e análises sobre os riscos e perigos encontrados por ciclistas em Corumbá-MS. **Anais da 71ª Reunião Anual da SBPC**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2019.

SILVA, S. T. Direito e mobilidade urbana sustentável. In: PIRES, A. C. M; PIRES, R. G. M. (Orgs.) **Mobilidade urbana: desafios e sustentabilidade**. São Paulo: Ponto e Linha, 2016.

TRANSPORTE ATIVO. **De bicicleta para o trabalho** – O que você precisa saber? O que sua empresa pode fazer. Associação Transporte Ativo e Mountain Bike BH. Belo Horizonte, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SÁ, Rafael Rocha; FREITAS, Elisa Pinheiro de; SILVA, Julianne Elisa Moreira Lopes da. Políticas públicas para ciclomobilidade urbana: um estudo de caso de Corumbá-MS. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 104-124, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 15/12/2019. Aceite em: 20/09/2020.

ISSN: 2316-8544

ECÚMENO

ECUMENE

Yuri Victor Melo¹
Universidade Federal do Espírito Santo
ymelllo@hotmail.com

O lar que lhes fala torna a sensação
Emocionalidades, estância, estação
Do migrar do trecheiro
À trincheira do guerreiro
Onde há o habitar, há o poetar (?)

Num sem verso do morar
Rutilância da aquiescência
Consente o lugar
Liberdade da indecência
Ademais, qual a voz desta urgência?

O sazonal lhes repete
Morfologias do despir
Competir, beneplácito do agir
Régia distribuição
Não iguala-se partição

¹ Graduando em Geografia (UFES)

Num enxergar objeto

O existir marginal

Seria somente afeto

Relíquia testemunhal

À epiderme da Terra...

SOCIABILIDADES NAS FAIXAS DE DOMÍNIO FERROVIÁRIO DAS CIDADES DO TRIÂNGULO MINEIRO, MINAS GERAIS, BRASIL

SOCIABILITIES IN THE RAILWAY DOMAIN RANGE OF THE CITIES OF THE TRIÂNGULO MINEIRO REGION, MINAS GERAIS STATE, BRAZIL

Lucas Martins de Oliveira¹
Universidade de São Paulo
lmdeoliveira@gmail.com

JUSTIFICATIVA

As fotografias que se apresentam são resultado de trabalhos de campo realizados entre os dias 02 e 03 de fevereiro de 2019, com o objetivo de ajudar a entender a dinâmica de apropriação social das faixas de domínio da EF-050 nas cidades de Uberaba, Uberlândia e Araguari, região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil². As três cidades têm na implantação do sistema ferroviário na virada dos séculos XIX-XX um grande vetor de desenvolvimento. Embora tenha ocorrido de forma distinta nas três cidades, tal desenvolvimento é inegável (LOURENÇO, 2010).

As faixas de domínio são espaços *non-aedificandi*, de propriedade pública, que margeiam as ferrovias em 15 metros de largura de cada lado, não raro, sujeitas à ocupações irregulares (CHAVES, 2008). No caso que se apresenta, sua manutenção é de responsabilidade da empresa que explora o serviço concedido. Tem como principais funções ser área de escape e acomodar os taludes de corte, de aterro e elementos de drenagem.

¹ Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (USP).

² Trata-se de um dos objetivos da pesquisa de doutorado intitulada “Ferrovia-parque: possibilidades para as paisagens das cidades do Triângulo Mineiro”, desenvolvida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Área de Concentração Paisagem e Ambiente, entre 2016-2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Lucas Martins de. Sociabilidades nas faixas de domínio ferroviário das cidades do triângulo mineiro, Minas Gerais, Brasil. **Revista Ensaio de Geografia**, Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 127-130, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 10/04/2020. Aceite em: 20/11/2020.

ISSN: 2316-8544

Se para muitos habitantes tais espaços são excludentes, “sem dono”, sujeitas à deposição de lixo e entulho e à prática de ilícitudes, para outros é espaço acolhedor, onde é possível se divertir, onde cabe um pomar ou um quintal. O estudo observou que em alguns bairros a faixa de domínio é o único espaço público disponível, além da rua. Não ignorar a vida cotidiana é o ponto de partida para decifrar as possibilidades de sociabilidade neste espaço público pouco compreendido. Entender os modos de apropriação existentes e possíveis passa por entender as raízes e autenticidades dos habitantes. Interessa a categoria da interação social, conceito fundamental das ciências sociais (MAGNANI, 2012).

São diversas as formas de interação, que aparecem em casos insignificantes, mas que, inseridos de forma abrangente, sustentam a sociedade. Os laços de tais interações são feitos e desfeitos, as heranças e tradições trazidas do campo, hortas e plantações, se misturam com práticas urbanas, como lazer e caminhadas. O que fazem no tempo livre aqueles que habitam os espaços da borda da ferrovia? A análise de campo mostrou moradores com tempo e disposição para desfrutar de uma conversa, produzir alimento, descansar, brincar, interações densas de sociabilidade. Evidentemente, modalidades simples, sem o brilho e a sofisticação das últimas novidades da indústria do lazer.



Lazer no “quintal público” em Uberaba – as árvores do plano de fundo já se encontram no talude da ferrovia.

Leisure in the “public yard” in Uberaba - the trees in the background are on the railroad slope.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Lucas Martins de. Sociabilidades nas faixas de domínio ferroviário das cidades do triângulo mineiro, Minas Gerais, Brasil. **Revista Ensaio de Geografia**, Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 127-130, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 10/04/2020. Aceite em: 20/11/2020.

ISSN: 2316-8544



Uma horta no espaço entre a ferrovia e a rua em Uberaba.
A vegetable garden in the space between the railroad and the street in Uberaba.



Descanso à sombra em Uberlândia – a ferrovia se encontra logo após a cerca.
Rest in the shade of the tree in Uberlândia - the railway is right after the fence.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Lucas Martins de. Sociabilidades nas faixas de domínio ferroviário das cidades do triângulo mineiro, Minas Gerais, Brasil. **Revista Ensaio de Geografia**, Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 127-130, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 10/04/2020. Aceite em: 20/11/2020.

ISSN: 2316-8544



Brincadeiras na trincheira da ferrovia em Araguari – fotografia captada da rua.
Play in the railroad trench in Araguari - photograph taken from the street

Referências

CHAVES, G. V. de A. **Avaliação do papel da faixa de domínio na redução de vibrações produzidas por trens em áreas urbanas**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Urbana – Centro de Tecnologia, UFPB, João Pessoa, 2008.

LOURENÇO, L. A. B. **Das fronteiras do Império ao coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação socioespacial capitalista na segunda metade do século XIX**. Tese de Doutorado em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2010.

MAGNANI, J. G. C. **Da periferia ao centro – trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

OLIVEIRA, Lucas Martins de. Sociabilidades nas faixas de domínio ferroviário das cidades do triângulo mineiro, Minas Gerais, Brasil. **Revista Ensaio de Geografia**, Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 127-130, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 10/04/2020. Aceite em: 20/11/2020.

ISSN: 2316-8544



CIDADE-VIDA ESTRANHA

STRANGE CITY-LIFE

Luiz Soares Mendes¹

Universidade do Estado do Pará e Secretaria de Educação do Pará

lasmggeo@hotmail.com

Tornou-se estranho viver
Tornou-se estranho andar pela cidade
A vida na cidade ficou diferente
Estranha!
De máscaras
Não é apenas a máscara da indiferença cotidiana
é a do medo. Estranho!
A vida na cidade está vazia
Mas não é o vazio estranho àqueles e
àqueles que se abrigam nas ruas do vazio
Não é estranho!
As ruas vazias, cheias de medo
As casas cheias. Vazias de esperança?
Estranho!
Um Mundo estranho
Um Mundo vazio
Cidades estranhas

¹ Professor na Universidade do Estado do Pará e na Secretaria de Educação do Estado do Pará.

Cidades vazias

Vidas estranhamente cheias de esperança
para que o outro futuro não seja estranho.



**COVID-19¹:
UMA REFLEXÃO GEOGRÁFICA SOBRE AS DIFERENCIAÇÕES
PATOLÓGICAS**

**COVID-19:
A GEOGRAPHIC REFLECTION ABOUT PATHOLOGICAL
DIFFERENTIATIONS**

Pedro Henrique Rocha²
Universidade Federal Fluminense
pehenrique@id.uff.br

Helena Trindade³
Universidade Federal Fluminense
helenatrindade@id.uff.br

Rafaela Pinheiro de Almeida Neves⁴
Universidade Federal Fluminense
rafaelapaneves@hotmail.com

Elinton Fábio Romão⁵
Universidade Federal Fluminense
elintonfabio@id.uff.br

Laiza Lima⁶
Universidade Federal Fluminense

¹ Uma versão anterior do texto já foi apresentada ao SciELO Preprint estando disponível no seguinte link: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/761>>.

² Graduando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO).

³ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO).

⁴ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (PosGeo/UFF) e bolsista CAPES no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO).

⁵ Graduando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista PROAES/UFF no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO).

⁶ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista PROAES/UFF no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

Resumo

Este artigo busca, por meio da pandemia de COVID-19, compreender por uma leitura geográfica qual elemento melhor se aplica na explicação das diferenciações patológicas. Visto o histórico epidêmico/pandêmico da sociedade ocidental-moderna, cenários patológicos não são novidades para os homens e mulheres. Contudo, mesmo que as principais doenças que atingiram a humanidade se enquadrem em um perfil geográfico-epidemiológico semelhante, o raio de ação que cada uma adquire parece influenciar na reverberação política, social, cultural, etc.

Palavras-chave

Covid-19; Coronavírus; Geografia da Saúde; Necropolítica.

Abstract

This article seeks, through the COVID-19 pandemic, to understand by geographic reading which element best applies in explaining pathological differentiations. Given the epidemic / pandemic history of Western-modern society, pathological scenarios are not new to men and women. However, even if the main diseases that affected humanity fit into a similar geographic-epidemiological profile, the range of action that each one acquires seems to influence the political, social, cultural and so on.

Keywords

COVID-19; Coronavirus; Health Geography; Necropolitics.

Introdução

O ano de 2020 apresenta ao mundo uma discussão epidemiológica típica de um roteiro de ficção científica digna de um *blockbuster*. A possibilidade de ser instaurado um cenário apocalíptico parece ter unido a comunidade científica e o senso comum em uma mesma discussão sobre a COVID-19. Cenários de epidemias não são novos para a realidade humana. Desde que deixamos as características de sermos caçadores-coletores nômades em pequenas populações, convivemos com ataques mais eficientes dos vírus aos nossos corpos (WOLFE, DUNAVAN e DIAMOND, 2007). Com o início da agricultura e a maior aglomeração humana, a relação patológica muda. Os vírus começam a saltar dos animais não-humanos para os animais humanos com mais facilidade e inicia-se, assim, o aumento constante de doenças infecciosas no nosso cotidiano. Cabe ressaltar que quanto maior a proximidade genética do hospedeiro com o ser humano, mais facilmente ocorre o salto viral para os homens e para as mulheres, ou em termos técnicos, a transferência zoonótica.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza.

COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

Doenças já conhecidas para o grande público como a gripe, a AIDS, o Ebola, o Zika vírus, entre outras, são bons exemplos de casos de transferências zoonóticas nas quais o ser humano possuía contato próximo com o hospedeiro. As aves e/ou os porcos para a gripe, o macaco para o AIDS, os chimpanzés e os gorilas como hospedeiros intermediários do Ebola e o mosquito *Aedes aegypti* como hospedeiro intermediário do Zika vírus. Por mais que a COVID-19 aparente ter o mesmo tipo de origem das doenças mencionadas, as suas características expuseram para nós um cenário de transmissão em uma taxa de crescimento exponencial nunca antes vista. Por conta disso, a patologia assume um caráter de pandemia e vem produzindo impactos não somente nos aspectos biomédicos e epidemiológicos, mas também reverberação e efeitos sociais, econômicos, políticos e culturais. De acordo com o *Situation Report 116* (referente ao dia 15 de maio de 2020) da Organização Mundial da Saúde – OMS (2020c), a doença já estava presente em mais de 212 países, com 4.338.658 casos confirmados e 297.119 mortes, revelando ser a maior epidemia da época moderna.

Assim, se delinea o objetivo deste trabalho, debater o atual cenário pandêmico mundial sob a ótica geográfica, pois acreditamos que ela nos fornece uma compreensão ampliada de variáveis sob uma contextualização holística do espaço-tempo moderno/colonial sobre toda e qualquer questão que atinge o Norte e o Sul global. Para isso, o artigo foi dividido em duas partes, sendo a primeira destinada a trazer um panorama geral sobre os aspectos biológicos e geográficos da COVID-19. Nesta seção, buscou-se de um lado, trazer o debate sobre a origem espacial e temporal dessa patologia, sua relação de semelhança com outras doenças da mesma família do coronavírus e com outros tipos de epidemias. De outro, busca-se entender como esse tipo de doença está relacionada a um determinado modo de vida, sobretudo o modelo ocidental, iniciado com Revolução Agrícola e desenvolvido pelo sistema capitalista. A segunda seção analisa geograficamente a COVID-19, trazendo uma inflexão sobre o entendimento da modernidade enquanto a outra face da colonialidade, como pressuposto para se entender como as diferenças espaciais são determinantes na análise dos mais diferentes fenômenos políticos, econômicos, biológicos e geográficos. Isso significa trazer uma reflexão sobre como a posição hegemônica do Norte global traz uma dimensão própria dos fenômenos

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.
ISSN: 2316-8544

que atingem seus espaços tão díspar de quando esses mesmos fenômenos atingem o Sul global e são convertidos a políticas de morte.

Do biológico ao social

A origem da COVID-19 ainda é uma incerteza para a comunidade científica. Muito se estipula sobre a fonte do vírus ser o mercado Huanan, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, com os animais que ali são vendidos. Por mais que o vírus se assemelhe ao que causou o surto de SARS em 2003, também na China, e isso ser considerado ponto de partida para investigação sobre os possíveis hospedeiros, até o momento nenhum animal foi constatado como o verdadeiro hospedeiro do vírus SARS-CoV2. Dentre a lista dos suspeitos hospedeiros, o morcego (YUEN et al, 2020; CHUANG, 2020; WU et al, 2020; ANDERSEN et al, 2020; QIU et al, 2020) principal suspeito por ter sido o hospedeiro do vírus SARS-CoV, divide as suspeitas com a cobra (CHUANG, 2020; WU et al, 2020), o vision (semelhante à doninha) (Wu et al, 2020) e o pangolim (semelhante ao tamanduá, mas com escamas) (WU et al, 2020; ANDERSEN et al, 2020; QIU et al, 2020), por também apresentarem muitas citações nas investigações.

Em contrapartida às suposições ligadas ao mercado Huanan, o Grain (2020) sugere que a origem do vírus pode estar na criação industrial de animais. Partindo das informações divulgadas pelo jornal *South China Morning Post* (MA, 2020), pela revista *Science* (COEN, 2020) e pelo jornal *The Lancet* (HUANG et al, 2020), os primeiros casos da doença, inclusive o “paciente zero”, não aparentam estar relacionados com a datação primária de dezembro de 2019. De acordo com os textos, cerca de um terço dos casos iniciais não apresentam vínculo com o mercado úmido, o que induziu os pesquisadores a suspeitarem da ocorrência das primeiras infecções em novembro de 2019 (ou então antes) devido ao tempo de incubação entre a infecção e manifestação sintomática. Dessa maneira, o vírus teria se espalhado silenciosamente entre os habitantes de Wuhan e “entrado no mercado antes mesmo de sair do mercado” (COEN, 2020).

Além disso, a análise de sequenciamento genômico do vírus SARS-CoV2 publicada por Andersen et al (2020) descarta a possibilidade de o vírus ter surgido por

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

uma engenharia genética e indica que o processo de seleção natural, principal forma para a evolução do vírus, deve ter ocorrido em áreas com alta densidade populacional e que o hospedeiro possua “um gene codificador da ACE2 que é semelhante à ortologia humana”. Nesse sentido, o estudo de Qiu et al (2020) contribui para a hipótese da relação do sistema agroindustrial com a origem do vírus, pois a maioria dos animais elencados como possíveis hospedeiros do Sars-Cov2 (a civeta, o porco, o pangolim, o gato, a vaca, o búfalo, a cabra, a ovelha e o pombo) são criados de forma industrial na China para os mais diversos usos (GRAIN, 2020). Ademais, um outro indicativo dessa relação pode ser interpretado pelo fechamento de 20.000 fazendas de animais selvagens ordenado pelo governo chinês no início da epidemia (STANDAERT, 2020).

Mesmo com as incertezas sobre a origem do vírus, tendo, inclusive, a possibilidade de a patologia ter saltado para os humanos por um hospedeiro intermediário (YUEN et al, 2020; WU et al, 2020; QIU et al, 2020; GRAIN, 2020), ainda circulam narrativas com eleição de culpados, exemplificadas na permanência da hipótese sobre o mercado Huanan e na notícia onde veicula a sopa de morcego como a origem da patologia. Mesmo que o morcego figure como um dos principais suspeitos a hospedeiro do vírus e apresente o histórico de ser o causador da SARS, Qiu et al (2020) questionam a probabilidade do animal ser o causador da pandemia por conta da falta de contato entre a espécie humana e a espécie morcegal para a ocorrência da transferência zoonótica. Esse tipo de narrativa, por outro lado, expõe o espanto que é para o ocidente a possibilidade da existência de hábitos alimentares que misturam a produção (agro)industrial com os mercados úmidos e os animais exóticos para a criação de uma alimentação biodiversa, como é o caso da China, e a conversão disso à xenofobia (WALLACE, 2020).

De acordo com Wu et al (2020), Andersen et al (2020) e Qiu et al (2020), o coronavírus (CoVs) é uma grande família de vírus RNA de fita simples capaz de infectar animais não-humanos e humanos que se divide em quatro gêneros: alfa-coronavírus, beta-coronavírus, gama-coronavírus e delta-coronavírus. Com a descoberta do novo patógeno, o vírus SARS-CoV2, causador da *coronavirus disease* – COVID (doença do coronavírus), descobriu-se também o sétimo membro dessa família (alfacoronavírus 229E

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. *Revista Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.
ISSN: 2316-8544

e NL63; e betacoronavírus OC43, HKU1, SARS-CoV, MERS-CoV e agora SARS-CoV2). Ainda de acordo com Wu et al (2020):

novos coronavírus parecem emergir periodicamente em humanos, principalmente devido à alta prevalência e vasta distribuição de coronavírus, à ampla diversidade e à frequente recombinação de seus genomas, e ao aumento das atividades de interface humano-animal (WU *et al.*, 2020:1. tradução programa de voluntariado acadêmico da UFPR).

Posto de outra maneira, o coronavírus que se apresenta hoje para nós e todos os outros presentes em sua família não são uma novidade para a humanidade. De acordo com Wolfe; Dunavan e Diamond (2007), as doenças infecciosas mais importantes das populações humanas modernas seguem o mesmo padrão, exposto por Wu et al (2020) sobre o coronavírus, e têm em comum o surgimento nos últimos 11.000 anos e suas origens estão ligadas aos animais não humanos. Obviamente, as 25 doenças de alto impacto evolutivo apresentadas por Wolfe, Dunavan e Diamond (2007) - Difteria, Hepatite B, Influenza A, Sarampo, Caxumba, Coqueluche, Praga, Rotavírus A, Rubéola, Varíola, Sífilis, Tétano, Tuberculose, Febre tifóide, Tifo, AIDS, Doença de Chagas, Cólera, Dengue hemorrágica, Doença do sono no Leste da África, Malária *falciparum*, Leishmaniose visceral, Malária *vivax*, Doença do sono no Oeste da África e Febre amarela - mais a família coronavírus, possuem diferenças nos seus ciclos biológicos de reprodução e transmissão, sendo umas mais especializadas em infectar humanos e outras não.

Independente dessas diferenças biológicas, a nós interessa o princípio de salto viral dos animais não humanos para os animais humanos, que acaba respondendo a origem da COVID-19 e também o enquadrando em uma categoria de patologia importante para esse trabalho. As literaturas sobre o assunto expõem que a base para a transmissão viral passa pela aglomeração (de animais humanos e animais não humanos) e uma frequência de encontro entre as espécies (CHUANG, 2020; ANDERSEN et al, 2020; QIU et al, 2020; WALLACE, 2020; WALLACE et al, 2020) ou nas palavras de Wolfe; Dunavan e Diamond (2007):

[...] a probabilidade por unidade de tempo (p) da infecção de um indivíduo de uma nova espécie hospedeira (isto é, nova receptora) aumenta com a abundância do hospedeiro existente (ou seja, doador existente), com a fração

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

da população hospedeira existente infectada, com a frequência de 'encontros' (oportunidades de transmissão, incluindo 'encontros indiretos via vetores') entre um indivíduo do host existente e do novo host e com a probabilidade de transmissão por encontro. p diminui com o aumento da distância filogenética entre o hospedeiro existente e o novo hospedeiro. p também varia entre os micróbios [...], e essa variação está relacionada às características de um micróbio, como sua capacidade de gerar variabilidade genética ou sua capacidade de superar as barreiras moleculares do hospedeiro em potencial de novos hospedeiros (WOLFE; DUNAVAN; DIAMOND, 2007. *Tradução nossa.*).

Ao considerar o estilo de vida que a sociedade ocidental-moderna impõe e expande para diferentes regiões do globo, ambientes propícios para a interação interespecífica não faltam. Ancorados no princípio de que não somos seres autossuficientes e por isso necessitamos de alimentos de origem animal e vegetal, construímos lugares de domesticação/criação de animais e cultivo de vegetais a fim de saciar nossas necessidades alimentares, assim como desbravamos áreas desconhecidas para expandir as cidades e/ou buscar novos alimentos para nos alimentar. Mas, nossa história nem sempre foi assim. Somente a partir do mesolítico (10.000 a.C. - 5.000 a.C.) as populações humanas passaram a deixar suas características de caçadores-coletores nômades para se fixarem e se aglomerarem em uma mesma área (SPOSITO, 1988; HARARI, 2015).

A criação de técnicas de domesticação de animais e vegetais é a grande responsável pela alteração no modo de vida dos *Homo sapiens*. Por conta das melhorias nas condições de suprimento alimentar – que é importante apontar, não ocorreu de maneira rápida, levou cerca de 5 mil anos para ser sistematizada (SPOSITO, 1988; HARARI, 2015) – tornou-se possível a ocupação permanente de uma área por diferentes espécies, pois o homem passou a “acompanhar todo o ciclo de desenvolvimento natural de animais e produtos agrícolas” (SPOSITO, 1988) e “a dedicar quase todo o seu tempo e esforço a manipular a vida de algumas espécies de plantas e de animais” (HARARI, 2015).

Dessa maneira, à medida que as sociedades passaram a ter uma organização social mais complexa, na qual a produção de excedentes agrícolas passava a determinar uma divisão social do trabalho (SPOSITO, 1988), as técnicas e os instrumentos de trabalho

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

também passaram a adquirir funções mais complexas, deixando de ser prolongamento do corpo humano para se tornarem prolongamento do território (SANTOS, 2014), a probabilidade de infecção da espécie humana passa a aumentar. O crescimento das populações humanas tornou-se fundamental para o crescimento das produções de grãos e criação de animais, pois a busca por uma segurança alimentar para a própria geração e as gerações futuras (HARARI, 2015) acabou estruturando os sistemas agrícolas em torno das demandas alimentares e expõe o nexo entre a epidemiologia e a economia – primeiro no sentido de “administração da casa” e posteriormente no sentido mercantil (PORTO-GONÇALVES, 2018a).

O coronavírus que assusta a humanidade hoje, baseado na leitura de Wallace (2016) *apud* Chuang (2020), “representa as duas dimensões da nossa nova era de pragas político-econômicas”, iniciadas com a revolução agrícola e aprimoradas com o capitalismo, a qual tem nas áreas de produção agrícola e nas áreas de fronteiras as duas categorias explicativas para a ocorrência da transferência zoonótica. Entretanto, é importante esclarecer que essas categorias não são opostas ou excludentes, podendo até atuar em conjunto devido ao impulso dos circuitos globais de mercadorias e migrações regulares de trabalho (CHUANG, 2020).

- Áreas de produção agrícola

A importância das áreas de produção agrícola para a produção de patologias é melhor ilustrada quando, mais uma vez, retornamos à determinação de 11.000 anos como marco temporal de surgimento das mais importantes doenças infecciosas das populações humanas por conta das condições biológicas e socioespaciais criadas pela Revolução Agrícola (WOLFE; DUNAVAN; DIAMOND, 2007; HARARI, 2015). Entretanto, a primária associação das zonas de produção agrícola com os focos epidêmicos deve ser questionada, pois o que determina se o local é um epicentro epidemiológico ou não são as espécies que ali residem e interagem com as outras.

A agricultura não surge em um ponto específico do globo e dali se espalha para os quatro cantos do mundo. Ela surge de modo independente no Oriente Médio, na América Central, América do Sul, Leste asiático, África Ocidental, entre outros, sem que

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

uma região, necessariamente, soubesse o que acontecia em outra (HARARI, 2015). São as diferenças geográficas – e aí incluindo relevo, clima, vegetação, hidrografia e etc. – e as escolhas das espécies vegetais e animais que acabaram sendo determinantes para o sucesso (ou fracasso) das domesticações e dos saltos virais.

Retornando a Wolfe, Dunavan e Diamond (2007), deparamo-nos com uma diferenciação geográfica de origem das principais patologias que atingiram a humanidade. De acordo com os autores, das 15 doenças temperadas de alto impacto evolutivo, 8 possuem sua origem provável vinculada a animais domesticados (Difteria – herbívoros domésticos; *Influenza A* – patos, porcos e aves selvagens; Sarampo – gado bovino e animais ruminantes; Caxumba – mamíferos e possivelmente porcos; Coqueluche – mamíferos com larga possibilidade de hosts; Rotavírus – herbívoros domésticos e outros mamíferos; Varíola – possivelmente camelos; Tuberculose – possivelmente animais ruminantes). Já em relação as 10 doenças tropicais de alto impacto evolutivo, as 4 que poderiam ser descritas como originárias de animais domésticos (Doença de Chagas; Leishmaniose e Doença do Sono do Leste e do Oeste Africano) são contestadas por terem animais domésticos e selvagens como hospedeiros, e esses animais domésticos serem originários do Velho Mundo.

Outro argumento para a existência de relação entre o tipo de criação animal e a epidemiologia pode ser vista na Inglaterra pré-capitalista, onde a substituição dos camponeses pelo gado importado de outras partes da Europa proporcionou três pandemias diferentes ao país no século XVIII (1709-1720, 1742-1760 e 1768-1786). De acordo com Chuang (2020), as novas técnicas de concentração animal e a infecção das espécies pelas pandemias pré-capitalistas que seguiram às guerras, possibilitaram um ambiente de “seleção demoníaca crescente” dos vírus e respondem o porquê de as três pandemias terem atingido a população inglesa com mais agressividade do que as outras populações da Europa continental.

Dessa maneira, quando se aponta a relação da produção agrícola com a produção de patologias, necessariamente aborda-se um modelo produtivo inaugurado no Velho Mundo e exportado a partir das Grandes Navegações. As técnicas originárias dessa região, mais os animais escolhidos para serem criados, aumentaram a probabilidade

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

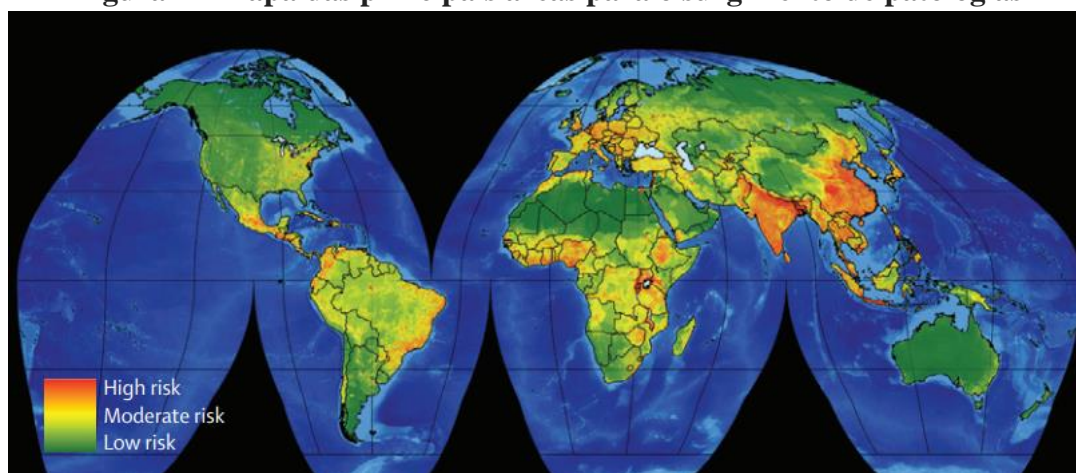
Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

epidêmica, pois significam a captura de cepas virais previamente isoladas ou inofensivas e a introdução delas em ambientes hipercompetitivos para serem selecionadas artificialmente e evoluírem (CHUANG, 2020). Se somarmos isso às alterações genéticas que os animais domesticados sofrem para atender os padrões da indústria alimentícia, vemos que a probabilidade epidêmica aumenta ainda mais, já que os vírus não encontram (ou encontram poucos) obstáculos imunológicos para frear seu crescimento.

Por mais que possam ter patologias originárias das áreas produtivas da chamada zona tropical, as espécies de animais selecionadas para a domesticação não aparentam possuir cepas virais com a mesma letalidade das encontradas na zona temperada. Em contrapartida, o trabalho de Morse et al (2012) elege justamente essa região como a principal área para a emergência de novas patologias, como é possível observar no mapa (Figura 1):

Figura 1 - Mapa das principais áreas para o surgimento de patologias



Fonte: Morse et al, 2012.

A justificativa para os países da *zona tropical*, ou numa melhor categorização, do Sul global, figurarem como epicentros epidemiológicos (ou *hotspots*, como denominado por Morse et al (2012)), passa por suas condições geográficas. Importante ressaltar que estamos apontando a relação no sentido da palavra tal qual é vista no dicionário “2. modo de viver resultante da situação de alguém; 3. classe social; 4. obrigação que se impõe e se aceita”. Nesse sentido, a base econômica pautada no setor primário da maioria dos países

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

componentes dessa região proporciona que os países do Sul global apresentem grandes populações de animais, pois, de acordo com a Divisão Internacional do Trabalho - DIT, possuem funções primárias para a economia global e precisam suprir a demanda alimentar global. Lembrando que os animais mencionados são as vacas, as ovelhas, as cabras, os porcos, etc., os quais são originários do Velho Mundo e no passado já significaram epidemias (WOLFE; DUNAVAN; DIAMOND, 2007, CHUANG, 2020).

Outra condição geográfica encontrada nesses países que também é condição para a ocorrência de saltos zoonóticos é o tamanho das populações. Por conta da maneira como o sistema capitalista foi instalado nessa região, subalternizando-a e tornando-a uma espécie de reserva de mão de obra e de bens primários, encontramos no Sul Global as maiores concentrações de pessoas do globo hoje e em projeções para o futuro, como pode ser visto na tabela (figura 2):

Figura 2 - Tabela da população do mundo, regiões dos ODS* e grupos selecionados de países, 2019, 2030, 2050 e 2100, de acordo com a projeção de variação média

Região	População (milhões)			
	2019	2030	2050	2100
Mundo	7 713	8 548	9 735	10 875
África Subsaariana	1 066	1 400	2 118	3 775
África do Norte e Ásia Ocidental	517	609	754	924
Ásia Central e do Sul	1 991	2 227	2 496	2 334
Leste e Sudeste da Ásia	2 335	2 427	2 411	1 967
América Latina e Caribe	648	706	762	680
Austrália/Nova Zelândia	30	33	38	49
Oceania**	12	15	19	26
Europa e América do Norte	1 114	1 132	1 136	1 120
Países menos desenvolvidos	1 033	1 314	1 877	3 047
Países em desenvolvimento sem litoral	521	659	926	1 406
Pequenos Estados insulares em desenvolvimento	71	78	87	88

Fonte: Organização das Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão Populacional (2019). World Population Prospects 2019.

*Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**Excluindo Austrália e Nova Zelândia

Fonte: ONU, 2019.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

- Áreas de fronteira

As áreas de fronteira, entendidas como as áreas que “revela[m] interações entre o homem, a terra e a natureza em confronto com a racionalidade da acumulação capitalista” (SILVA, 2019:40), se apresentam como a segunda categoria a explicar o salto zoonótico, por constituírem as formas que diferenciam a organização territorial. Em outras palavras, são as áreas que dentro de suas diversas dimensões, representam os limites de um processo homogeneizante das forças capitalistas via urbanidades, industrialização e difusão cultural de valores globais (SILVA, 2019). Em sua dimensão ecológica, podem ser interpretadas como o contraste entre o avanço das áreas de circuitos mercantis (ilustrada pela constituição dos sistemas de energia, comunicação e transporte – representada espacialmente pelas cidades) sobre as áreas naturais (ilustradas pelos mais diversos tipos de ecossistemas). Essas áreas, que acabam representando limites e processos sociais simultaneamente, se mostram importantes por apresentarem o salto zoonótico via animais selvagens.

A constante busca por incorporação de novas áreas – antes consideradas como distantes, inóspitas ou de reserva – para a ampliação dos circuitos, representa, na mesma medida, a exposição do homem ao desconhecido ou o choque entre realidades e formas de reprodução da vida distintas. Exemplos como a entrada de pessoas em áreas florestais para a caça de alimentos, a desapropriação e o deslocamento de populações para morarem em áreas mais interioranas dos ecossistemas, a migração para áreas interioranas por conta do extrativismo ou a própria introdução dos sistemas (construção de vias, rede de telefonia, rede elétrica, etc.), mesmo podendo ser enquadradas em diferentes categorias, expõem como o conflito entre tempos diferentes causa desequilíbrio tanto para as áreas naturais, quanto para as áreas artificiais.

Enquanto do lado urbano o avanço sobre as áreas naturais pode significar progresso e desenvolvimento, para o lado ecológico é traduzida como perda de biodiversidade e, em uma visão epidemiológica, possibilidade de contágio viral. Como a fronteira é “um espaço social de posições em conflito, instabilidade, conquista e resistência” (SILVA, 2019:43), o sucesso do capital muitas vezes custa caro. O “rompimento da continuidade das relações ecológicas do espaço” – conceituado como

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

fratura metabólica por Foster et al (2019) – produzido pelos seres humanos, acaba se virando contra nós mesmos, pois a fauna e a flora ali presentes representam reservatórios de micro-organismos, que podem ser nocivos à saúde humana, e como são forçados a migrarem ou morrerem, infectam seus inimigos com suas últimas defesas. Como o nosso estilo de vida prevê aglomeração em torno de uma mesma área, o retorno das pessoas que estavam nas áreas de fronteira (agora infectadas) às suas casas, significa a possibilidade do vírus continuar seu ciclo reprodutivo em novos hospedeiros, ainda mais se levarmos em conta a variedade de formas de transmissão que já temos conhecimento (pelo ar, por superfícies contaminadas como a água ou um fruto, pelos fluídos corporais, pelo contato direto com o hospedeiro, etc.).

Para espacializar esse tipo de relação, novamente Wolfe, Dunavan e Diamond (2007) nos auxiliam. A diferenciação geográfica apontada por eles para as principais patologias que atingiram a humanidade indica que 6 das 10 doenças tropicais possuem origens em animais selvagens (AIDS - chimpanzé; Dengue - primatas; Malária *vivax* - macacos; Malária *falci-parum* - aves selvagens; Febre amarela - primatas e Cólera - possivelmente organismos aquáticos). Comparando com a zona temperada, que possui 3 (Hepatite B, Peste e Tifo), se consideramos os roedores – hospedeiro e hospedeiro provável da Peste e do Tifo, respectivamente – como animais selvagens, vemos que mais uma vez o epicentro epidemiológico está situado no Sul Global. A explicação para isso parte das áreas de preservação e os remanescentes de ecossistemas originários ainda existentes nessa região, como podemos observar no mapa (Figura 3).

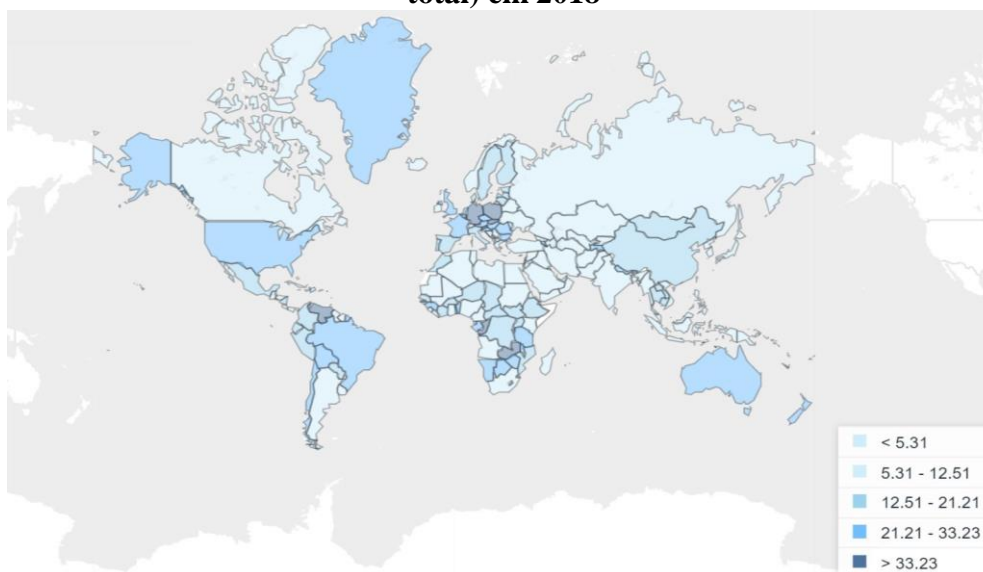
AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

Figura 3 - Mapa das áreas de proteção territorial e marinha (% da área territorial total) em 2018



Fonte: Banco Mundial, 2020.

Como essas áreas são classificadas por uma industrialização tardia, ou seja, aderiram tardiamente ao estilo de vida que preza a velocidade e a homogeneização das coisas, os variados ecossistemas são encontrados nessa região como remanescentes ou áreas de proteção em maior número, se comparados ao Norte. A pressão pela utilização dessas áreas pelos circuitos do capital passa a ocorrer com maior intensidade a partir do fim do século XIX, período em que se inicia a industrialização, e suas implicações nos países do Sul Global.

Dessa forma, a conversão do Sul global a epicentro epidemiológico não ocorre por conta de suas características em si, mas por apresentar as condições necessárias para a transferência zoonótica a partir da relação com o Norte global: alta densidade populacional de animais humanos e não humanos, mudança na densidade populacional, diversidade da fauna silvestre e frequência de contato entre as espécies (WOLFE, DUNAVAN e DIAMOND, 2007; MORSE et al, 2012). As próprias doenças originárias do Sul possuem características diferentes das chamadas doenças epidêmicas de multidão - caracterizadas como “aquelas que ocorrem localmente como uma breve epidemia e [são] capaz[es] de persistir regionalmente apenas em grandes populações humanas”, típicas do

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

Norte (WOLFE, DUNAVAN e DIAMOND, 2007) e as quais se assemelham ao que vemos na COVID-19 -, já que em maioria são consideradas agudas, ou seja, são “transmitida[s] com eficiência e rapidamente deixa sua vítima morta ou se recuperando e imune à reinfecção” (WOLFE, DUNAVAN e DIAMOND, 2007).

Nesse sentido, essa espécie de perfil geográfico-epidemiológico expõe que a COVID-19 possui características similares à outras patologias. Seja pela tese do Grain (2020) com a relação dos criadouros industriais de animais, onde conseguimos compará-lo com a gripe suína ou aviária, ou com a suposição de Chuang (2020) sobre a caça de novos alimentos pela população de Wuhan para suprir a necessidade alimentar, proveniente da interrupção da distribuição por uma peste que atingiu a população suína chinesa e da África subsaariana em 2018 (EMBRAPA, 2020). Mas, nesse caso acrescentamos a observação de Wolfe, Dunavan e Diamond (2007) sobre as características das patologias dos trópicos, para melhor relacioná-la ao perfil de originária em áreas de fronteira.

Talvez, devido a essas características espaciais de origem das doenças, a China tenha sido tão rápida nas ações logo após detectar os primeiros casos de pneumonia atípica (BELLUZ, 2020; ALESSI, 2020), a Coreia do Sul tenha sido tão efetiva no modelo de combate a proliferação (ALESSI, 2020; LINDE, 2020), Hong Kong, Taiwan, Singapura (G1, 2020) e Vietnã (VU, NGUYEN e PEARSON, 2020) também tenham sido exemplares no primário combate. Fato esse que se opõe ao principal tratamento do paradigma imunológico do século passado - pautado no princípio de ataque e defesa -, a produção de vacinas, que o centro global privilegia e ainda não apresenta efetividade no combate (HAN, 2017; LEFF, 2020).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

A colonialidade na relação geográfico-epidemiológica

Por apresentar similaridades a outras patologias, a leitura mais vinculada à biologia do vírus nos limita a compreender qual é o elemento que possibilita a mudança de categoria que o vírus tomou e a importância adquirida por consequência. Dessa maneira, inclinar nosso olhar para a dimensão sociopolítica da pandemia e analisar outras epidemias originárias pelo mesmo perfil geográfico-epidemiológico significa transferir a leitura acerca do elemento diferenciador da patologia para o raio de ação que cada uma adquire.

Os outros tipos de coronavírus, exemplificados aqui pela SARS (síndrome respiratória aguda grave, causada pelo vírus SARS-CoV), em 2003, e a MERS (síndrome respiratória do Oriente Médio, causada pelo vírus MERS-CoV), em 2012, são exemplos de partida para a nossa comparação com a epidemia atual, pois são patologias da mesma família viral e apresentam sintomas semelhantes como a febre, a tosse e a dificuldade de respirar (OMS, 2003; 2020d; 2020e). Entretanto, a COVID-19 possui características próprias, como uma menor letalidade e maior capacidade infecciosa – se comparada à SARS e à MERS – (YUEN et al, 2020; WU et al, 2020; OMS, 2020e), com uma variação sintomática que vai desde a ausência de sintomas até uma pneumonia severa ou a morte (WU et al, 2020). Além disso, possui a capacidade de romper as fronteiras continentais, aspecto que melhor difere de seus familiares, já que a SARS teve sua origem na China e a MERS sua origem na Arábia Saudita e ambas se restringiram a parcelas territoriais do continente asiático (OMS, 2003; 2020d).

O aspecto territorial, precípuo para o debate aqui proposto, permite que se faça uma leitura sobre a diferença de importância que determinados corpos possuem em comparação a outros e a consequente reverberação midiática que acrescem importância para as patologias. Para os geógrafos, quando a questão corpórea é abordada, concomitantemente, a questão espacial é trazida à baila. Desde Merleau-Ponty (1999), ao argumentar que “o espaço se sabe a si mesmo através do meu corpo”, a Porto-Gonçalves (2006), para o qual o espaço é constituído dos corpos que o constituem, a Lima (2014), que entende os corpos como a expressão da materialidade espacial, seguimos a mesma máxima de que os corpos são expressões do espaço, não por um princípio reducionista,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.
ISSN: 2316-8544

comum ao pensamento ocidental de reduzir tudo ao indivíduo, de busca pela unidade indivisível da matéria (PORTO-GONÇALVES, 2018b). Mas, pela proficuidade relacional que os corpos possuem, que se traduz em um movimento dialético, no qual o corpo é constituído pelas relações e também as constitui, imprescindível para se entender o espaço.

Antes de atingir o território europeu, a COVID-19 era tratada como mais uma patologia que se restringiria a atingir uma área específica do globo, visto que os outros membros de sua família se restringiram a regiões do continente asiático., Em virtude de sua origem, assim como a de outras zoonoses, ser em territórios constituídos por corpos georreferenciados na “zona do não ser”, termo elencado por Oliveira (2017), que toma como referência o histórico moderno/colonial de dominação e subordinação exposto por Santos (2002), Mignolo (2005) e Lander (2005), dificilmente a patologia teria adquirido as proporções midiáticas do *status quo* se ela não tivesse rompido as barreiras geográficas. Ao voltar o olhar novamente para SARS-CoV, em 2003 ou para a MERS-CoV, em 2012, é possível ratificar essa afirmação. Outros casos de epidemias recentes expõem que esse tipo de relação não é exclusividade da família coronavírus ou do continente asiático. O Ebola, ocorrido em 2013/2020, e o Zika vírus, ocorrido em 2016, são epidemias que nos ajudam a compreender a importância da patologia em romper as barreiras geográficas para adquirir importância global.

Antes conhecida como febre hemorrágica ebola, a doença do Ebolavírus tem, desde 1976, cerca de 10 surtos registrados na região centro-ocidental do continente africano (OMS, 2016, 2019; KALENGA et al, 2019). Procedente de morcegos nativos dessas regiões, o vírus da família Filoviridae, do gênero Ebolavirus, apresenta cinco subespécies - que são nomeadas a partir dos seus locais de origem: *Zaire ebolavirus* (antigo nome da República Democrática do Congo), *Sudan ebolavirus* (Sudão), *Tai Forest ebolavirus* antigo *Côte D'Ivoire ebolavirus* (Costa do Marfim), *Bundibugyo ebolavirus* (distrito da região Oeste de Uganda) e *Reston ebolavirus* (região pertencente ao Estado da Virgínia, nos Estados Unidos) (CDC, 2020; MSF, 2020) -, das quais os quatro primeiros são responsáveis pelos surtos graças a um hospedeiro intermediário (OMS, 2016, 2019; KALENGA et al, 2019). De acordo com Chuang (2020), os surtos de

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.
ISSN: 2316-8544

Ebola parecem estar intimamente ligados com a expansão de indústrias primárias na região equatorial ocidental africana às áreas de florestas, deslocando as populações nativas para áreas mais interioranas e possibilitando o contato com o vírus, que acaba sendo fatal para as espécies que não são suas hospedeiras naturais. Segundo a OMS (2019) e Chuang (2020), a taxa de mortalidade para a maioria dos surtos já registrados é extremamente alta, sendo sempre superior a 50%. O surto de 2013-2016, o penúltimo, é considerado o maior já registrado, com 28.616 casos confirmados e 11.310 mortes decorrentes da patologia (OMS, 2016). Já o atual surto, iniciado em 2018, possui cerca de 65% de letalidade, correspondendo a 3.456 casos confirmados e 2.266 mortes (OMS, 2019). Entende-se que:

“todo surto de Ebola parece conectado a mudanças de capital no uso da terra, incluindo o primeiro surto em Nzara, Sudão, em 1976, onde uma fábrica financiada pelos britânicos começou a tecer algodão local”. Da mesma forma, os surtos de 2013 na Guiné ocorreram logo após um novo governo ter começado a abrir o país aos mercados globais e vender grandes extensões de terra a conglomerados internacionais do agronegócio. A indústria de óleo de palma, notória por seu papel no desmatamento e destruição ecológica em todo o mundo, parece ter sido particularmente culpada, pois suas monoculturas devastam as robustas redundâncias ecológicas que ajudam a interromper as cadeias de transmissão e ao mesmo tempo literalmente atraem as espécies de morcegos que servem como um reservatório natural para o vírus (CHUANG, 2020. Tradução A Fita).

Já o Zika vírus, identificado pela primeira vez em 1947, possui sua origem provável ligada ao macaco rhesus da floresta Zika, na Uganda (DUFFY et al, 2009; FAYE et al 2014; OMS, 2020f). Por ser considerado um Flavivirus - infecta artrópodes e mamíferos - e ter esse indicativo de origem nos induz a enquadrá-lo no mesmo perfil geográfico-epidemiológico, já que a transmissão pode ter ocorrido a partir da incorporação de áreas de florestas tropicais e o conseqüente contato com seu hospedeiro natural (macaco rhesus) ou intermediário (mosquitos da família *Aedes*). O seu destaque nas grandes mídias internacionais só ocorreu a partir de 2015, com o crescente número de países reportando à OMS os casos em seus territórios e identificando relações do vírus com outras patologias como a erupção cutânea, a Síndrome de Guillain-Barré e a microcefalia (CASTRO, 2016; OMS, 2020f). O Brasil, um dos mais atingidos pela

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

epidemia, acaba sendo um importante exemplo da problemática envolvendo o Zika vírus por expor a questão territorial-corpórea de maneira multiescalar e por ter sido o centro das atenções mundiais devido à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016.

Enquanto não se tinha conhecimento do raio de ação do vírus, o pânico global existiu (DINIZ E CARINO, 2020). Afinal, o Brasil era um epicentro patológico e um lugar com uma enorme aglomeração de pessoas, de diversas partes do mundo, e a transmissão do vírus ocorre pela picada do mosquito *Aedes aegypti* e por relação sexual (CASTRO, 2016; OMS, 2020f). Todavia, quando se compreende que o risco da doença estava confinado aos países tropicais, o silenciamento epidêmico-territorial que acompanha os casos de SARS, MERS e Ebola passa a incluir o Zika vírus (DINIZ E CARINO, 2020). A COVID-19 parecia seguir os mesmos rumos. O próprio nome (técnico) que a doença (COVID-19) obteve nos atesta isso. O “19” que acompanha a COVID faz referência direta aos primeiros casos da patologia registrados em Wuhan no ano de 2019. Fato que difere da demarcação espaço-temporal de início do alarde (e todas as expressões que passaram a acompanhar a patologia), a chegada ao continente europeu no dia 25 de janeiro de 2020 (OMS, 2020b). Tal data se mostra importante para a problemática epidemiológica, pois, curiosamente, marca a mudança de categoria de risco global da patologia nos relatórios diários da OMS para alta (OMS, 2020b). A marcação do primeiro caso de COVID-19 em território europeu, mais precisamente na França, acompanha outro fato a ser atentado. Nesse mesmo relatório há uma errata onde indica um equívoco na categoria da patologia publicada a partir do dia 23/01/2020 – referente ao *Situation Report 3* (OMS, 2020a) – reportada como moderada. Curiosamente, o relatório em questão apresenta o primeiro caso de COVID-19 registrado nos Estados Unidos (OMS, 2020a).

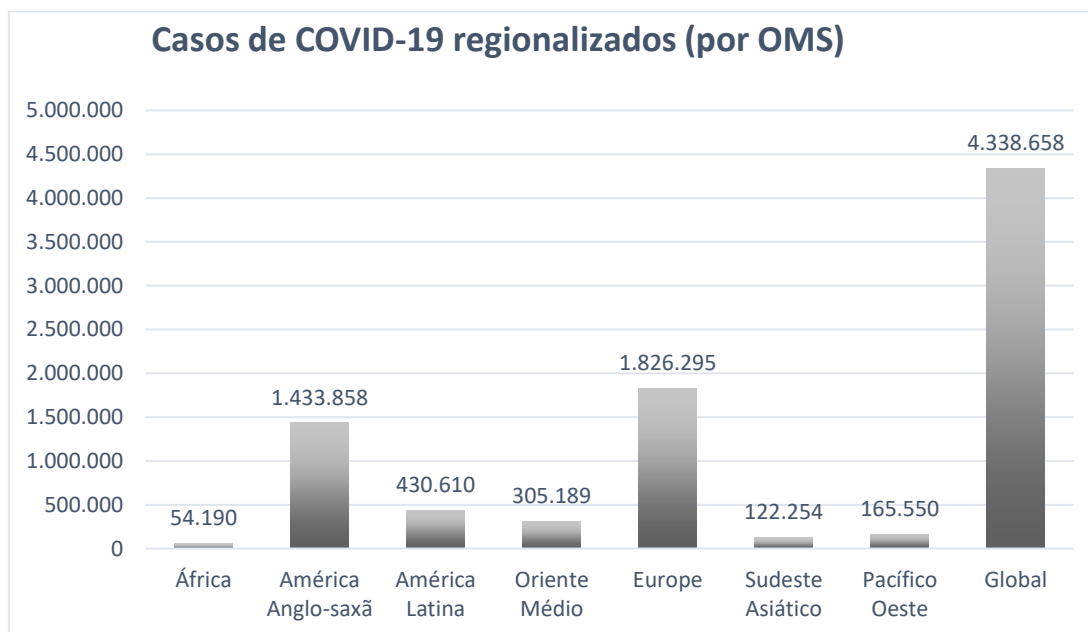
Nesse sentido, ao contrário do Ebolavírus que atinge uma população marcada por sua maior vulnerabilidade devido à maior fragilidade dos Estados africanos, em maioria fundados como Estados fantoches das antigas potências coloniais europeias, que sem legitimidade interna se veem sempre abalados por revoltas e conflitos étnicos, e debilitam, assim, os determinantes sociais para saúde (BUSS, 2007); e do Zika vírus que atinge as populações residentes de áreas de menor assistência sanitária, sobretudo as mulheres

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.
ISSN: 2316-8544

gestantes negras – exemplificado pela adição de outras patologias, em especial a Síndrome de Guillain-Barré e a microcefalia, que contribuem para os distúrbios neurológicos e deformação craniana de seus filhos (CASTRO, 2016; OMS, 2020f); a COVID-19 atinge atualmente, em maioria, a população de países que costumam dar as cartas da economia global. Os gráficos (figuras 4 e 5) permitem a visualização da distribuição espacial do quantitativo de casos e mortes por COVID-19 em diferentes regiões do globo e revela que o continente europeu e a região da América Anglo-saxã já alcançaram os marcos de 1.826.295 e 1.433.858 ocorrências, respectivamente, assumindo assim a liderança do *ranking* infectológico (OMS, 2020c).

Figura 4 - Gráfico do número de casos de COVID-19 pelo mundo em 15/05/2020



Fonte: OMS, 2020c. Elaborado pelos autores.

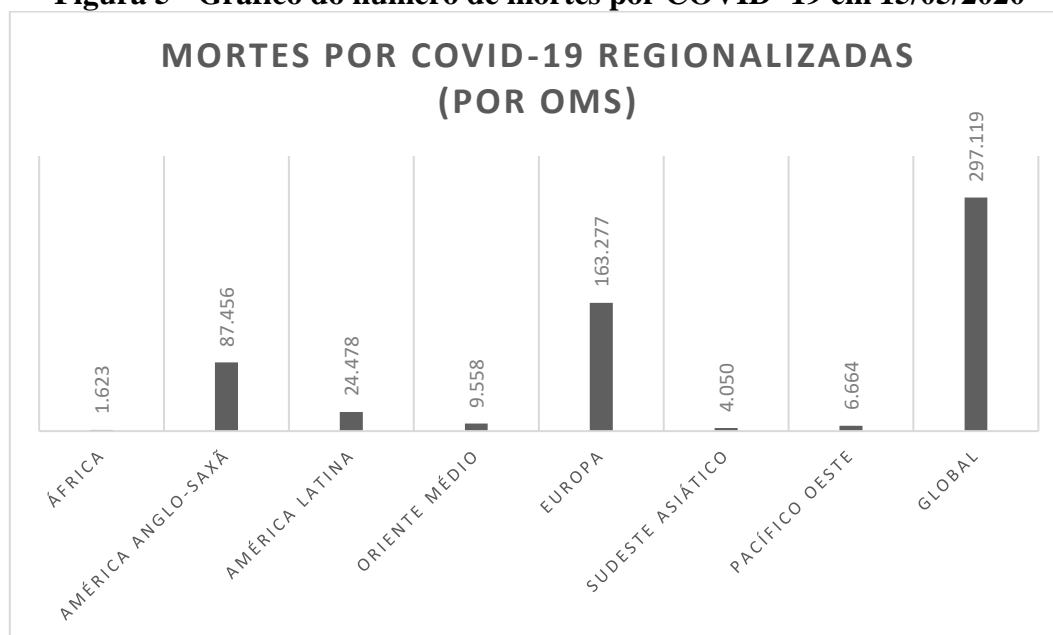
AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

Figura 5 - Gráfico do número de mortes por COVID-19 em 15/05/2020



Fonte: OMS, 2020c. Elaborado pelos autores.

O panorama epidêmico apresentado ratifica, mais uma vez, a tese de Dussel (2005) sobre a centralidade da Europa e dos Estados Unidos na história mundial e acrescenta a consequente seleção dos corpos que compõem seus territórios no mais alto grau de hierarquia da zona do ser (OLIVEIRA, 2017). Além disso, por meio dos casos de SARS, MERS, Ebola e Zika, vemos como as patologias podem ser convertidas em políticas de morte, denominada por Mbembe (2019) como necropolítica, para os sujeitos que estão geograficamente posicionados na zona do não ser (OLIVEIRA, 2017), por simplesmente serem silenciadas à grande mídia e lançarem essas populações a própria sorte no combate a(s) epidemia(s).

Conclusão

Pela sociedade ocidental-moderna ter sido fundada em fragmentações e separações a fim de possibilitar uma hierarquia societária nas análises e determinações das vidas (LANDER, 2005), episódios epidêmicos (ou pandêmicos), como os que estamos vivendo hoje, se tornam exemplos de como as diferenças sociais são agravadas

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

a partir de um impacto epidemiológico. Os casos descritos anteriormente excedem as práticas de controle e regulamentação do corpo-indivíduo e do corpo-população, que Foucault (2005) apontara como políticas de “fazer viver ou deixar morrer”, pois o Estado não classifica esses corpos como relevantes para sua funcionalidade. Na verdade, o Estado se apropria da morte como gestão pública e define quem morre, como morre e em que condições morre (MBEMBE, 2019).

Os sistemas de privilégios que pautam as sociedades coloniais nos permitem analisar a necropolítica que acompanha as patologias sob à ótica da relação centro-periferia em múltiplas escalas. Os casos de SARS/MERS, Ebola e Zika vírus dão conta da relação dentro de uma escala global, onde a Europa e os Estados Unidos são considerados centros e o restante dos territórios considerados periferias. No entanto, a periferia se adapta à medida que consideramos novas escalas, como a nacional, a regional ou mesmo a local. Assim, é possível perceber que os limites fronteiriços, ou abissais (SANTOS, 2002), entre a zona do ser e do não ser (OLIVEIRA, 2017) não se restringem à Ásia, à África e à América (Latina) como apresentado pela SARS/MERS, Ebola e Zika vírus, respectivamente. O Zika vírus mesmo é um bom exemplo de como o jogo escalar revela outros limites abissais. Ao considerar o Brasil, na escala nacional, percebe-se que a região Nordeste, uma das mais pobres do país, assume o papel de periferia enquanto o Sudeste, região mais rica assume, o papel de centralidade. Mas, ao dar um *zoom* e passar para a escala regional, ao considerar a região Sudeste, pode-se perceber que as favelas assumem a posição periférica e as regiões centrais em conjunto com os bairros nobres, a posição central da relação. Essas duas áreas em questão, as favelas da região Sudeste e a região Nordeste, se mostram relevantes para os casos de Zika vírus por oferecem as condições necessárias à proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e serem os locais de maior incidência de casos (SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, 2016; GUIMARÃES, 2020).

Dessa forma, à medida que as doenças atingem determinados sujeitos ou territórios, automaticamente se convertem em necropolítica, passam a ser naturalizadas no imaginário popular quase que de forma instantânea e são deixadas a própria sorte das populações para serem combatidas. Em contrapartida, à medida que as patologias ou

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.
ISSN: 2316-8544

qualquer outro fenômeno atingem os sujeitos da zona do ser, automaticamente ocorre uma visibilidade e uma comoção como se suas dimensões fossem globais e não pontualmente georreferenciadas. Obviamente não estamos afirmando que todas as epidemias estão enquadradas no mesmo “nível” necropolítico, pois como bem nos mostra Crenshaw (2002), a adição de características sociais influencia no trato território-corpóreo e isso torna-se outra diferenciação patológica.

Referências

ALESSI, G. As lições contra o coronavírus que Coreia do Sul e China podem dar ao mundo, incluindo o Brasil. **El País Brasil**. [S.I.]. 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-30/as-licoes-contra-o-coronavirus-que-coreia-do-sul-e-china-podem-dar-ao-mundo-incluindo-o-brasil.html>>. Acessado em: 30 mar. 2020

ANDERSEN, K. G.; RAMBAUT, A.; LIPKIN, W. I.; HOLMES, E. C.; GARRY, R. F. *The proximal origin of SARS-CoV-2*. **Nature Medicine**, [S.I.], 17 mar. 2020. Springer Science and Business Media LLC.

BANCO MUNDIAL. *Terrestrial and marine protected areas (% of total territorial area)*. [S.I.]. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/ER.PTD.TOTL.ZS?view=map>>. Acessado em: 1 abr. 2020

BELLUZ, J. *China's cases of Covid-19 are finally declining. A WHO expert explains why*. **Vox**. [S.I.]. 3 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.vox.com/2020/3/2/21161067/coronavirus-covid19-china>>. Acessado em: 27 mar. 2020

BUSS, P. M.; FILHO, A. P. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, jan.-abr., 2007.

CASTRO, R. OPAS/OMS disponibiliza perguntas e respostas sobre o vírus da zika. **Rede Dengue, Zika e Chikungunya – Fundação Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, 01 set. 2016. Disponível em: <<https://rededengue.fiocruz.br/noticias/513-opas-oms-disponibiliza-perguntas-e-respostas-sobre-o-virus-zika-e-suas-consequencias>>. Acessado em: 30 abr. 2020.

CDC - *Centers for Disease Control and Prevention*. *Ebola (Ebola Virus Disease)*. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/vhf/ebola/index.html>>. Acessado em: 20 abr. 2020

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.
ISSN: 2316-8544

CHUANG. *Social contagion: microbiological class war in China*. [S.I.]. 12 fev. 2020. Disponível em: <<http://chuangcn.org/2020/02/social-contagion/>>. Acessado em: 18 mar. 2020

COEN, J. *Wuhan seafood market may not be source of novel virus spreading globally*. *Science*. [S.I.]. 26 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.sciencemag.org/news/2020/01/wuhan-seafood-market-may-not-be-source-novel-virus-spreading-globally>>. Acessado em: 01 abr. 2020

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, n. 1, pp. 171-187, 2002.

DINIZ, D.; CARINO, G. A necropolítica das epidemias. *El País Brasil*. [S.I.]. 9 mar. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-09/a-necropolitica-das-epidemias.html>>. Acessado em: 20 mar. 2020

DUFFY, M. R.; CHEN, T.; HANCOCK, W. T.; POWERS, A. M.; KOOL, J. L.; LANCIOTTI, R. S.; PRETRICK, M.; MARFEL, M.; HOLZBAUER, S.; DUBRAY, C. *Zika Virus Outbreak on Yap Island, Federated States of Micronesia*. *New England Journal Of Medicine*, [s.l.], v. 360, n. 24, pp. 2536-2543, 11 jun. 2009. *Massachusetts Medical Society*.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 21-54.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **PSA - Peste Suína Africana**. Brasília, Brasil. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/psa>>. Acessado em: 24 mar. 2020.

FAYE, O.; FREIRE, C. C. M.; IAMARINO, A.; FAYE, O.; OLIVEIRA, J. V. C. de; DIALLO, M.; ZANOTTO, P. M. A.; SALL, A. A. *Molecular Evolution of Zika Virus during Its Emergence in the 20th Century*. *Plos Neglected Tropical Diseases*, [s.l.], v. 8, n. 1, pp. 2636, 9 jan. 2014. *Public Library of Science (PLoS)*.

FOSTER, J. B.; CLARK, B.; HOLLEMAN, H. *Capitalism and Robbery: the expropriation of land, labor, and corporeal life*. *Monthly Review: An independent socialist magazine*, Nova Iorque, v. 71, n. 07, pp. 1-31, 01 dez. 2019. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2019/12/01/capitalism-and-robbery/>>. Acessado em: 18 abr. 2020

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 285-316.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. *Revista Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

G1. Como Taiwan, Singapura e Hong Kong conseguiram controlar o coronavírus sem medidas drásticas. **G1**. [S.I.]. 14 mar. 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/14/como-taiwan-singapura-e-hong-kong-conseguiram-controlar-o-coronavirus-sem-medidas-drasticas.shtml>>. Acessado em: 30 mar. 2020

GRAIN. Novas pesquisas sugerem que a criação industrial de animais, e não os mercados úmidos, pode ser a origem do Covid-19. **Grain**. [S.I.]. 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.grain.org/pt/article/6439-novas-pesquisas-sugerem-que-a-criacao-industrial-de-animais-e-nao-os-mercados-umidos-pode-ser-a-origem-do-covid-19#sdfootnote9sym>>. Acessado em: 31 mar. 2020

GUIMARÃES, L. 'Não tem comida em casa': o drama das mães de crianças vítimas do zika na fila do INSS. **BBC Brasil**. São Paulo. 3 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51667912>>. Acessado em: 30 abr. 2020

HAN, B. C. **A sociedade do cansaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HUANG, C.; WANG, Y.; LI, X.; REN, L.; ZHAO, J.; HU, Y.; ZHANG, L.; FAN, G.; XU, J.; GU, X. *Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China*. **The Lancet**, [S.I.], v. 395, n. 10223, pp. 497-506, fev. 2020. Elsevier BV.

KALENGA, O. I.; MOETI, M.; SPARROW, A.; NGUYEN, V.; LUCEY, D.; GHEBREYESUS, T. A. *The Ongoing Ebola Epidemic in the Democratic Republic of Congo, 2018–2019*. **New England Journal Of Medicine**, [s.l.], v. 381, n. 4, pp. 373-383, 25 jul. 2019. *Massachusetts Medical Society*.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 55-70.

LEFF, E. *A Cada Quien su Virus La Pregunta por la Vida y el Porvenir de una Democracia Viral*. **Halac – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**. [s.i.], pp. 1-31, abr. 2020. Disponível em: <<https://halacsolcha.org/2020Leff.pdf>>. Acessado em: 10 maio 2020.

LIMA, E. L. de. **Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LINDE, P. Espanha e Coreia do Sul, exemplos opostos de controle epidemiológico do coronavírus. **El País Brasil**. [S.I.]. 16 mar. 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-16/coreia-e-espanha-exemplos-opostos-de-controle-epidemiologico-do-coronavirus.html>. Acessado em: 30 mar. 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

MA, J. *Coronavirus: China's first confirmed Covid-19 case traced back to November 17. South China Morning Post*. [S.I.], 13 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/society/article/3074991/coronavirus-chinas-first-confirmed-covid-19-case-traced-back>>. Acessado em: 27 mar. 2020

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2019.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MORSE, S. S.; MAZET, J. A.; WOOLHOUSE, M.; PARRISH, C. R.; CARROLL, D.; KARESH, W. B.; ZAMBRANA-TORRELIO, C.; LIPKIN, W. I.; DASZAK, P. *Prediction and prevention of the next pandemic zoonosis. The Lancet*, [S.L.], v. 380, n. 9857, pp. 1956-1965, dez. 2012. Elsevier BV.

MSF - Médico Sem Fronteiras. **Ebola**. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/ebola>>. Acessado em: 26 de abr. 2020.

OLIVEIRA, D. A. de. Colonialidade, biopolítica e racismo: uma análise das políticas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. In: CRUZ, V. do C.; OLIVEIRA, D. A. de. (Orgs.). **Geografia e Giro Descolonial**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/UNITED NATIONS. *Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). World Population Prospects 2019: Highlights (ST/ESA/SER.A/423)*

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) - Situation Report 3*. 2020a. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200123-sitrep-3-2019-ncov.pdf?sfvrsn=d6d23643_8>. Acessado em: 20 abr. 2020

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) - Situation Report 5*. 2020b. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200125-sitrep-5-2019-ncov.pdf?sfvrsn=429b143d_8>. Acessado em: 20 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) - Situation Report 116*. 2020c. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200515-covid-19-sitrep-116.pdf?sfvrsn=8dd60956_2>. Acessado em: 15 maio 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.
ISSN: 2316-8544

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/*WORLD HEALTH ORGANIZATION*. ***Ebola health update - DRC, 2019***. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/ebola/drc-2019>>. Acessado em: 12 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/*WORLD HEALTH ORGANIZATION*. ***Middle East Respiratory Syndrome Coronavirus (MERS-CoV)***. Disponível em: <[https://www.who.int/news-room/q-a-detail/middle-east-respiratory-syndrome-coronavirus-\(mers-cov\)](https://www.who.int/news-room/q-a-detail/middle-east-respiratory-syndrome-coronavirus-(mers-cov))>. Acessado em: 11 abr. 2020d.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/*WORLD HEALTH ORGANIZATION*. ***Q&A on coronaviruses (COVID-19)***. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/q-a-detail/q-a-coronaviruses>>. Acessado em: 10 abr. 2020e.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/*WORLD HEALTH ORGANIZATION*. ***Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS): Status of the outbreak and lessons for the immediate future***. Geneva: WHO, 2003. Disponível em: <https://www.who.int/csr/media/sars_who.pdf>. Acessado em: 11 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/*WORLD HEALTH ORGANIZATION*. ***Situation report: ebola virus disease***, 10 jun. 2016. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/208883/ebolaitrep_10Jun2016_eng.pdf;jsessionid=31E538E89BA566BDC74301B781F5798E?sequence=1>. Acessado em: 12 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/*WORLD HEALTH ORGANIZATION*. ***Zika vírus***. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/zika-virus>>. Acessado em: 10 abr. 2020f.

PORTO-GONÇALVES, C. W. ***A globalização da natureza e a natureza da globalização***. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. ***Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas***. Três Lagoas, v. 1, n. 3, pp. 5-26, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. ***Os descaminhos do meio ambiente***. 15ª edição. São Paulo: Contexto, 2018b.

QIU, Y.; ZHAO, Y.; WANG, Q.; LI, J.; ZHOU, Z.; LIAO, C.; GE, X. ***Predicting the angiotensin converting enzyme 2 (ACE2) utilizing capability as the receptor of SARS-CoV-2***. ***Microbes And Infection***, [s.l.], mar. 2020. Elsevier BV.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. ***Revista Crítica de Ciências Sociais***, n. 63, pp. 237-280, 2002.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza.

COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. ***Revista Ensaio de Geografia***. Niterói, vol. 6, n° 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.

Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.

ISSN: 2316-8544

SANTOS, M. **A natureza do espaço** - Técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª edição, 8ª reimpressão. São Paulo: EdUSP, 2014.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim epidemiológico**, v. 47, nº38, 2016. Disponível em <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2016/dezembro/20/2016-033---Dengue-SE49-publicacao.pdf>>. Acessado em: 30 mar. 2020

SILVA, C. A. F. da. **A modernização distópica do território brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

STANDAERT, M. *Coronavirus closures reveal vast scale of China's secretive wild farm industry*. **The Guardian** [S.I.]. 25 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2020/feb/25/coronavirus-closures-reveal-vast-scale-of-chinas-secretive-wildlife-farm-industry>>. Acessado em: 30 mar. 2020.

VU, K.; NGUYEN, P.; PEARSON, J. Com testagem e rastreamento de casos, Vietnã anunciou que controlou disseminação do Covid-19. **O Globo**. [S.I.]. 30 abr. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/com-testagem-rastreamento-de-casos-vietna-anuncia-que-controlou-disseminacao-da-covid-19-24403101>>. Acessado em: 30 abr. 2020

WALLACE, R.; LIEBMAN, A.; CHAVES, L. F.; WALLACE, R. *COVID-19 and Circuits of Capital*. **Monthly Review: An independent socialist magazine**. Nova Iorque, v. 72, n. 1, maio 2020. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2020/05/01/covid-19-and-circuits-of-capital/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=covid-19-and-circuits-of-capital>. Acessado em: 28 abr. 2020

WALLACE, R. *Notes on a novel coronavirus*. **Monthly Review: An independente socialista magazine**. Nova Iorque, 29 jan. 2020. Disponível em: <<https://mronline.org/2020/01/29/notes-on-a-novel-coronavirus/>>. Acessado em: 26 abr. 2020.

WOLFE, N. D.; DUNAVAN, C. P.; DIAMOND, J. *Origins of major human infectious diseases*. **Nature**, [s.l.], v. 447, n. 7142, pp. 279-283, maio 2007. Springer Science and Business Media LLC.

WU, d.; WU, T.; LIU, Q.; YANG, Z. *The SARS-CoV-2 outbreak: what we know*. **International Journal Of Infectious Diseases**, [s.l.], mar. 2020. Elsevier BV.

YUEN, K.; YE, Z.; FUNG, S.; CHAN, C.; JIN, D. *SARS-CoV-2 and COVID-19: the most important research questions*. **Cell & Bioscience**, [s.l.], v. 10, n. 1, 16 mar. 2020. Springer Science and Business Media LLC.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laiza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Revista Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 12, pp. 133-160, setembro-dezembro de 2020.
Submissão em: 21/07/2020. Aceite em: 12/11/2020.
ISSN: 2316-8544